

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

LEITURA E ENUNCIÇÃO:
princípios para uma análise do sentido na linguagem

Jane da Costa Naujorks

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

**LEITURA E ENUNCIÇÃO:
princípios para uma análise do sentido na linguagem**

Jane da Costa Naujorks

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Tese de Doutorado em ESTUDOS DA LINGUAGEM, TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
2011

*Para meus amores:
Moacir, Guilherme e Caroline,
alicerces de minha vida.
Para o Valdir,
pela dedicação, confiança e paciência.*

AGRADECIMENTOS

Ao Valdir, amigo, colega e orientador, por ter acreditado que poderíamos, um dia, desenvolver um trabalho em conjunto; não tenho palavras para agradecer a oportunidade oferecida, a orientação e, principalmente, o convívio como colega e como orientador. Com ele tive a oportunidade de realizar uma nova leitura sobre o conhecimento.

Ao Moacir, que tanto amo, agradeço pela extensa paciência, pelo amor, pela disposição em me ajudar em qualquer situação e, principalmente, pelo apoio que me conforta e me deixa mais forte para superar os desafios.

Aos meus filhos, meus amores, Guilherme e Caroline, pelo carinho, pelo amor, e porque souberam compreender a importância deste trabalho para minha vida.

Aos meus pais, irmãos, cunhados, cunhadas, sobrinhos que, a distância, sempre acompanharam essa trajetória e torceram por mim.

Aos colegas de departamento, que prontamente apoiaram meu afastamento, incentivando-me a prosseguir nesta caminhada. Em especial à colega Carmem, que participou de todas as etapas deste processo de escrita, lendo, opinando e, principalmente, incentivando.

À Ingrid, pela amizade e pela presença nesta importante etapa de minha vida.

À minha querida amiga, agora colega, Magali, pela nossa eterna amizade.

À banca de qualificação, professoras Cláudia Toldo e Carmem Luci da Costa Silva, que, ao leram esta tese, re-constituíram seu sentido, apontaram os caminhos para a continuidade deste trabalho.

Ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

À direção do Instituto de Letras, pelo apoio.

À amiga Margarete que, mesmo a distância, foi uma referência para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa surge da constatação de que o tema da leitura, mesmo não sendo novo e apresentando-se em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, aponta para uma nova perspectiva, a leitura como ato de constituição de sentidos, produzido por um locutor que é instaurado, através desse ato, como sujeito. Assim, mais que repetir o que já temos nas diferentes abordagens da leitura, buscamos fundamentar nossa perspectiva sobre esse tema na Linguística da Enunciação, especificamente nos estudos enunciativos de Émile Benveniste. A especificidade de nossa pesquisa está basicamente na resposta à questão: em que termos podemos pensar a leitura como um ato enunciativo? Com esse fim, nossa direção inicial será um levantamento de algumas das principais abordagens de leitura presentes na conjuntura brasileira, sempre em busca da resposta de como as diferentes abordagens pensam a relação entre sujeito e leitura. Na sequência, resgatamos conceitos presentes nas reflexões enunciativas benvenistianas, com o intuito de subsidiar a abordagem enunciativa da leitura. Nesse resgate, pretendemos estabelecer uma relação entre as noções que envolvem os estudos enunciativos e o tema da leitura, e, ainda, constituir uma metodologia que dê conta da análise enunciativa da leitura. Com esse trajeto, objetivamos situar o entendimento da leitura na perspectiva enunciativa, prevendo relacionar teoria e prática. Trazemos, então, para este estudo um conceito de leitura, cuja perspectiva teórica é a Enunciação de Émile Benveniste, e um trabalho de análise de corpus de três textos de vestibular, esperando, com isso, a exemplo de outros autores do campo, deslocar nossas descobertas para o ensino de leitura.

Palavras-chave: leitura – linguística da enunciação – Emile Benveniste

RESUMÉ

Cette recherche découle de la constatation que le thème de la lecture – même s'il n'est pas nouveau et il se présente dans différentes perspectives théoriques et méthodologiques – offre une nouvelle perspective, à savoir, la lecture comme un acte de constitution de sens produit par un locuteur qui est instauré, par cet acte, comme sujet. Ainsi, plutôt que répéter ce que l'on trouve déjà dans les différentes approches de la lecture, nous cherchons à baser notre perspective, sur ce thème, dans la Linguistique de l'Énonciation, en particulier, dans les études énonciatives d'Émile Benveniste. La spécificité de notre recherche réside principalement dans la réponse à la question : dans quels termes pouvons-nous penser la lecture comme un acte énonciatif ? À cette fin, notre direction initiale sera un repérage de quelques des principales approches de la lecture présentes dans la conjecture brésilienne, toujours dans la recherche de la réponse de comment les différentes approches pensent la relation entre le sujet et la lecture. Ensuite, nous avons récupéré des concepts présents dans les réflexions énonciatives de Benveniste, afin de soutenir l'approche énonciative de la lecture. Dans cette récupération, nous avons l'intention d'établir une relation entre les notions qui font partie des études énonciatives et du thème de la lecture, et, encore, de constituer une méthodologie qui tient compte de l'analyse énonciative de la lecture. Avec ce trajet, nous avons pour but de situer la compréhension de la lecture dans la perspective énonciative, en cherchant relier la théorie et la pratique. Nous apportons, alors, à cette étude, un concept de lecture dont perspective théorique est l'Énonciation d'Émile Benveniste et un travail d'analyse de corpus, en cherchant, avec cela, à l'instar d'autres auteurs du champ, déplacer nos découvertes à l'enseignement de la lecture.

MOTS-CLÉS : Lecture - Linguistique de l'Énonciation - Émile Benveniste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
A leitura no Brasil: alguns parâmetros	17
1.1 <i>Os aspectos culturais, sociais, pedagógicos ligados ao ensino da leitura</i>	19
1.1.1 A leitura como ato social	27
1.2 <i>Os aspectos linguístico-cognitivos das estratégias de leitura</i>	28
1.2.1 A leitura como estratégia de conhecimento	39
1.3 <i>Os aspectos discursivos</i>	41
1.3.1 A leitura depende das condições de produção	45
1.4 <i>Encaminhamentos</i>	45
CAPÍTULO 2	
Os conceitos da enunciação que podem subsidiar a abordagem enunciativa da leitura	48
2.1 <i>Os fundamentos do campo enunciativo benvenistiano</i>	50
2.1.1 A Semântica de Bréal como fundamento da Enunciação de Benveniste	51
2.1.2 A Linguística de Saussure comparece na Enunciação de Benveniste	53
2.2 <i>A teoria enunciativa de Émile Benveniste</i>	59
2.2.1 A intersubjetividade/ subjetividade na linguagem	62
2.2.2 A relação entre a forma e o sentido	71
2.2.3 A enunciação	80
CAPÍTULO 3	
Enunciação e leitura	86
3.1 <i>A teoria enunciativa da leitura</i>	87
3.1.1 Primeiro deslocamento: a passagem de locutor a sujeito na leitura	89
3.1.2 Segundo deslocamento: a intersubjetividade/subjetividade na leitura	91
3.1.3 Terceiro deslocamento: a relação entre a forma e o sentido na leitura	97
3.1.4 Quarto deslocamento: a enunciação e a leitura	102
CAPÍTULO 4	
Metodologia da análise enunciativa da leitura	108
4.1 <i>Sobre o “corpus”</i>	109
4.2 <i>Sobre a análise do “corpus”</i>	113
4.3 <i>Sobre os fatos de língua</i>	117
CAPÍTULO 5	
A análise enunciativa da leitura	119
5.1 <i>A complexidade da relação enunciativa no ato/processo de leitura</i>	120
5.2 <i>Aspectos gerais da relação enunciativa no ato/processo de leitura no “corpus”</i>	123
5.3 <i>As marcas da enunciação no ato/processo de leitura no “corpus”</i>	127
5.3.1 Análise do texto 1	128
5.3.2 Análise do texto 2	132
5.3.3 Análise do texto 3	136
CAPÍTULO 6	
A teoria enunciativa da leitura: uma contribuição	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das relações entre pessoa e não-pessoa	67
---	----

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – As relações entre as categorias de pessoa, tempo e espaço na enunciação	69
Diagrama 2 – A forma e o sentido nos planos semiótico e semântico	79
Diagrama 3 – Esquema da enunciação	84
Diagrama 4 – As relações intersubjetivas do ato/processo de leitura	97
Diagrama 5 – A leitura como semantização da língua	102

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – A prova de redação do CV/UFRGS, 2011	111
---	-----

INTRODUÇÃO

O brasileiro não lê! O aluno não lê! Nós não lemos! Muito se tem dito a respeito da acanhada capacidade de leitura de nossa população. Mesmo sem apresentar dados a respeito, isso é fácil deduzir no percurso que realizamos para este trabalho e nas discussões relativas à falta de hábito de leitura do povo brasileiro, inclusive entre pessoas de ensino superior, que não mantêm assiduidade de leitura.

Ora, é incontestável a importância da leitura para a realização pessoal e também para o progresso social e econômico de um país. Nesse caminho, o lugar ideal para a “promoção do hábito de ler nas crianças e jovens, devendo se preocupar em desenvolver estratégias para o ensino eficaz da leitura, é a escola” (FILIPOUSKI, 1988, p. 108). No entanto, apesar de ser relativamente fácil ensinar uma criança ou um adulto a reconhecer letras e palavras, o domínio da mecânica da leitura, o treino e o desembaraço não são garantia da assiduidade e da motivação do leitor, nem mesmo da fixação de um hábito que seja verdadeiramente decorrente da transformação do ato de ler numa experiência ao mesmo tempo agradável e condutora de conhecimento.

Para Ezequiel Teodoro da Silva (1988) – autor cujas obras apontam para questões de leitura quanto aos seus aspectos sociais –, a escola passou a ser o principal espaço responsável pelo ensino do registro verbal da cultura: “Assim, ter acesso à leitura significa ter acesso à escola e nela obter as habilidades e os conhecimentos necessários à participação no mundo da escrita” (p. 135). Porém – considerando-se que a formação do leitor está essencialmente ligada à alfabetização e à escolarização e que ler é, boa parte das vezes, apenas submeter-se aos objetivos que a escola tenta atingir através de seus programas e métodos –, torna-se impossível, nesse processo, contemplar questões essenciais à discussão do tema: o que é leitura? Como ter hábitos de leitura? O que ler? Por que ler? Em que aplicar o que foi lido? Tais questões, muitas vezes, ficam atreladas a objetivos mais amplos, os quais a escola, infelizmente, não consegue dar conta (ibidem, p. 135).

Quanto a isso, cabe lembrar Mittmann (2003), que, em artigo sobre leitura de textos jornalísticos em sala de aula, apresenta preocupação quanto ao que se ensina em aula de Língua Portuguesa. A autora expõe que, em sua visão, esse ensino deve centrar-se no desenvolvimento das aptidões de leitura e escrita. Para tanto, deve-se olhar para os arranjos e para as marcas textuais, levando o aluno a descobrir as condições de produção do discurso e

dos sentidos. É com a leitura crítica que se pode mostrar ao aluno que “não é a verdade que ele lê, mas, sim, uma das possibilidades de verdade, entre tantas outras, inclusive contrárias à mesma” (MITTMANN, 2003, p. 235).

Ora, isso nos leva a considerar que o texto¹ precisa ser visto como um trabalho de linguagem cuja trama apresenta tanto o processo de escrita quanto o processo de leitura. Ele só existe na proporção em que “se constitui ponto de encontro entre dois sujeitos: o que o escreve e o que o lê; escritor e leitor, reunidos pelo ato radicalmente solitário da leitura, contrapartida do igualmente solitário ato de escritura” (LAJOLO, 1988, p. 52). O texto é, para o leitor, uma experiência nova, que será transformada à medida que ele o toma como experiência própria. Ler significa também ser autor, ou melhor, coautor do texto. O leitor deve construir sua capacidade de atribuir sentidos ao texto, sem se preocupar com uma interpretação verdadeira desse.

A partir dessas considerações, queremos reconhecer que o tema da leitura não é novo na reflexão linguística – brasileira, inclusive – e apresenta, sem dúvida, grande abrangência, à medida que envolve diferentes perspectivas teóricas e metodológicas². Isso, porém, não nos impede de recolocar na ordem do dia pontos para o debate que, apesar de sobejamente discutidos, ainda carecem de aprofundamento. Adiantamos que é disso que se trata nesta tese: trazemos para o debate o já tão discutido tema da leitura. Porém, reivindicamos certa originalidade na condução desse debate: nossa tese versa sobre a leitura na perspectiva da Linguística da Enunciação, muito especialmente a partir das ideias da teoria enunciativa de Émile Benveniste.

Não pensamos, porém, ignorar o que há muito já tem sido feito nos estudos brasileiros a respeito do tema. Assim, para levarmos em consideração o largo conjunto de perspectivas que tomaram a leitura como objeto de pesquisa e para investigar teórica e metodologicamente a temática, é necessário que se recolorem questões fundantes do campo a ser estudado. E, como sabemos, não há campo em que prolifere mais desencontro teórico que o do entendimento do processo de leitura. Isso é facilmente verificado no mar de erros e acertos pelo qual navega a frágil embarcação do ensino da leitura entre nós, demonstrando que pouco tem sido feito na prática para incentivar um trabalho verdadeiramente produtivo com a leitura.

¹ Texto, enunciado e discurso serão, neste trabalho, usados como produto da enunciação, seja da enunciação anterior, seja da do próprio leitor.

² Acreditamos que, mesmo distintas, essas reflexões apresentam uma unidade de perspectiva que garante a coesão do conjunto. Sobre isso trataremos no decorrer do capítulo 1.

Há teorias de toda ordem: aquelas que tomam o texto como pretexto para ensinar o conteúdo gramatical, relegando à leitura o lugar da decodificação da mensagem; aquelas que acreditam que a leitura consiste apenas na manipulação de esquemas monitorados em que o principal objetivo é verificar se o aluno lê (decodifica) bem, sem, no entanto, preocupar-se com o entendimento do que está sendo lido; ou, ainda, aquelas em que a leitura é vista apenas como um estudo dirigido, limitado à superfície textual, em que o papel do leitor é o de recuperar o sentido posto no texto pelo autor. Mas há também as que se inspiram nos Parâmetros Curriculares Nacionais³, documentos que explicitam uma consistente argumentação a favor de um ensino de Língua Portuguesa que priorize o ler e o escrever⁴ de maneira integrada, em que um é a condição do outro.

Esses são apenas alguns exemplos que, mesmo sem visar à exaustividade, servem para ilustrar o que dissemos acima acerca do conturbado cenário do ensino da leitura no Brasil.

A leitura, em nossa perspectiva, é uma prática efetiva que supõe o envolvimento do aluno numa posição de sujeito-leitor em um processo que é altamente subjetivo, uma vez que cada leitor imprime sua singularidade no ato de leitura. Nesse nosso entendimento, a leitura não é algo que possa ser meramente ensinado; é algo que exige ser praticado, vivenciado em uma dada situação espaço-temporal, ou seja, em uma dada instância de discurso. A leitura é constitutiva do escrever. Isso nos impede de reconhecer uma estratégia de leitura cujo objetivo seja tão somente ensinar a ler.

Assim, por acreditarmos na prática de linguagem baseada em uma visão teórica que leve em conta o uso da linguagem e a reflexão sobre a língua/linguagem com vistas ao entendimento de uma prática de ensino de língua centrada na leitura, apresentamos, nesta tese, uma perspectiva sobre o tema leitura ancorada na teoria enunciativa de Benveniste. Essa ancoragem tem por justificativa a necessidade de a questão ser tratada em um contexto teórico amplo, que inclua o autor, o leitor e o texto – o que coaduna com muitas outras teorias – e que os considere como partes de um todo que somente pode ser decomposto na teoria, uma vez

³ Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): documento do Ministério de Educação e Cultura, contendo diretrizes básicas para uma renovação curricular. A leitura é proposta, neste documento, como pré-requisito e objetivo do trabalho coletivo na escola. Esse documento diz sugerir um enfoque enunciativo-discursivo a ser desenvolvido nas salas de aula. Com isso, acreditamos que constituem um grande avanço para o ensino-aprendizagem de leitura e produção de textos no ensino.

⁴ Os objetivos de Língua Portuguesa salientam a necessidade de os cidadãos desenvolverem sua capacidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atuação construtiva e transformadora (PCN, 1998, p. 32)

que, na prática, estão sempre interligados. No entanto, há uma especificidade no que propomos, e ela se resume basicamente nisto: do ponto de vista enunciativo, o leitor é, antes de tudo, um locutor que, no ato de leitura, propõe-se como sujeito, enuncia e enuncia-se; o texto é um complexo jogo de relações entre formas e sentidos; a leitura é um ato de enunciação, de colocação da língua em uso.

O nosso ponto de partida, está claro, situa-se na reflexão de uma abordagem enunciativa da leitura por entendermos que, de um lado – e isto é inegável –, a leitura envolve uma diversidade de aspectos sociais, cognitivos, culturais, entre outros, e, de outro lado, que ela é um ato de constituição de sentido produzido por um locutor que é instaurado, através desse ato, como sujeito.

Procuramos, para este trabalho, além de responder às questões anteriormente colocadas, verificar que aspectos da marcação do sujeito – da passagem de locutor a sujeito – estão envolvidos no ato de produção da leitura. Em suma, buscamos responder: *em que termos podemos pensar a leitura como um ato enunciativo?*

A fim de delimitar nossa trajetória nesta tese, tomamos como mote, principalmente para percorrer as perspectivas investigadas no capítulo 1, a questão: *como é formulada a relação entre sujeito e leitura?*, questão essa que coloca em relevo a problemática da subjetividade na linguagem, foco central das teorias enunciativas.

Nesse caminho, nosso objetivo é, ao produzir uma tese sobre *Enunciação e leitura*, desenvolver uma abordagem teórico-metodológica do ato/processo⁵ de leitura, amparada na teoria enunciativa de Émile Benveniste. Consequentemente, nossos objetivos específicos circunscrevem o escopo da leitura vista como ato de enunciação, quais sejam: a) descrever as marcas que identificam a leitura como um ato/processo enunciativo; e b) formular um caminho metodológico que permita descrever a leitura como modalidade de enunciação.

Desse modo, a reflexão a ser levada adiante diz respeito ao locutor e às formas linguísticas de sua presença no discurso; ao interlocutor (alocutário) e às formas linguísticas de sua presença no discurso; à instância de discurso e às formas linguísticas de sua presença no discurso (marcas de tempo e de espaço).

⁵ Utilizamos ato/processo para referir a leitura à enunciação tendo em vista que Benveniste em “O aparelho formal da enunciação”, utiliza estes termos para designar a enunciação. É o que se vê nas seguintes passagens: “enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado [...]”; “este grande processo pode ser estudado sob diversos aspectos [...]”.

Isso posto, passamos, a seguir, a explicitar ao leitor o trajeto escolhido para sustentar nossa tese de que *ler é enunciar*.

Refletindo sobre algumas das principais abordagens da leitura produzidas no contexto brasileiro, a fim de obtermos uma visão do campo dos estudos referentes às práticas de leitura, descrevemos, no primeiro capítulo (cf. capítulo 1), os principais parâmetros que configuram esse contexto, focalizados nos diversos aspectos envolvidos no processo de leitura.

Percebemos uma dimensão aplicada da leitura, que considera, principalmente, a leitura no âmbito social. Para os autores pesquisados (cf. 1.1), a leitura se configura eminentemente a partir de questões culturais, sociais e pedagógicas, pois deve conduzir o leitor a uma reflexão crítica tendo compromisso com a sua realidade.

Vemos, ainda, que tomar a leitura a partir do aspecto cognitivo (cf. 1.2) significa reconhecer um processo delineado a partir de mecanismos, estratégias e práticas que se direcionam para o desenvolvimento do processo de leitura. Trazemos, neste item, autores que têm interesse pela forma como se lê, pelas estratégias utilizadas na leitura e, além disso, uma preocupação constante com a questão da interação.

Segundo os autores que enfatizam os aspectos cognitivos, a leitura é vista como um processo ativo que envolve tanto decodificação quanto aspectos como extração de informações de um texto, de reconstrução de sentido, de compreensão. A interação faz parte do processo de leitura, uma vez que engloba a tríade leitor-autor-texto. Com ênfase nas relações socioideológicas, a perspectiva dos estudos do campo da Análise do Discurso apresenta-se como uma teoria da leitura, apontando que texto e discurso caracterizam-se de modos diferentes (cf. 1.3). O primeiro seria a materialidade linguística do segundo. Nessa concepção, o sujeito é constituído ideologicamente, e a leitura está na dependência dos lugares sociais ocupados por um sujeito que se constitui historicamente.

As três perspectivas investigadas no primeiro capítulo – a que enfatiza os aspectos culturais, sociais, pedagógicos ligados ao ensino da leitura; a que desenvolve os aspectos cognitivos das estratégias de leitura; e a que prioriza aspectos discursivos – nem esgotam as problemáticas concernentes ao campo, nem mesmo poderiam ser consideradas as únicas possibilidades. Nossos critérios de seleção são explicitados logo no início do capítulo. Cabe, porém, adiantar que recorreremos a tais estudos pela proximidade que têm com o campo enunciativo: todos, mesmo que de formas díspares entre si, vislumbram a língua em uso.

Depreendemos dessa investigação posicionamentos distintos no que diz respeito à leitura, mas que, de uma forma ou outra, conduzem a um mesmo objetivo (cf. 1.4), qual seja, o de tomar a leitura como um problema específico da escola. Todos os autores abordados nesse primeiro capítulo ambientam a discussão em torno da leitura no espaço escolar. Nesse caminho, podemos dizer que suas reflexões convergem para práticas consistentes no/para o processo de leitura na escola.

Uma vez feito esse percurso, verificamos a necessidade de buscar um outro enfoque. No capítulo seguinte (cf. capítulo 2), contemplamos os recortes teóricos que nos conduzem ao objetivo maior de nossa pesquisa, qual seja: apresentar a leitura como uma modalidade de enunciação, resgatando dos estudos de Émile Benveniste alguns dos principais conceitos que permeiam sua teoria, reconhecendo uma interdependência entre eles, para, a partir daí, compreender como a leitura, mesmo não explicitamente prevista em seus estudos, pode ser vista como uma modalidade de enunciação.

É esse o capítulo que embasa teoricamente nossa tese. A partir dele é que construímos todos os demais.

Em virtude de ser considerado um dos primeiros linguistas a ressaltar o uso da língua pelo locutor, buscamos evidenciar a importância dos estudos de Émile Benveniste apresentando, primeiramente (cf. 2.1), sua filiação teórica. Em seguida, com uma leitura detalhada dos textos presentes em “Problemas de linguística geral I” (PLG I)⁶ e “Problemas de linguística geral II” (PLG II), apontamos os principais aspectos que caracterizam, em Benveniste, um percurso enunciativo.

Desse modo, tomamos como propósito para o desenvolvimento de nossa pesquisa alguns textos agrupados sob o título *O homem na Língua*, do PLG I, principalmente por suas reflexões em torno da *subjetividade* na linguagem. Na continuidade, detemo-nos, ainda, nos artigos “A forma e o sentido na linguagem”, “Semiologia da língua”, e “O aparelho formal da Enunciação” (PLG II), artigos esses que levam às noções de significação, referência, instância de discurso, entre outras. Acreditamos ser possível, com essa retomada, relacionar os conceitos de forma a subsidiar nossa hipótese de que a leitura, como uso de linguagem, é uma modalidade de enunciação.

⁶ Os dois volumes de Problemas de linguística geral, de Émile Benveniste, serão referidos em citações segundo o seguinte sistema: sigla PLG, seguida da indicação do volume e da página.

A partir dessa revisão teórica inicial, levantamos a hipótese de que as ideias benvenistianas podem conduzir a uma teoria enunciativa da leitura. Tal hipótese é reforçada pela análise dos diferentes modos de tratamento dado à linguagem e à presença do homem na língua. Entendemos que, com Benveniste, é possível estabelecermos relação entre leitura e enunciação. A percepção dessa possibilidade concorreu para que determinássemos o objetivo geral de nossa pesquisa: *apresentar a leitura como uma modalidade de enunciação*.

Assim, após a retomada de autores que tratam da leitura (cf. capítulo 1) e a apresentação da teoria de Benveniste (cf. capítulo 2), damos continuidade ao nosso trabalho demonstrando como esse percurso pode contribuir para corroborar nossas hipóteses quanto à *leitura como uma modalidade de enunciação* (cf. capítulo 3). Analisamos e avaliamos, portanto, a questão da enunciação e sua relação com a leitura. Para esse fim, o ponto de apoio é a presença do locutor nos estudos enunciativos, presença essa ligada ao processo de leitura. Portanto, aqui, interessa-nos esclarecer os conceitos iniciais da teoria e reconhecer sua interdependência, de modo a reinterpretá-la a partir do fenômeno da leitura.

Com essa trajetória, acreditamos ser plausível relacionar teoria e metodologia a fim de direcionar a apresentação de princípios de uma teoria de leitura que leve em conta a presença do locutor no ato/processo. Não podemos negar que, com isso, esperamos, a exemplo de outros autores do campo, deslocar nossas descobertas para o ensino de leitura.

No quarto capítulo contemplamos os procedimentos metodológicos relativos ao *corpus* e a sua análise.

Sobre esse capítulo vale a pena nos determos um pouco para apresentá-lo desde já ao leitor. O *corpus* utilizado para dar a conhecer nossa tese de *que ler é enunciar* é constituído por um conjunto de três redações do concurso vestibular/2011 da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Sem dúvida, dizer apenas isso é insuficiente. Cabe-nos justificar a escolha, mesmo que em caráter introdutório.

Os textos de vestibular têm sido objeto de estudo há muitos anos na pesquisa linguística brasileira. Porém, normalmente, esses estudos interessam-se mais pelo aspecto da produção textual que pelo aspecto da leitura. Em outras palavras: redação de vestibular é, geralmente, matéria de exame junto a teorias que estudam o processo de produção do texto e não o de leitura.

Ora, não podemos desconsiderar que nossos alunos produzem redações de vestibular a partir de uma proposta de redação que lhes é feita. Ou seja, a redação que escrevem

materializa a leitura que fazem da proposta de redação. Não seria absurdo dizer, então, que o aluno que produz um texto de vestibular o faz a partir de um diálogo que estabelece com a própria proposta de produção do texto e a partir de uma atribuição/constituição de sentidos.

Na verdade, a situação enunciativa de produção de um texto de vestibular é suficientemente complexa para não se resumir ao que dissemos no parágrafo anterior. Mas não podemos negar que, se percebida do ponto de vista da leitura, a redação de vestibular é, num primeiro momento, uma explicitação da leitura que o aluno faz da proposta do vestibular. São os termos dessa leitura que estão em exame quando, por exemplo, uma banca de avaliação considera que um texto fugiu ao tema, ou não. A fuga ao tema da proposta na prova de redação nada mais é que uma leitura, materializada na produção de um texto, que não vai ao encontro do que se esperava.

A proposta de redação de um vestibular é uma enunciação que está na história de constituição da enunciação atual, a redação.

Certamente, há muito ainda a se dizer sobre isso, pois, afinal, se é verdade que o aluno lê a proposta para produzir o seu texto, não é menos verdade que faz isso a partir da atenção a aspectos de forma e sentido. Enfim, o capítulo 4 de nossa tese apresenta o *corpus* e fornece maiores informações metodológicas relativas ao tratamento da redação de vestibular como uma leitura.

No quinto capítulo, procedemos às análises. No sexto capítulo, finalmente, tecemos considerações que evidenciam, a partir da análise, a visada da leitura como um ato de enunciação, tema desta tese.

Esta pesquisa, portanto, propõe um novo conceito de leitura, tendo em vista a perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste e o *corpus* em estudo.

Para finalizar, não podemos deixar de lembrar nessas últimas palavras da Introdução: temos interesse em relacionar nossa pesquisa ao processo de ensino, pois o que se tem em leitura, hoje, nessa perspectiva é insuficiente. Trazemos, então, a leitura como um ato de constituição de sentido produzido por um locutor que é instaurado, através desse ato, como sujeito. Pretendemos apontar os aspectos de marcação do sujeito envolvidos no ato de produção de leitura a fim de contribuir teoricamente para o ensino de leitura. Afinal, esta tese é escrita por quem passou os últimos trinta anos ensinando.

CAPÍTULO 1

A leitura no Brasil: alguns parâmetros

É a vida em comum que nos cria a necessidade de ler: ler os outros, ler a nossa disposição para os outros, ler o texto comum que nós e os outros escrevemos de todos para todos.

Maria Alzira Seixo

Este capítulo examina algumas das principais abordagens da leitura produzidas no contexto brasileiro. Há, ao menos, um motivo para fazermos isso nesta tese: a leitura não é tema novo na reflexão linguística, e a produção de pesquisa no campo exige de quem a faz que entenda o estado da arte da área.

Como se sabe, são muitos os pesquisadores da área de leitura na linguística, em geral, e na linguística brasileira, em particular, que têm desenvolvido trabalhos em diferentes perspectivas teóricas. Alguns mais preocupados com aspectos culturais, sociais, pedagógicos; outros, com métodos e processos para praticar a leitura⁷. Também são vários os caminhos a serem percorridos para falar em leitura⁸.

Os discursos sobre leitura são muitos: social, político, pedagógico, linguístico, entre outros. Há, no entanto, uma problemática teórica que poderia, de certa forma, ser considerada um ponto de partida unificador a respeito do tema: a busca de respostas a questões como “o que é leitura?”; “pode-se ensinar alguém a ler?”; “como ocorre esse ensino?”; “basta conhecimento prático para que se ensine a ler?”; “quem é esse sujeito que está na base do ato de ler?”.

⁷ De todo modo, talvez se possa encontrar uma convergência de objetivo final de todos, ao menos no cenário da linguística brasileira, qual seja: a maioria dos pesquisadores procura contribuir para que suas teorias cheguem à escola e possam se tornar práticas consistentes no/para o processo de leitura. Assim, não seria errado supor que a leitura, principalmente no contexto brasileiro, tem sido apresentada como um problema específico da escola, onde, acredita-se, seja o lugar em que as pessoas têm, muitas vezes, a única oportunidade de contato com o texto escrito.

⁸ A construção desse caminho se dará, em nossa perspectiva, a partir da leitura do texto escrito, mesmo considerando que a leitura não está restrita à recepção e à interpretação do texto verbal. Sabemos muito bem que se pode “ler” a mão, uma obra de arte, a música, enfim, sabemos que o mundo se constrói a partir da leitura que se faz do que está a nossa volta. No entanto, nosso enfoque está restrito ao tratamento linguístico do tema. Desse modo, aborda-se a questão restringindo a discussão apenas à leitura do texto escrito, que, como lembra Martins (1982), é um processo de formação global do indivíduo a que não se tem acesso naturalmente.

Subjazem a essas perguntas questões de natureza epistemológica, conceitual e, mesmo, aplicada. Ou seja, muitos são os pontos a tratar para que se entenda o que realmente ocorre quando se fala em leitura.

Para responder a todas essas questões é necessário reconhecer que o tema é multifacetado e que, para discuti-lo, impõe-se traçar uma direção, direção essa que, aqui, é seguida, inicialmente, a partir de várias perspectivas linguísticas⁹ que têm a linguagem como ponto de partida.

Como adiantamos na *Introdução* (cf. supra), nossa tese busca *explicitar os termos pelos quais se pode pensar em uma abordagem enunciativa de leitura*. Em outras palavras, se é verdade que a leitura envolve aspectos sociais, cognitivos, culturais, entre outros, não é menos verdade que a leitura é ato de constituição de sentido produzido por um locutor, ato esse que o instaura como sujeito¹⁰. Logo, nada mais pertinente do que verificar que aspectos de marcação do sujeito estão envolvidos no ato de produção da leitura. Em suma, buscamos responder: *em que termos podemos pensar a leitura como um ato enunciativo?*

Para tanto, a seguir, é feito um levantamento acerca de alguns dos trabalhos mais representativos sobre o tema produzidos no Brasil. Quanto a isso, cabem ainda alguns esclarecimentos:

- a) Selecionamos estudos desenvolvidos no cerne da reflexão brasileira sobre a linguagem. Isso se deve menos a um ufanismo que, facilmente, passaria por excessivo no contexto de uma tese, e mais a um dos objetivos explícitos que temos com esta tese: o de contribuir para os aspectos voltados ao ensino da leitura no Brasil (cf. Introdução);
- b) os recortes feitos não devem ser tomados nem como definitivos, nem como exaustivos, nem como únicos. Com isso, queremos dizer que a abordagem que fazemos adiante cumpre apenas o papel de dar a conhecer, por contraste, a nossa

⁹ Só para ilustrar a complexidade da questão e a significativa variedade de trabalhos sobre o tema, podemos citar dentre os autores que discutem o assunto: Martins (1982); Freire (1992); Kleimann (1989, 2004, 2007,); Kato (1990, 1995, 2004); Fulgêncio (1998); Orlandi (1987, 1996, 1998, 1999, 2004, 2006); Silva (1981, 1983, 1988, 1993); Leffa (1996); entre outros.

¹⁰ Estamos operando aqui com uma distinção, ainda não explicitada, entre locutor e sujeito. Tal distinção ficará mais bem explicitada no capítulo 3 (cf. infra), quando o quadro teórico enunciativo será apresentado. Neste momento, basta aludirmos que, em nossa perspectiva, o locutor torna-se sujeito pelo uso individual que faz da língua. Com isso, queremos dizer que cada locutor se singulariza, torna-se sujeito, a cada uso em uma dada instância de discurso. Esse raciocínio, tomamos emprestado da afirmação de Benveniste, em *Da subjetividade na linguagem*, texto de 1958: “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286).

perspectiva de tratamento do tema da leitura, que não se veja nisso nenhuma pretensão de esgotá-lo;

- c) a todas as perspectivas investigadas, fazemos uma pergunta, a partir da qual estruturamos a continuidade deste trabalho: *como é formulada a relação entre sujeito e leitura?* Explicamo-nos: nossa pesquisa será guiada por tal questionamento porque ele coloca em destaque a problemática da subjetividade na linguagem, foco central das teorias enunciativas, base desta tese (cf. capítulo 2).

Da aplicação desses critérios, acreditamos, formula-se o objeto desta tese que nos conduz adiante.

1.1 *Os aspectos culturais, sociais e pedagógicos ligados ao ensino da leitura*

Começemos por Paulo Freire, cuja obra se insere no contexto amplo de formação dos pensadores do campo da leitura no Brasil. Talvez uma das primeiras e mais influentes reflexões já produzidas sobre leitura entre nós, o pequeno “A importância do ato de ler”, em três artigos que se completam, publicado pela primeira vez em 1981, é de especial interesse para os nossos objetivos, em função da noção de *ato* por ele mobilizada já no título. Também nós acreditamos que ler é um *ato* e esperamos poder explicitar esse posicionamento mais adiante com mais vagar (cf. capítulo 3).

Por ora, passemos, pois, a falar um pouco sobre as inesgotáveis leituras que “A importância do ato de ler” nos apresenta.

Freire desenvolve uma reflexão voltada ao âmbito da cultura¹¹, priorizando a existência social e individual dos homens. Ao trabalhar a temática da leitura, Paulo Freire expõe sua experiência sobre alfabetização, especificamente de adultos, apontando que *a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo*. Por isso, como salienta o autor, o ensino da escrita e da leitura deve sempre partir das relações entre o texto e o contexto, pois o que se lê é antes de tudo o próprio mundo que nos rodeia, dependendo sempre da percepção de cada um para reconhecer essa leitura como significativa.

¹¹ Aquisição sistemática da experiência humana (Dicionário Paulo Freire, 2009, p. 108-109).

Ler é um processo que envolve uma visão crítica, que não está especificamente na decodificação da palavra escrita, mas na apreensão do sentido de um texto escrito. E, para que isso aconteça, é necessário que se ativem conhecimentos prévios que englobem não só conhecimento de mundo, como também conhecimento linguístico e conhecimento textual, de modo que se possa chegar a um sentido para o texto. Assim, a leitura só acontece verdadeiramente quando o leitor se compromete com o texto lido, tornando-se sujeito desse texto.

Dessas colocações podemos inferir abordagens diferentes – e complementares no raciocínio de Paulo Freire – para a leitura. Em um primeiro momento, temos a leitura de modo geral: tudo pode ser lido a partir do momento em que apresente um sentido. Essa leitura deve estar presente em todos os momentos da vida do homem. É dessa leitura que trata Paulo Freire ao dizer que *a leitura do mundo precede a da palavra*. É a partir dessa *leitura do mundo* que surge a leitura da palavra escrita, quando o leitor deve assumir-se frente ao texto como sujeito curioso, sujeito do processo de conhecer, engajando-se numa experiência criativa de compreensão. Trata-se, pois, de um *ato*: o *ato* de ler.

Vale a pena chamar a atenção para alguns aspectos que vemos implicados na noção de *ato* presente em Paulo Freire. Trata-se, sem dúvida, de um acontecimento com forte acento político e social, mas vemos também a ênfase na constituição de sentido realizada por um falante em determinada situação, que tem efeito criativo. É isso que encontramos na passagem seguinte: “enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito” (FREIRE, 1992, p. 13). Unem-se aqui elementos que são vitais para a proposta de Paulo Freire.

Em complementação ao que é apresentado em “A importância do ato de ler” e com o intuito de mostrar a importância que tem a leitura na obra de Paulo Freire, selecionamos dois verbetes presentes no “Dicionário Paulo Freire”¹² que são representativos para compreender a construção teórica do autor em relação à temática da leitura. O primeiro verbete, “Leitura do Mundo”, diz que “a leitura do mundo contextualiza, gesta e emoldura um sentido para a palavra. Palavra que, ligada ao contexto, engravidamos de sentidos íntimos e coletivos [...]” (Dicionário Paulo Freire, 2009, p. 240).

¹² O Dicionário foi organizado por um grupo de professores cuja intenção foi a de apreender as palavras, as expressões e os conceitos presentes na obra de Paulo Freire.

Já no segundo verbete, “Ler/Leitura”, encontramos a importância de uma concepção crítica de leitura que implica a percepção das relações entre o texto e o seu contexto, sem fazer dicotomia entre ambas as leituras. Diz o verbete: “a leitura do mundo e da palavra é, em Freire, direito subjetivo, pois, dominando signos e sentidos, nos humanizamos, acessando mediações de poder e cidadania” (ibidem, p. 243).

Depreendemos desses dois verbetes que a *palavramundo* – termo criado por Paulo Freire e que se refere à realidade do sujeito em seu contexto de vida – está relacionada ao ensino que, segundo Freire, deve ter o enfoque em temas geradores¹³, presentes na realidade do sujeito. A partir da realidade, da sua realidade, é que os sujeitos se fazem livres e, desse modo, tornam-se comprometidos com a transformação da sociedade. Os sujeitos, através de suas ações e reflexões, têm a possibilidade de interferir e transformar a ordem das coisas, dando-lhes o seu sentido. Para Freire, *o homem integrado é o homem sujeito*, aquele que, junto com os demais, dialoga e age (ibidem, p. 394).

No mesmo caminho de Freire – em especial, também recorrendo à ideia de *ato* – encontramos Martins (1982) que, abrangendo uma visão ampla de leitura, discute expressões como “fazer a leitura de um gesto”, de “uma situação”, “ler o olhar de alguém” com o intuito de mostrar que a leitura não se restringe à escrita e que ser leitor não significa ser apenas decodificador da palavra escrita.

Segundo a autora, é preciso entender que as coisas só têm sentido para nós no momento em que se institui uma ligação com nossa realidade e que, para que isso aconteça, é necessário uma conjunção de fatores pessoais tais como o momento, o lugar e as circunstâncias. Com a leitura de um texto escrito não pode ser diferente.

Ler o texto escrito significa que o ato de ler deve estar ligado a uma experiência, a nossa realidade mais próxima, pois caso isso não aconteça “é impossível dar-lhe sentido porque diz pouco ou nada para nós” (MARTINS, 1982, p. 10). Para Martins, é importante pensar o funcionamento do *ato* de ler relacionando-o à *própria existência do homem*. Para isso, discute três níveis de leitura – sensorial, emocional e racional –, os quais são inter-relacionados, pois isoladamente a leitura deixaria de ser dinâmica.

¹³ A palavra *tijolo*, por exemplo, é considerada um tema gerador para a alfabetização de adultos trabalhadores na construção civil (Dicionário Paulo Freire, 2009, p. 243). As palavras geradoras partiam do universo vocabular dos alunos e da comunidade e serviam de base para as lições de alfabetização.

Ao falar no nível sensorial, Martins discute o modo como o indivíduo lê, dando sentido ao que o rodeia, e à relação que mantém com esse meio. É uma leitura inconsciente – no sentido de irrefletida –, que tende ao imediato, uma vez que envolve os sentidos, levando o leitor a reconhecer o que lhe agrada, ou lhe desagradar. Essa é a leitura que pode revelar o prazer de ler, sem o compromisso de raciocinar ou de justificar esse ato. Nesse nível, o indivíduo está livre para saciar a curiosidade, para sentir a alegria e o prazer de reconhecer que tudo o que sente está relacionado a sua experiência de vida.

Na leitura emocional, o leitor se envolve com o texto, identifica-se com ele, libera seus sentimentos, tendo sempre em vista suas emoções e seus sonhos como referência. Nesse nível, o leitor não questiona o texto, mas o que esse lhe provoca. E o texto tanto pode provocar-lhe emoções, alimentando fantasias, como pode também iludi-lo, levando-o a se afastar de uma realidade insuportável, fazendo com que o texto deixe de ser objeto de lazer. A leitura, nesse caso, será, então, desencadeada pela *história pessoal do leitor e do seu contexto*, através de suas lembranças, seus desejos e suas alegrias.

A leitura racional, mesmo se tratando de um nível reflexivo e dinâmico, não deixa de estabelecer relação com os dois primeiros níveis de leitura aqui apresentados, pois reconhece a necessidade de um diálogo entre a experiência pessoal do leitor e uma visão da própria história do texto. A leitura racional questiona a individualidade do leitor e o mundo das relações sociais o que o leva a expandir os horizontes de suas expectativas. É nesse nível que o leitor se questiona, que busca explicação para sua leitura, que traz à memória a sua história, e que, a partir de pistas, compreende o objeto em seu todo. Não significa, porém, que só chega a esse nível o indivíduo que saiba ler a palavra escrita. Todos são capazes de, a partir de experiências pessoais, realizarem uma leitura reflexiva do que está a sua volta.

Conforme Martins é impossível não reconhecer a interação entre os três níveis e a relação que esses têm com a história, a experiência e a circunstância de vida de cada leitor no ato de ler.

Silva (1981), também preocupado com aspectos sociais e pedagógicos da leitura, tem em seu trabalho a atenção dirigida para a leitura no âmbito da sociedade, da escola, da biblioteca, pois considera que nesses espaços se inicia a formação do leitor. Sua preocupação com tais aspectos se deve, principalmente, ao reconhecimento de um *apagamento do sujeito que lê*, e isso acontece porque as sociedades são fechadas e autoritárias e manipulam o sujeito pelas regras do consumo e da massificação.

O exercício da leitura tem muito a ver com a conscientização e a elevação do homem, pois é um instrumento pedagógico cultural que o leva a se alçar a um novo patamar educacional e social. O autor acredita na importância de criar-se uma sólida tradição científica na área da leitura, ou seja, a leitura deve ser discutida a partir de uma teoria. Desse modo, credita-se ao autor um sistemático trabalho de valorização da leitura o qual tem por fio condutor a necessidade do estabelecimento de teorias específicas que dêem conta do problema¹⁴.

Colocando-se sob a óptica de base psicológica e filosófica, Silva procura delinear “esquemas de ação para o ensino-aprendizagem de leitura” (1981, p. 11), centrando-se na importância da natureza do *ato* de ler e sistematizando alguns aspectos primordiais de valorização da leitura. Entre esses aspectos o autor destaca as condições de ordem sociocultural e econômica, importantes para que a leitura seja praticada.

A leitura deve ser considerada uma conquista cultural, porta de acesso para a “apropriação dos bens culturais registrados pela escrita” (idem, 1983, p. 22) e, somente ao homem, através da linguagem, é dada essa possibilidade, que o leva a constatar a realidade, a transformá-la e a utilizá-la em benefício próprio. Ler é, pois, exercitar o pensamento agindo de forma reflexiva e crítica, para que haja uma transformação cultural e social. É difícil, porém, reconhecer que esse processo ocorra naturalmente, que está vinculado às experiências do homem no dia a dia, e que um olhar, um cheiro, uma pintura, um toque, uma música, enfim tudo que está a nossa volta está sendo lido. O leitor não é reconhecido como o sujeito que lê a palavra e o mundo.

A leitura só se torna importante no momento em que o sujeito é alfabetizado, que começa a ler a palavra, ou seja, a alfabetização, considerada prioridade no processo inicial, não é, porém, suficiente para tornar um indivíduo leitor. O problema da leitura, assim como outros problemas sociais, está atrelado a uma política educacional, que prevê, como atividade de leitura, um texto específico que deve ter uma interpretação única. Dessa forma, fica difícil admitir que a leitura seja um ato de libertação, de conscientização, de questionamento, com o fim de realizar o homem integralmente.

Outro aspecto importante na valorização da leitura considerado por Silva diz respeito à trajetória do leitor, pois não mais serve o caminho já aberto que apontava a leitura como

¹⁴ Tornar o leitor apto compreender o(s) sentido(s) do texto(s) e a ser crítico e/ou criativo frente ao objeto lido e ao mundo a que esse se refere (ZILBERMAN; SILVA, 2004, p. 115).

processo de decodificação, leitura mecânica que valoriza exageradamente elementos formais. É de suma importância ir além, possibilitar ao leitor ser “sujeito de seus próprios atos” (ibidem, p. 99). É necessário entender que o processo de leitura se encaminha para a ideia de compreensão, de interpretação e de significação, pois leitura é atribuição contínua de significados. Em Silva encontramos que

Compreender a mensagem, compreender-se na mensagem, compreender-se pela mensagem – eis aí os três propósitos fundamentais da leitura, que em muito ultrapassam quaisquer aspectos utilitaristas, ou meramente “livrescos”, da comunicação leitor-texto. Ler é em última instância não só uma ponte para a tomada de consciência, mas também um modo de existir no qual o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a compreender-se no mundo. (1981, p. 45)

Nessa passagem entende-se que o indivíduo, ao compreender, está tornando visível um significado descoberto não apenas com o texto, mas com sua experiência de leitor que, ao desvendar o pensamento do autor, cria enfrentamento entre as várias interpretações possíveis. Enfim, compreender é sintetizar, abrindo espaço para a interpretação¹⁵. É, portanto, com as experiências do leitor, com sua liberdade de compreender a realidade, que a leitura pode ser mais produtiva, o que significa instrumento para reflexão e para crítica, através da atuação do sujeito-leitor que participa ativamente do processo à medida que constrói um novo texto (ibidem, p. 27). Dito de outra forma, a leitura crítica é que vai mostrar quem é o leitor e que vivências ele apresenta, sendo que sua leitura sempre será um novo texto (SILVA, 1983, p. 74).

O autor não deixa de abordar, ainda, a questão pedagógica da leitura, pois a considera totalmente desvinculada de uma base teórica. Os educadores, que agem mais no ensaio e erro, não têm ciência do real significado da função da leitura no ensino, desconhecem a natureza social da leitura, e o texto transforma-se num fim em si mesmo. Mesmo assim, é importante reconhecer que *a escola é um elemento de transformação que não pode ser negligenciado*, uma vez que depois de aprender a ler, mesmo que isso signifique apenas o processo de decodificação, o aluno não perde mais essa condição. Então, o que falta é um trabalho que reconheça o papel do autor e do leitor nessa relação de interação, mostrando que, se o autor constrói a partir de suas experiências o texto, o leitor, também, transforma e/ou recria um outro texto dando significados.

¹⁵ A interpretação não é única, pois são muitos os processos de leitura que serão ativados de acordo com os objetivos de cada leitor.

Segundo Silva, são, portanto, vários os fatores envolvidos no processo de leitura, mas, acima de tudo, a leitura é uma prática social, e o seu ensino não pode estar desvinculado de uma posição histórico-social, pois essa se liga à natureza social do indivíduo.

Ainda, nesse caminho, destacamos que, se há uma preocupação com a leitura em sua dimensão social, há também uma história para essa preocupação. Por isso trazemos, a partir das palavras de Regina Zilberman (1989), essa história. Achamos importante destacar que a autora tem procurado desenvolver um trabalho de descrição a respeito da história que envolve a formação do leitor, assim como retrata muito a formação do leitor brasileiro. Segundo Lajolo e Zilberman, a história da leitura está ligada ao processo¹⁶ de nascimento do leitor, o qual “é personagem da modernidade, produto da sociedade burguesa e capitalista, livre dos traços de dependência da aristocracia feudal e do estreitamento corporativista das ligas medievais” (1996, p.9).

Para Zilberman, desde o século XVIII, a sociedade tem mostrado, a partir da escrita, uma nova realidade, principalmente pela ampliação do sistema escolar e, também, por questões econômicas e políticas. Assim, temos que

[...] a sociedade européia, e ocidental, por extensão, vive sob o emblema da revolução duradoura, que se manifesta em diferentes níveis: no econômico, persistem as consequências da revolução industrial, a que se associam profundas modificações tecnológicas e científicas; no plano político, a revolução democrática determina o avanço irrefreável das formas de participação popular, na direção de um sistema comunitário apoiado na igualdade entre todos os seus membros. E, enfim, desdobra-se uma revolução cultural, assinalada pela expansão das oportunidades de acesso ao saber. (ZILBERMAN, 1989, p.12)

No Brasil, a sociedade leitora se forma e se fortalece a partir de 1840, época da monarquia¹⁷, fortalecimento esse que estava limitado, inicialmente, aos próprios escritores¹⁸, “eles mesmos criadores e leitores das obras que ali apareciam” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p.18).

¹⁶ A leitura é uma das primeiras manifestações da indústria do lazer. Processo que, de um modo ou outro, foi afetado por fatores como individualismo da sociedade burguesa, como a visão de mundo antropocêntrica estimulada pela Renascença e difundida pela filosofia humanística, como o processo tecnológico, com o desenvolvimento da imprensa, a expansão da escola e do pensamento pedagógico apoiado na alfabetização, e como o fortalecimento de instituições culturais, entre outros (Lajolo; Zilberman, 1996, p. 9).

¹⁷ Em nosso país, a instalação da imprensa e das escolas está relacionada às necessidades geradas pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

¹⁸ As primeiras obras literárias procuravam dar um lugar de destaque ao leitor com o intuito de levá-lo a dar continuidade à leitura. Assim fizeram Manuel Antonio de Almeida, Machado de Assis entre outros, procurando estabelecer uma certa familiaridade entre autor e leitor (ZILBERMAN, 1989, p. 24).

O leitor brasileiro se emancipou, e essa emancipação esteia-se na modernização de nossa sociedade. Se partirmos do conceito de leitor, surgido no século XVIII, apontamos que sua história começou com a expansão da imprensa e que se desenvolveu graças à ampliação do mercado do livro, à difusão da escola, entre muitos fatores. O leitor passou a existir.

Se levarmos em conta os fatores apontados, veremos que há necessidades sociais e pedagógicas implicadas no processo: tem-se de consumir livros e jornais, quem consome tem de ter habilidade de leitura, o que advém do fortalecimento da escola¹⁹. Eis, então, o nascimento do leitor.

O fazer pedagógico da leitura se constituía em ler textos exemplares, tendo como costume a leitura em voz alta de trechos selecionados, sequencialmente se propunha uma produção textual que contemplasse o gênero lido. Em livros didáticos da década de 20 há uma sequência característica da entrada do texto em aula para a leitura. Primeiramente ocorre a leitura (silenciosa, em voz alta), seguindo-se a interpretação através de questões específicas e, por fim, a produção do texto (ZILBERMAN, 1989, p. 12)

Apesar de, na escola, haver uma necessidade de generalização da habilidade de ler, de a leitura ser uma tarefa mecânica e estática, e de que ler, desse modo, significa ascender socialmente, é preciso reconhecer que, por “desencadear um processo de democratização do saber e dar maior acesso aos bens culturais, a escola é um elemento de transformação que não pode ser negligenciado” (ibidem, p.15). O ambiente escolar pode representar, dependendo do modo como o processo é desenvolvido, a oportunidade de transformação do aluno em leitor ou não leitor. Assim, a leitura é transformadora, o leitor, dotado de reações, de desejos e de vontades, deve ser seduzido e convencido, não há mais lugar para o leitor como um receptor passivo.

Consideramos, apoiados pela autora, que ler e escrever, atualmente, não têm o mesmo valor que tinham há cinquenta anos, pois a leitura deve ser colocada como objetivo principal no âmbito escolar, o que significa levar em conta a multiplicidade cultural com finalidade de preparação para a cidadania.

Isso posto, cabe agora encaminhar, como forma de síntese, algumas considerações relativas ao que temos chamado de aspectos sociais, culturais e pedagógicos da leitura.

¹⁹ Não podemos deixar de destacar que o livro didático é considerado uma das condições para o funcionamento da escola. Como apontam Lajolo e Zilberman, “se a sociedade supõe que a educação dos indivíduos passa pela escola, como já ocorria entre os gregos e os latinos, então é mister produzir livros para estudantes e dispor de professores, esses também formados pelos livros e usuários profissionais desse instrumento” (1996, p.121).

1.1.1 A leitura como ato social

Como dissemos anteriormente, não temos o objetivo de esgotar o tratamento dado ao tema no âmbito do recorte que fizemos, não temos nem mesmo a pretensão de sugerir que os autores que lembramos sejam os mais representativos. Nossa escolha tão somente reflete um prisma de abordagem da questão.

Podemos, então, dizer que, a partir dos autores antes destacados, é possível delinear eixos comuns que norteiam uma visão eminentemente voltada aos aspectos sociais, culturais e pedagógicos da leitura cujo fim é o espaço escolar. Há um ponto em comum entre os autores estudados acima: a preocupação com a dimensão aplicada da leitura. *É a leitura do mundo de Paulo Freire, são os três níveis de Martins, são os esquemas de ação para o ensino-aprendizagem de leitura de Silva*²⁰ e, em Zilberman e em Zilberman e Lajolo, *é a história dessa problemática*, delimitando a questão a partir do social e do pedagógico.

Em todos, percebemos preocupação com a leitura na sua dimensão social. Disso deduz-se facilmente que a pergunta que nos conduz sobre a relação entre sujeito e leitura seria respondida, no contexto dessas teorias, como uma só palavra: social. A relação suposta é de cunho social, o espaço é a escola, e o propósito é a formação de um homem crítico. O sujeito-leitor, cuja noção está subjacente às visões teóricas estudadas, é um sujeito de natureza social, enraizado na escola e oriundo de uma realidade sócio-histórica complexa. É por isso que destacamos a ideia de *ato*, tão insistentemente reiterada pelos autores investigados. A leitura por eles concebida é, antes de tudo, um ato social no qual estão implicados sujeito e realidade sócio-histórica.

De nossa parte, nada há a ser acrescentado a tais reflexões, assim como nada a ser contraposto. Elas são absolutamente consistentes e possibilitam verdadeiros avanços no campo nos quais estão enraizadas. No entanto, há apenas um motivo que nos faz manter algum distanciamento, mesmo sem oposição, das reflexões acima: o fato de elas extrapolarem a abordagem linguística, embora pressuponham uma reflexão sobre linguagem. Os trabalhos até aqui referidos, sem dúvida, incluem a linguagem em suas considerações, no entanto, o fazem de maneira distante da abordagem linguística.

²⁰ Para estes autores a concepção de sujeito deve, através da educação, estar imbricada na ideologia e, assim, levar a vivenciar experiências que remetam à compreensão do mundo.

Muito do que foi explicitado pelos autores até aqui contemplados deverá retornar em nosso capítulo final (cf. capítulo 6), uma vez que lá faremos uma discussão mais ampla, que visa a contemplar a leitura na realidade da escola. Por ora, no entanto, deixaremos em suspenso os aspectos culturais, sociais e pedagógicos ligados ao ensino da leitura, uma vez que, em nossa perspectiva, tal ensino decorre diretamente da problematização em torno da noção de língua/linguagem.

A seguir, buscamos numa perspectiva linguística *stricto sensu* elementos para saber mais sobre a *relação entre sujeito e leitura*, questionamento esse que norteia nossa incursão pelas teorias.

1.2 Os aspectos linguístico-cognitivos das estratégias de leitura

Acima, vimos reflexões que consideramos relacionadas a uma perspectiva cultural, social e pedagógica. Porém, introduzir um novo item, que busca compreender os aspectos cognitivos envolvidos no processo de leitura, não significa, em relação aos objetivos gerais, que vemos uma ruptura com os autores citados anteriormente. Pelo contrário, trata-se de uma complementaridade: cada perspectiva olha a leitura a partir de seu ponto de vista. Ao trazermos a vertente cognitivista²¹ queremos dar lugar às teorias que visam a perspectivas mais direcionadas às estratégias envolvidas no processo de leitura.

Estamos colocando sob esse enfoque linguístico-cognitivo perspectivas que, mesmo estando agrupadas nesse item, tratam da psicolinguística, do interacionismo, da cognição, da metacognição e dos problemas de linguagem. Não é nosso intento, aqui, operar uma distinção entre esses enfoques, mas abordar uma perspectiva que dê relevo, no que tange à leitura, às capacidades, aos processos, às estratégias e aos esquemas que dão conta do processo de leitura.

Nessa visão de leitura, uma das mais difundidas atualmente, é dada ênfase aos processos cognitivos de compreensão do texto. Segundo Teixeira,

²¹ Sabemos que se trata de posicionamentos distintos no que diz respeito à leitura – cognitivo, psicolinguístico, interacional, metacognitivo, problemas de linguagem -, mas que, de uma forma ou outra, conduzem a um mesmo objetivo, qual seja, tratar dos métodos e estratégias de abordagem da leitura.

Esta perspectiva detém-se em aspectos tais como antecipação e checagem de conteúdo do texto; inferências em diversos níveis; localização, redução e generalização de informação textual; interatividade entre leitor/texto e leitor/autor, etc. (2005, p. 8).

A leitura, nesse contexto, prioriza a atividade intelectual do leitor, sem deixar de reconhecer que a compreensão, no ato de ler, depende do outro, pois leitor e autor constroem conhecimento mútuo. A leitura é, então, um ato social²² em que os sujeitos interagem de forma a conceber um sentido (ibidem, p. 8).

Mary Kato, em “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística” (1990), a partir de uma ótica psicolinguística marcada já no título, aborda a natureza dos processos que cercam a leitura e a escrita, considerando-as como atividades de comunicação, pois o significado do texto somente será construído se houver a participação dos interlocutores envolvidos na situação. Concebe a autora que há uma multiplicidade de estratégias que os leitores empregam para ler, uma vez que há processos de várias naturezas envolvidos nesse ato, processos esses que dependem de condições tais como: a maturidade do leitor, o nível do texto, a finalidade da leitura, a quantidade de conhecimento prévio do leitor acerca do tema e, ainda, as particularidades de cada leitor (ibidem, p. 60).

As questões que Kato coloca em relação à leitura são: “o que fazemos quando lemos?” e “como aprendemos a ler?” Para respondê-las a autora percorre vários modelos²³ teóricos de leitura, relacionados com o desenvolvimento da própria linguística e que partem de unidades menores para unidades maiores. Segue-se uma descrição da leitura como decodificação²⁴ de palavra, como reconhecimento de sentença, para, a partir de então, perceber-se que é impossível não levar em conta o texto, pois é nesse que *a compreensão passa a ser vista como um ato de construção*, porque envolve a experiência do leitor e todo o seu conhecimento.

Já em “O aprendizado da leitura” (1995), outro livro da autora de grande circulação no meio acadêmico brasileiro, Kato discorre mais detalhadamente sobre os processos de leitura, enfatizando o papel da memória. O primeiro aspecto apontado é o do reconhecimento instantâneo em leitura de palavras e blocos. A leitura da palavra, tanto isolada quanto

²² O termo social, nessa perspectiva, diz respeito à consideração ao outro, a interação, enquanto que o social, visto anteriormente, tem relação com a escola, com o contexto social. Neste caso, o social diz respeito a inserção do sujeito na sociedade, a inclusão social, para a qual a leitura é um caminho.

²³ Modelos são, para Kato, “concepções formalizadas do que ocorre em termos de comportamento do leitor ou no interior inacessível de sua mente” (KATO, 1990, p. 60).

²⁴ Segundo Teixeira havia, até bem pouco tempo, um consenso entre os linguistas de que o texto traz um sentido único dado pelo autor. Nesse caso, o texto deveria ser decifrado pelo leitor, o que significa reconhecer o ato de leitura apenas como uma atividade de decodificação do sentido que está sempre no texto (TEIXEIRA, 2005, p. 8).

contextualizada, segundo a autora, ocorre por *reconhecimento instantâneo*, no caso de não ser um leitor iniciante, pois esse, por ter vocabulário limitado, tem uma leitura baseada nas operações de análise e síntese. Essa leitura da palavra²⁵, que não pressupõe necessariamente compreensão, tem, às vezes, o perfil de antecipação acompanhada de confirmação, já que o conhecimento prévio de restrições fonéticas, ortográficas, sintáticas, semânticas, entre outras, induz a reduzir o conjunto de itens possíveis de ocorrer em determinados contextos. Assim Kato resume a leitura da palavra:

[...] a velocidade e a precisão com que uma palavra é percebida, ou lida, depende: a) da palavra estar registrada no léxico visual pela frequência com que o leitor já foi exposto a ela e por ter a ela acoplado o seu sentido; b) do conhecimento de regras e imposições fonotático – ortográficas, sintáticas, semântico – pragmático, colocacionais e estilísticas a que a palavra está sujeita e do uso adequado e suficiente dessas restrições para predizer e confirmar sua forma e conteúdo; e c) da capacidade de raciocínio inferencial do leitor, que lhe permite também antecipar itens ainda não vistos. (KATO, 1995, p. 39)

Em seguida, Kato trata da leitura de blocos, ou *unidades de significação*, resultado de processos diferentes. Primeiramente, para analisar o bloco, seria necessário reconhecer a palavra por meio de regras, o que levaria ao sentido da palavra e, desse, ao significado do bloco. Nesse caso, tem-se uma operação analítico-sintética, a qual exigiria o trabalho da memória temporária. Segundo, seria a compreensão por respostas instantâneas do bloco por ele poder ser extraído de um glossário mental. Aqui, tem-se o sentido global gravado na memória permanente. Um terceiro processo de leitura de blocos diz respeito a sintagmas recorrentes em um texto. Nesse processo a leitura passa tanto por operação de análise e síntese, na primeira ocorrência, quanto por processamento instantâneo, se nas outras ocorrências “esse sintagma e seu conteúdo semântico estiverem presentes no estado de consciência do leitor” (ibidem, p.45).

Kato resume isso mostrando que há três modos de realizar a leitura de palavras e blocos. São eles,

- a) através de resposta instantânea diante do estímulo devido à existência do item no acervo de palavras e blocos do armazém da memória permanente, em sua forma e conteúdo;
- b) através da resposta instantânea ao estímulo devido à existência desse item no estado de consciência, ou memória em médio prazo, do leitor, em sua forma e/ou conteúdo;

²⁵ A palavra está sendo considerada, aqui, isoladamente, mesmo que a autora reconheça que, normalmente, as palavras vêm contextualizadas (KATO, 1995, p. 35).

c) através da análise e síntese dos componentes do bloco, reconhecidos por um dos três processos aqui hipotetizados (ibidem, p. 47).

Na sequência, Kato apresenta o processo de decodificação, relacionado à informação nova, ao conhecimento prévio do leitor e à informação já presente no texto. Toma como parâmetro os estudos da ciência da cognição e da inteligência artificial, os quais apresentam o processamento da informação a partir de abordagens diferentes que servem de base para descrever tipos diferentes de leitor.

Em uma primeira abordagem, tem-se o que os pesquisadores chamam de processamento ascendente, ou seja, “processamento linear e indutivo de informações visuais, linguísticas que constrói o significado através da análise e síntese do significado das partes” (ibidem, p. 50). Nesse caso, o leitor faz pouca leitura nas entrelinhas, é lento e tem dificuldade de sintetizar as ideias do texto, pois não consegue discernir o que é principal e o que é secundário. Em outra abordagem, descendente, não linear, o leitor, que utiliza informações não-visuais, faz muitas adivinhações, mas consegue apreender as ideias gerais e principais dos textos. Esse tipo de leitor faz mais uso de seu *conhecimento prévio*²⁶ que da informação dada pelo texto. No entanto, diz a autora, o leitor ideal é aquele que faz uso dos dois procedimentos de leitura. Esses processos têm relação direta com o novo e com o já conhecido na leitura. E, de acordo com isso, o leitor centrará sua leitura, o que significa dizer que a leitura será mais ascendente se as formas ou funções forem desconhecidas ou previsíveis; já o processo descendente será priorizado se as estruturas e conceitos forem conhecidos ou passíveis de previsão.

Tal reflexão continua adiante, quando Kato aponta o percurso do leitor de analisador a reconstrutor. Nesse caminho, retoma as hipóteses ascendentes, dependentes do texto, e as hipóteses descendentes, dependentes do leitor, as quais tentam precisar o comportamento de um leitor maduro. Acrescenta, ainda, que essas hipóteses somente serão válidas à medida que se complementam, uma vez que a leitura deve ser vista como interação entre leitor e texto. Indo além, coloca a importância do reconhecimento do autor do texto, ou seja, deve existir interação entre os três elementos: autor, leitor, texto. Kato admite que, no modelo descendente, há o lugar do autor, o que configuraria a leitura como um *ato de comunicação*, o que não significa o autor assumir o papel de interlocutor do leitor. O leitor deve, então,

²⁶ Conhecimento prévio seria os esquemas, isto é, pacotes de conhecimentos estruturados, acompanhados de instruções para seu uso (KATO, 1995, p. 52).

recuperar as estratégias utilizadas pelo autor na construção do texto, reconstruindo os processos de sua produção (KATO, 1995:72).

O trabalho de Kato é mais complexo do que nossas observações deixam transparecer, além de se estender em outras publicações (artigos, capítulos de livro etc.) não referidas aqui. No entanto, os dois estudos que contemplamos acima – os mais difundidos da autora – são suficientes para ilustrar, em linhas gerais, as grandes diretrizes de um pensamento sobre a leitura de base psicolinguística.

O que podemos notar é que tais estudos estão fortemente ancorados numa ideia de *processamento* que é referida à organização do conhecimento e que se dá via procedimentos ligados a aspectos de percepção, memória, reflexão, entre outros.

Lúcia Fulgêncio (1998), em obra cujo título é “Como facilitar a leitura”, expõe sua preocupação com os problemas de aprendizagem da leitura pelos alunos. Descreve o modo pelo qual informações de um texto²⁷ são apreendidas, tomando a leitura não como decodificação, mas como compreensão, mais especificamente, seu objetivo nesse trabalho é discutir a legibilidade de um texto, “definida como interação entre o leitor e o texto ou, mais especificamente, entre o conhecimento prévio do leitor e a informação que ele capta do texto” (FULGÊNCIO, p. 96).

A autora desenvolve seu trabalho apontando o percurso realizado pelo leitor para chegar à interpretação do texto através da explicitação de fatores – tais como conhecimento linguístico, conhecimento prévio, conhecimento de mundo, motivo e interesse na leitura – que levam o leitor a construir um sentido para o texto. Nessa trajetória, retoma pontos como informação visual e informação não visual, enfatizando que a primeira não é suficiente para realizar a leitura com compreensão, uma vez que apenas integradas poderão levar a um sentido para o texto.

Segundo Fulgêncio, o leitor precisa ter informações dos dois tipos, pois emprega o seu “conhecimento prévio (linguístico e não linguístico), ou informação não visual, para ‘prever’ parte da informação visual contida no texto” (ibidem, p. 15). Nesse caso, considera-se a informação visual como um processamento ascendente, ou seja, a leitura parte do texto para o leitor; ele procura no texto todas as informações, sendo desse modo uma leitura vagarosa e

²⁷A autora refere-se ao texto didático, considerado o único material acessível para leitura em sala de aula. Sendo assim, a ideia é melhorar sua qualidade e apresentar hipóteses sobre os fatores que constituem a dificuldade de leitura desse tipo de texto.

pouco fluente. A informação não-visual consiste no processo descendente, pois o leitor não depende exclusivamente do texto; ele colabora com seu conhecimento, fazendo muitas adivinhações e, muitas vezes, pode não confirmá-las com o que o texto apresenta. O ideal seria o leitor combinar os dois processos de modo a fazer uma leitura fluente do texto.

Já em Leffa (1996) encontramos, a partir de um trabalho descritivo sobre o processo de leitura, a apresentação de alguns conceitos básicos de leitura, considerados em uma perspectiva psicolinguística, abarcando tópicos como teorias dos esquemas, metacognição, entre outros. O autor, ao definir a leitura a partir dessa perspectiva, parte da descrição do encontro do leitor com o texto levando em conta tanto o enfoque linguístico, psicológico, social, fenomenológico etc. quanto o grau de generalidade com que se queira conceituar o termo. O objetivo da reflexão sobre leitura centra-se no processo que se desencadeia durante o ato de leitura, com o intuito de chegar ao produto final, que é a compreensão.

Numa definição mais geral, que abarca o sentido da visão, Leffa diz que a leitura funciona como um espelho, pois, “ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra” (1996, p. 10). Desse modo, ler é um processo de representação no qual os elementos da realidade fazem intermediação para que se chegue a outros elementos. Não existe acesso direto da leitura à realidade, pois olhar para uma casa não significa ver a casa, mas as leituras que se farão do objeto casa a partir do ponto de vista, por exemplo, do engenheiro, do sociólogo, do arquiteto, do ladrão. A leitura nesse caso acontece por meio de outros elementos da realidade. Nessa triangulação da leitura, o elemento intermediário funciona como um espelho; mostra um segmento do mundo que normalmente nada tem a ver com sua própria consistência física. Ler é, portanto, reconhecer o mundo através de espelhos.

Outras definições consideradas mais restritas de leitura, que dizem respeito ao enfoque dado ao processo de leitura, são apresentadas pelo autor tendo em vista a direção de sentido. Numa direção, tem-se o sentido do texto para o leitor, sendo, nesse caso, o texto mais importante. Noutra direção, do leitor para o texto, a importância está no leitor. No primeiro caso ler é *extrair* significado do texto e, no segundo, ler é *atribuir* significado ao texto.

Na primeira direção, leitura como *extração*, o texto possui um único e verdadeiro significado, impossibilitando o leitor de construir o seu próprio significado; o leitor transfere o conteúdo do texto para ele. Nesse caso a leitura é um processo *ascendente*, à medida que o sentido sobe do texto para o leitor, e que o significado vai se acumulando no leitor sem possibilidade de o conteúdo do texto se reproduzir nele. Para Leffa, “o texto não possui um

conteúdo, mas reflete-o como um espelho. Um mesmo texto pode refletir vários conteúdos, como vários textos podem refletir um só conteúdo” (1996, p. 13), o que demonstra ser o conceito de *extração de significado* insuficiente para entender o processo de leitura e sua definição.

Na segunda direção, leitura como *atribuição* de sentido ao texto, a direção do sentido vai do leitor para o texto, é um processo *descendente*. A realidade não está presente no texto, apenas é refletida por ele, pois essa leitura, que atribui significado, depende da experiência de cada leitor, o que fará com que cada um tenha, para um mesmo texto, leituras diferentes²⁸. Considerar esse tipo de leitura requer que se pense em um leitor que detenha, além da competência linguística²⁹, “competência específica da realidade histórico-social refletida pelo texto” (ibidem, p.160).

Leffa, ao descrever esse encontro do leitor com o texto, enfatiza que pensar o ato de leitura a partir da importância dada ao texto (*extração de significado*) ou ao leitor (*atribuição de significado*) é não reconhecer a complexidade do processo, uma vez que é preciso levar em conta que ler é interagir com o texto o que só ocorrerá se houver entendimento do que se dá na relação entre o leitor e o texto. O autor compara o processo de interação a uma reação química; ou seja, para que um ou outro aconteça é necessário considerar não apenas os elementos envolvidos como também as condições necessárias para que a reação se dê. Desse modo, para que haja a compreensão não são suficientes leitor e texto, há necessidade do conhecimento prévio do indivíduo e determinados dados da realidade. É olhando para essas condições que se reconhece os múltiplos processos envolvidos no ato de ler. Assim, deve-se constatar que a interação é o principal caminho para discutir o percurso que leva o leitor a compreender um texto. É impossível falar de leitura sem discutir a interação que se institui entre leitor e texto, leitor e autor ou leitor e outros leitores, considerando o que acontece entre os envolvidos.

Pode-se, com Leffa, destacar o percurso, para compreender um texto a partir da interação. Primeiramente, ele destaca a necessidade de o indivíduo possuir uma *representação*

²⁸ Dizer que cada leitor, a cada vez, faz uma nova leitura, construindo um novo significado, não significa que qualquer leitura seja legítima ou possível. Haverá sempre um limite à produção do leitor, limite este que será especificado pela própria disposição dada ao texto pelo autor (ORLANDI, 1987).

²⁹ Significa possuir competência sintática, semântica e textual.

do mundo, que se define como teoria de esquemas³⁰, pois tanto o leitor deve possuir conhecimento de mundo como o autor deve supor ter o leitor esse conhecimento. A base dessa teoria está em que a compreensão acontece a partir de uma representação internalizada de mundo que cada indivíduo tem, sendo desnecessário que o autor detalhe todos os aspectos do texto, deixando espaço para que o leitor contribua de modo a complementar as lacunas deixadas pelo autor. O papel do leitor na compreensão é, desse modo, acionar seu conhecimento de mundo.

Outro aspecto abordado por Leffa é a *metacognição*, habilidade do leitor de refletir em relação a sua compreensão, mostrando a necessidade do uso de estratégias. A metacognição, diferentemente da cognição, leva o leitor a uma postura de compreensão, ou seja, o leitor se concentra, conscientemente, no processo que o levará ao conteúdo do texto. Esse processo leva o leitor a definir objetivos para a leitura, a distinguir parte mais ou menos importantes do texto, a avaliar, qualitativamente, seu entendimento, percebendo o momento em que deve se concentrar mais, devido a alguma dificuldade, reconhecendo o momento de reler um trecho.

Como vimos em Leffa, o leitor, ao encontrar o texto, não deve apenas procurar o sentido que ele pensa já ter sido determinado pelo autor; na verdade, é o leitor, com seu conhecimento e na interação com o autor e com o texto, que construirá um sentido para esse texto. Leffa apresenta além de conceitos para o ato de ler, processos e estratégias que levam o leitor a construir o seu significado.

Podemos dizer que, para essa perspectiva, o uso autônomo e eficaz de processos e estratégias de leitura leva o leitor a, de maneira global, extrair o significado do texto, reconduzir sua leitura, avançando ou retrocedendo no texto, conectar os novos conceitos com os conhecimentos prévios o que lhe permitirá incorporá-los a seu conhecimento.

Assim, desvendar e analisar os processos e as estratégias envolvidos na leitura através de atividades de metacognição, como aponta Leffa, significa que os leitores devem ser conduzidos na conscientização dessas estratégias de modo que consigam verificar as relações ou as intenções estabelecidas entre autor e leitor; significa, também, reconhecer as variações linguísticas que possam constituir-se em indicadores da intenção do autor, e distinguir, na estrutura do texto, um maior ou menor grau de dificuldade.

³⁰ Os esquemas são estruturas abstratas, construídas pelo próprio indivíduo, para representar a sua teoria do mundo. A base da teoria dos esquemas está na aprendizagem que não vem apenas de fora, mas vem também de dentro, e tem tradição na história do pensamento ocidental, com Platão e com Chomsky (LEFFA, 1996, p. 26).

O conhecimento dos processos e estratégias utilizados, quando da compreensão de texto, tanto contribui para a formação de leitores quanto remete à reflexão sobre o próprio saber, isto é, à atividade metacognitiva. É desse modo que Angela Kleiman apresenta sua proposta de trabalho quando da apresentação da obra “Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura” (1989). Nesse trabalho, a autora, ao tratar da compreensão de textos escritos, aponta a impossibilidade de se ensinar leitura uma vez que esta se constitui como um processo cognitivo. Kleiman especifica que

A leitura tem sido chamada a atividade cognitiva por excelência pelo fato de envolver todos os processos mentais. A compreensão de um texto (seja ele escrito ou falado) exige o envolvimento da atenção e a percepção, a memória e o pensamento (1999, p. 126).

A compreensão de textos está atrelada a vários processos cognitivos e, como tal, não pode ser ensinada, mas desenvolvida através de estratégias que levem ao entendimento da complexidade do ato de compreender e do caminho percorrido pelo leitor a fim de construir um sentido para o texto. A autora destaca, então, a importância da explicitação de processos de leitura, os quais envolvem “percepção, processamento, memória, inferência, dedução” (KLEIMAN, 2004, p. 7).

A interação, também tratada em Kleiman (1989), é vista como uma relação à distância entre autor e leitor via texto, um processo complexo e importante para o desenvolvimento de um sujeito-leitor, que deve participar ativamente para que se realize a leitura. Esclarece, porém, que a interação deve ocorrer em todos os níveis de análise, sendo preciso considerar o *inter-relacionamento* entre o processo que vai do texto ao leitor (bottom-up) e o que vai do leitor ao texto (top-down). Nesse caso,

[...] a interação se opõe aos modelos de processamento, bottom-up e top-down, que estipulam, essencialmente, estágios a partir de hipóteses baseadas no conhecimento linguístico e enciclopédico do leitor. Nos modelos interativos, ambos os tipos de processamento se inter-relacionam no processo de acesso ao sentido. (KLEIMAN, 2004, p. 31)

Ao assumir uma postura interacionista, Kleiman aponta a necessidade de uma base discursiva que envolva não só o processo cognitivo, mas também o processo cooperativo de produção de um texto durante a leitura, o que significa reconhecer que há uma troca constante entre o leitor, com seu conhecimento variado, e o texto, para que haja compreensão. O leitor contribui à medida que ativa seu *conhecimento prévio*, o qual abarca os níveis linguístico, textual e de mundo. Para Gurgel (2008), o leitor, “à medida que lê e, portanto, projeta sobre o texto o seu conhecimento de mundo, seu conhecimento textual e linguageiro, vai tecendo com o outro, através do texto, sua individualidade” (2008, p. 207).

Esse conhecimento possibilita ao leitor construir o sentido do texto, o que o torna ativo na construção da compreensão. Assim, o leitor não é apenas um receptor da informação uma vez que é a partir do conhecimento mútuo entre leitor e autor que se estabelece o sentido do texto.

Porém não basta que o leitor contribua com seu conhecimento, outros caminhos devem ser percorridos para alcançar a compreensão. Um dos caminhos são as estratégias metacognitivas, que dizem respeito à atividade consciente de reflexão e controle sobre o próprio conhecimento, sobre o próprio fazer, sobre a própria habilidade. Nesse caso o leitor deve determinar objetivos específicos e finalidades para o ato de ler, a fim de que o texto possa interessar-lhe, e, para isso, faz-se necessário perceber que os objetivos devem ser diferentes para cada tipo de leitura.

É devido ao papel das estratégias metacognitivas na leitura que podemos afirmar que, apesar das diferenças já discutidas, a leitura é um processo só, pois diferentes maneiras de ler (para ter uma ideia geral, para procurar detalhes) são apenas diversos caminhos para alcançar o objetivo pretendido. (KLEIMAN, 1984, p. 35)

Ainda, é necessário reconhecer a importância de uma leitura que não pretenda apenas o aprendizado, mas que desenvolva o desejo, o prazer, a percepção da importância de ler. O leitor precisa de um incentivo para compreender o ler como uma questão também de prazer.

Outro caminho desvendado por Kleiman (1984, p. 45), a partir da perspectiva cognitiva abordada, diz respeito aos *componentes textuais*, os quais orientam a construção do significado. Aqui, a autora destaca elementos linguísticos, tais como categorias lexicais, sintáticas, semânticas, estruturais, que servem para materializar os diversos elementos de significação da unidade semântica, que é o texto. A leitura pode se tornar mais fácil quando o leitor, que é responsável por construir um significado para o texto, consegue desvendar a ligação entre esses elementos. Destacam-se, nessa perspectiva, aspectos de coesão e de estrutura textual, sendo o primeiro um “processo inferencial de natureza inconsciente” (ibidem, p. 62).

A leitura não é apenas a análise das unidades que são percebidas para, então, chegar a uma síntese. Também com a síntese, o leitor procede à análise para verificar suas hipóteses em um processo que, repetidos, tanto os dados da página como o conhecimento do leitor interagem com fontes de dados necessários à compreensão (KLEIMAN, 2004, p. 17-18).

Após essa explanação sobre estratégias do leitor para dar significado ao texto, a partir de pistas formais, ao suscitar hipóteses, ao concordar e discordar, ao assumir e repelir

conclusões sem troca direta com autor, é necessário reconhecer que também o autor trabalha para manter a atenção do leitor. É o autor que tenta argumentar adequadamente, escolhendo os elementos formais de modo a abrir caminho para que o leitor possa alcançar seu objetivo: compreender.

Pensar, portanto, na interação entre autor e leitor via texto requer de ambos, autor e leitor, uma espécie de acordo, pois a compreensão³¹ não é apenas um ato cognitivo, é também a relação social entre dois sujeitos que através do texto interagem entre si.

Os textos podem ser compreendidos levando-se em consideração o caráter da interação entre autor e leitor, pois o autor se propõe a fazer algo, e quando essa intenção está materialmente presente no texto, através das marcas formais, o leitor se dispõe a escutar, momentaneamente, o autor, para depois aceitar, julgar, rejeitar. (KLEIMAN, 2004, p. 19)

É preciso, portanto, reconhecer que o ensino de leitura deve estar centrado em uma postura interacionista, relação autor/leitor via texto, considerando uma fundamentação teórico/prática que reconheça o leitor enquanto sujeito e não simplesmente como decodificador. Ler é, portanto,

Apropriar-se de um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas (cognitivas e metacognitivas) que, além de relacionar símbolos escritos e unidades de som, é, principalmente, um processo de construir sentidos e relações ((inter)textualidade), interpretações de textos diversos, dialogicamente no sentido bakhtiniano, adentrando no dizer do outro. (COSTA, 2002, p. 58)

Explicitadas, em linhas gerais, as grandes preocupações do entendimento da leitura pelo viés linguístico-cognitivo, cabe recolocar a questão feita por ocasião da análise dos aspectos culturais, sociais, pedagógicos ligados ao ensino da leitura – agora deslocada para o contexto de avaliação da linguística cognitiva –, que nos conduz na análise que temos empreendido das teorias: *como a linguística de base cognitiva formula a relação entre sujeito e leitura?* Falemos sobre isso.

A partir desses estudos, a leitura passou a ser vista como produção mediada pelo texto em seu processo de significação e de construção do conhecimento. Trata-se de uma visão na qual o indivíduo, como ser psicológico, desenvolve suas habilidades cognitivas; e, como ser social, insere-se em determinadas práticas histórico-sociais de leitura.

³¹ A compreensão está relacionada à maneira como o autor constrói o texto e de como o leitor constrói e reconstrói o significado. Assim, o significado é representado por um autor em um texto e construído a partir de um texto pelo leitor. O significado está, então, no autor e no leitor.

1.2.1 A leitura como estratégia de conhecimento

Como é possível notar, fomos muito mais detalhados na apresentação dos aspectos cognitivos da leitura do que fomos com relação à perspectiva anterior. E isso se deve a uma razão: as teorias que subsidiam essas reflexões são fortemente ancoradas nos estudos linguísticos da linguagem, o que toma uma importância singular no contexto desta tese, também comprometida com os estudos linguísticos.

Ora, não podemos ignorar que, na perspectiva acima explicitada, há consideração à leitura por um viés bastante complexo, no qual estão presentes aspectos fundamentais do processo de leitura: conhecimentos prévios de mundo e linguísticos; estratégias de leitura; objetivos; aspectos interacionais, nos quais estão presentes autor/texto/leitor. Nessa perspectiva a compreensão pode ser vista como um *ato de construção*, porque envolve todo o conhecimento e a experiência do leitor sem, no entanto, desconsiderar as diversas abordagens que servem de base para descrever tipos diferentes de leitor. O leitor atribui sentido ao texto ativando um conjunto complexo e variado de habilidades linguísticas e cognitivas. Mesmo que o sujeito leitor seja visto como o foco do processo, é importante destacar a leitura como interação entre leitor e texto e, mais ainda, o reconhecimento de que deve existir interação entre os três elementos: autor, leitor, texto³².

Assim, podemos responder nossa questão – como a linguística de base cognitiva formula a relação entre sujeito e leitura? – apontando que, nessa perspectiva, o sujeito que está presente no processo de leitura é um sujeito de conhecimento (prévio, linguístico etc.).

Não apenas as noções de interação, ação e de cognição, metacognição se fazem presentes nessa perspectiva, mas também é discutida a relação do sujeito com a linguagem. Para os autores da linguística cognitiva, importa ressaltar, é impossível falar de leitura sem discutir a interação que se constitui entre leitor e texto, leitor e autor ou leitor e outros leitores, considerando o que acontece entre os envolvidos. O sujeito traz consigo fatores como conhecimento de mundo, conhecimento linguístico, conhecimento prévio, motivo e interesse

³² Acreditamos que se fixar apenas na leitura como ato produtor de significados ou, ainda, pesquisar graus de apreensão da informação presentes no texto, considerar níveis e métodos para realizar a leitura de uma forma aproveitável não é suficiente para que se apreenda o processo de leitura como um todo. A leitura não é, pois, uma forma de codificação ou de decodificação. Ler é reconhecer três elementos fundamentais: o autor (e a escritura), o texto (e a escrita) e o leitor (e a leitura). Elementos indissociáveis, ainda que possam, por motivo teórico ou metodológico, serem separados (CARROLL, 1989, p. 53).

na leitura e, na interação com autor e texto, consegue construir um significado para o texto. É enfim um sujeito³³ do conhecimento, um sujeito das “estratégias” e, como tal, deve assumir uma posição ativa diante do texto.

Sem dúvida, se estamos em busca de uma concepção de leitura, de base linguística *stricto sensu*, que contemple a relação sujeito/leitura, podemos dizer que os estudos agora apresentados no escopo da visão cognitiva fornecem essa concepção. No entanto, adiantamos que não assumimos essa perspectiva.

Que motivos nos levam ao distanciamento da abordagem cognitivista da leitura?

Ora, há muitas diferenças entre uma visão cognitiva e uma visão enunciativa – base desta tese. Nós precisaremos aqui apenas uma³⁴, fundamental para a proposta que queremos construir: a noção de sujeito, sujeito esse que se constitui na leitura a partir de sua singularidade.

A discussão sobre leitura que apresentamos até aqui supõe, como não poderia deixar de ser, um sujeito cognitivo, de conhecimento que, conforme Maraschin e Schäffer (1994), refere-se à construção de conhecimentos sobre o meio exterior e sobre ele mesmo a partir do que são possíveis, por exemplo, a gestão, a conservação e aquisição dos conhecimentos. Como dissemos, esse sujeito, para ler, depende de estratégias, conhecimentos prévios etc.

Tal abordagem se distancia do que queremos propor: *nossa tese busca ver a leitura como um ato de enunciação decorrente da relação eu – tu – ele – aqui – agora* através do texto. Na direção que tentaremos desenvolver adiante, ler é enunciar, ou seja, é um ato/processo que deixa marcas de quem o produz. Como se pode ver, há diferenças epistemológicas fundamentais.

Passamos, a seguir, a outra possibilidade de abordagem da leitura, essa, também, bastante difundida nos estudos da linguagem no Brasil: a discursiva.

³³ Pensar o sujeito leitor, nessa perspectiva, aponta para a identificação do leitor com o texto, considerando que o autor, ao produzir o texto, pensa no leitor como coprodutor, pois tem a possibilidade de criar outros textos.

³⁴ Haveria muitas outras, por exemplo: as noções de linguagem, contexto e interação. No entanto, neste momento, nos interessa menos fazer uma argumentação de base contrastiva e mais ilustrar nossa diferença a partir de uma especificidade: o sujeito.

1.3 Os aspectos discursivos

Falar em *discurso* não significa apenas trocar o termo “texto” por “discurso”³⁵. No texto, manifestam-se diferentes discursos, que coexistem para o sujeito leitor. No texto, visto como unidade significativa, como produto de um discurso, como o ponto de partida para o reconhecimento da trajetória do sujeito, encontram-se as pistas que remontam à materialidade histórica posta na origem de sua produção.

A língua é afetada pelos processos sociais que, longe de deixá-la impune aos seus movimentos, acabam por modificá-la: se os processos sociais modificam a língua, também a história se vê afetada pelo equívoco. A língua possui, portanto, uma dupla materialidade, linguística e histórica, e não mais simples instrumento de comunicação, é entendida, na Análise do Discurso (AD), como o lugar em que efeitos de sentido se realizam. (DE NARDI, 2003, p. 70)

É, nesse caminho, em um movimento de reprodução e transformação, que o sujeito atualiza esta materialidade. O discurso é, então, “a prática linguística de um sujeito em determinadas condições de produção (sociais, políticas, históricas, etc.)” (GALLO, 1992, p. 27). Para o discurso interessa, portanto, língua em funcionamento para a produção de sentido.

Definido o discurso, reconhecemos que esse se caracteriza a partir de dois elementos: o sujeito e as condições de produção.

O discurso não se reduz a um processo em que alguém, através de um código, fala sobre alguma coisa para alguém, que decodifica a mensagem. O discurso, antes, pressupõe funcionamento da linguagem e põe em relação sujeitos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição desses sujeitos e de produção de sentidos. (GRANTHAM, 2009, p. 34)

Isso demonstra que o discurso é linguagem em funcionamento, o que o faz se distanciar de teorias que tratam do processo de comunicação. Para a Análise do Discurso interessa, no funcionamento da linguagem, a relação dos sujeitos afetados pela língua e pela história. O discurso é “o lugar em que se observa a relação entre língua e ideologia, e a língua é quem produz sentidos por e para os sujeitos” (GRANTHAM, 2009, p. 26).

Nessa perspectiva, o ato de ler é visto como um processo discursivo no qual se “inserem os sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor – ambos sócio-historicamente

³⁵ “Discurso” como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados (MAINGUENEAU, 1998, p. 43). Falando de discurso, articulamos o enunciado em uma situação de enunciação singular; falando de textos, destacamos o que lhe dá sua unidade, que faz dele uma totalidade e não uma simples sequência de frases (MAINGUENEAU, 1998, p. 141-142).

determinados e ideologicamente constituídos”³⁶ (CORACINI, 2002, p. 15). A leitura, considerada a partir de aspectos discursivos, segundo Orlandi (2006), não deve ser tratada apenas como mais um conteúdo escolar³⁷, em que se enfatiza o seu caráter técnico imediatista, ou unicamente a partir dos aspectos linguísticos, pedagógicos e sociais, individualizando cada uma dessas perspectivas, tornando-as absolutas ou, ainda, tratando-a como um processo de interação que considera apenas a relação entre leitor e texto. A leitura está na relação entre os homens, *relações sociais*, em que a interação se dá no confronto entre dois leitores: um *virtual*, previsto pelo autor no momento de produção do texto, e um *real*, o que realmente lê o texto e que já encontra esse leitor (virtual) constituído.

[...] Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”. (ORLANDI, 2006, p. 9)

Para Orlandi (2006), o ponto de partida é considerar a leitura como produção, ponto esse que surge de indagações sobre a legibilidade de um texto³⁸: o que faz com que um texto seja legível, e o que é um texto legível³⁹? Essas questões servem para julgar qualitativamente um texto, desconhecendo que, para falar de legibilidade, é necessário reconhecer a relação entre autor e leitor mediados por sua história. Assim, a linguagem não é um produto, mas um processo e, dessa maneira, não pode ser vista separada da sociedade que a realiza, pois o que constitui o processo de significação é o lugar social dos interlocutores.

A leitura, para a teoria da Análise do Discurso, é uma relação entre linguagem, sujeitos e contexto histórico-social, e sua produção engloba autor e leitor, que se instauram como sujeitos e que, em relação com o sentido, são elementos de um mesmo processo, o da significação. Somente os sujeitos, inundados em um determinado contexto sócio-histórico (ideológico), e em determinadas *condições de produção*, podem determinar a leitura.

³⁶ Conceito tomado da Análise do Discurso, de linha francesa, que se centra no social e no histórico como constitutivo do discurso. Nessa perspectiva, o sujeito produz sentido a partir do lugar que ocupa.

³⁷ A leitura, na perspectiva pedagógica, nunca é livre, há sempre uma direção determinada para ler. Diferentemente é a leitura do leitor (de modo geral, não do aluno) que é “sempre livre porque não pode contorná-la, ela resiste sempre; é sempre diferente, é sempre outra, pois as condições de leitura diferem de leitor para leitor. É ele, o leitor, quem “produz” os sentidos e não simplesmente os ‘recebe’, como se a linguagem fosse transparente” (MUTTI, 2003, p.13-14).

³⁸ Na AD, o objeto teórico é o discurso, e o objeto empírico (analítico) é o texto, definido pragmaticamente como uma unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua produção.

³⁹ Grantham (2009), em estudo da leitura pelo viés da pontuação (2009, p. 36), acredita que não basta questionar sobre a legibilidade de um texto. É importante destacar, sim, que a legibilidade tanto pode estar como não estar no texto, uma vez que esse problema deve ser pertinente para a relação que se estabelece entre o texto e quem o lê.

É preciso, portanto, considerar, para a produção de leitura, componentes tais como a “ideologia, os diferentes tipos de discurso, a distinção entre leitura parafrástica e polissêmica, e, ainda, as histórias da leitura do texto e as histórias das leituras do leitor” (ORLANDI, 2006, p. 38). É essa, então, a perspectiva discursiva delineada por Orlandi a respeito da contextualização da leitura que se configura permeada por questões de poder, de relações sociais, de formações ideológicas, fatores esses que possibilitam reconhecer a leitura como produto de uma multiplicidade de sentidos, os quais “são determinados pela posição que ocupam aqueles que o produzem” (ibidem, p. 12).

Para a autora, dizer que *toda a leitura tem sua história* significa reconhecer as diferentes leituras que podem ser feitas de um mesmo texto em diferentes épocas, de diferentes tipos de discursos, de diferentes classes sociais, de idade, de sexo, enfim, não existe uma leitura única, toda a leitura está atrelada a fatores diversos. Inclui-se aí a constituição histórica do sujeito na sua relação com a leitura. Esse sujeito aparece como sendo capaz de produzir sua leitura, uma vez que ele traz consigo a história de outras leituras, o que lhe possibilita tanto a livre escolha do sentido quanto reconhecer os impedimentos impostos pelas regras institucionais⁴⁰. Isso significa que

[...] quando lemos estamos produzindo sentidos (reproduzindo-os ou transformando-os). Mais do que isso, quando estamos lendo, estamos participando do processo (sócio-histórico) de produção dos sentidos e o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada. (ORLANDI, 2004, p. 59)

É importante que o leitor reconheça seu papel na produção de sentidos, assim como entenda que na leitura o que ocorre são *efeitos de sentido* entre interlocutores, sentidos esses que não pertencem nem ao autor nem ao leitor, pois se encontram na troca entre um e outro. Referir a história leva a entender os limites entre o que a autora explicita como leitura parafrástica e leitura polissêmica, considerando-se que permite ao leitor, no caso do primeiro tipo de leitura, recuperar o sentido que se “supõe” ser o do texto e, no segundo caso, criar novos sentidos para o texto, sentido(s) sempre permeado(s) pela história do sujeito leitor.

O sujeito-leitor aproxima-se do texto a partir de seu papel social, de sua posição-sujeito, e o observa à luz de seu contexto sócio-histórico – cultural, político e econômico. Mas não apenas isso. Aborda-o igualmente ao abrigo de sua história de leituras e de outros discursos que ressoam desde o interdiscurso, atravessando-se em sua leitura. (INDURSKY, 2001, p. 37)

⁴⁰ Mesmo que se fale em múltiplos sentidos, há de se considerar que a linguagem é regulada por fatores sociais: não se diz o que se quer, em qualquer situação, de qualquer maneira (ORLANDI, 2006, p. 86).

Falar em interdiscurso é reconhecer que há um já-dito, e que o sujeito, embora acredite ser a fonte de seu discurso, é apenas o suporte e o efeito dele.

Apoiando-nos ainda em Orlandi (2004), vimos que à leitura podem ser atribuídas diversas acepções, entre as quais o modo como funciona discursivamente a compreensão, diretamente ligada à constituição dos processos de significação. Entende a autora que o processo de compreensão está atrelado à produção de sentido, e essa é realizada pelo leitor a partir de sua condição sócio-histórica determinada, isto é, a “compreensão se instaura no reconhecimento de que o sentido é sócio-historicamente determinado e está ligado à forma-sujeito que, por sua vez, constitui-se pela sua relação com a formação discursiva⁴¹” (ORLANDI, 2004, p. 73).

Maria José Coracini, em “O jogo discursivo na aula de leitura”, após discutir algumas posturas teóricas referentes à leitura, apresenta a leitura como um processo discursivo, considerando discurso como “conjunto de enunciados possíveis numa dada formação discursiva⁴², em que os sujeitos determinam *as condições de exercício da função enunciativa* (CORACINI, 2002, p. 17). Para a autora, o texto é o produto do processo discursivo, o sentido não está no texto, e o sentido jamais poderá ser o mesmo, uma vez que deve o leitor contribuir com sua formação, com seu contexto sócio-histórico. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente. Desse modo o sentido é construído, e o papel do sujeito é determinante nessa construção. Isso é interpretação.

A interpretação, para a AD, está na própria base da constituição do sentido. Não há sentidos dados: estes são construídos por/através de sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico puramente descentrado pelo inconsciente e pela ideologia. (RODRIGUEZ, 2003, p. 51)

Nessa perspectiva, não é o texto que determina as leituras, como pretendem algumas visões teóricas, mas o sujeito (ou, ainda, as posições-sujeito) como participante de uma determinada formação discursiva, sujeito clivado, heterogêneo.

⁴¹ Formação discursiva é o “lugar da construção do sentido”. O sentido não existe a priori, mas é determinado pelas posições ideológicas dos envolvidos na produção do discurso. É um conceito-chave para o analista do discurso, uma vez que é ele que “permite reconhecer o modo de inscrição histórico pelo qual uma dispersão de textos pode ser definida como um espaço de regularidade enunciativa” (ORLANDI, 2004, p. 73, cf. Maingueneau, 1984).

⁴² Formação discursiva, conceito base da AD, ligada diretamente à ideologia, é o espaço da constituição do sentido. Estabelecida a partir de certas regularidades, caracteriza-se tanto pela identidade quanto pela diversidade.

1.3.1 A leitura depende das condições de produção

Retomando, então, a questão que nos conduz sobre a *relação entre sujeito e leitura*, podemos, com base nessa perspectiva teórica, dizer que a concepção de sujeito muda muito em relação às perspectivas anteriores. O sujeito (autor/leitor), apesar de não ser considerado origem do seu dizer, o centro do processo, é visto como (re)produtor de sentidos. O sujeito e o discurso estão intrinsecamente ligados. O sujeito, constituído ideologicamente, é quem determina a leitura, tendo em vista as condições de produção. O sujeito é efeito de sentido, inserido em um tempo e em um espaço socialmente delimitados.

Podemos, assim, considerar que, pelo viés da Análise do Discurso⁴³, a leitura decorre de uma atividade histórico-social constituída. A exemplo do que dissemos quando tratamos da leitura em seus aspectos linguísticos e cognitivos, não nos opomos à configuração teórica desenvolvida no campo da Análise do Discurso. No entanto, ela também se distancia do ponto a que queremos chegar. E isso por um motivo: a Análise do Discurso enfatiza muito mais o que chama de condições de produção da leitura que as operações linguísticas implicadas pela atitude de um sujeito no ato de ler. E é esse último ponto que mais nos chama a atenção.

Partimos do ponto de vista segundo o qual ler é um ato de produção de sentidos no qual a locutor marca-se como sujeito. Para nós, ler é enunciar, e esse ato/processo tem marcas: as marcas enunciativas da leitura. É delas que trataremos mais adiante.

1.4 Encaminhamentos

Tecidas as considerações anteriores, é preciso reconhecer que o tema da leitura é multifacetado e necessita ser discutido a partir de várias perspectivas. Assim, independentemente da perspectiva seguida, é importante destacar que todas se preocupam em apresentar um modo de desenvolver e explicar o fenômeno da leitura. Dessa maneira, sem desconsiderar a importância dos trabalhos expostos acima, buscamos outro caminho para

⁴³ Enfatizamos que a Análise do Discurso se vale da linguística como um dos eixos que a sustenta. Trata-se de estudos discursivos que não são apenas linguísticos.

abordar a questão. Um caminho que se centre principalmente no sujeito e em sua relação com a linguagem.

É importante ressaltar que, com os progressos da linguística, novas perspectivas se abriram no que diz respeito à leitura. Não é mais apenas pela decodificação ou pelo entendimento dos elementos postos no texto que irá ser tomado o ato de leitura. Hoje em dia, na linguística brasileira, encontramos uma visão de leitura como ato de linguagem em que autor e, principalmente, leitor – cujo papel era ser passivo no processo – passam a ser considerados elementos essenciais para a produção dos sentidos para o texto.

Acreditamos, pois, que, se a leitura envolve aspectos sociais, cognitivos, culturais, entre outros, não é menos verdade que ela seja ato de constituição de sentido produzido por um sujeito. Logo, nada mais pertinente do que verificar que aspectos de marcação do sujeito estão envolvidos no ato de produção da leitura.

Contribuir teoricamente com a discussão, é mostrar que há algo mais a acrescentar. É imprescindível reconhecer que falta falar no sujeito, sujeito esse que se constitui na leitura a partir da singularidade; ele lê e, ao ler, constrói outro texto, o seu texto.

Desse modo, buscamos contribuir teoricamente para a discussão do tema da leitura, ou seja, somar algo ao já existente. Pensamos em mostrar que a leitura também é uma produção do sujeito e, como tal, pode ser explicada num referencial linguístico que se apoia no sujeito, no caso, a enunciação.

Fazem-se, desse modo, relevantes as seguintes questões, agora, para continuarmos nossa reflexão: que aspectos de marcação do sujeito estariam envolvidos no ato de produção de leitura? Em que termos podemos pensar a leitura como um ato enunciativo?

A partir da discussão de como as diferentes abordagens pensam a relação entre sujeito e leitura, de como o leitor participa ativamente do processo de leitura à medida que constrói um novo texto, de como o leitor pode ser sujeito de seus próprios atos reconhecendo que ele transforma e/ou recria um outro texto dando significados, podemos direcionar nosso trabalho para a questão específica do sujeito que lê, tratando, especialmente, de temas como sentido, referência e sujeito.

Em síntese, a reflexão a ser levada ao próximo capítulo diz respeito a elementos tais como: o locutor como sujeito e como sua presença se caracteriza no discurso; o interlocutor, sua presença e sua caracterização no discurso, uma vez que esse é produzido para ele; a situação que considera as marcas do tempo e do espaço da produção do discurso; e, ainda, a

referência, pois é importante saber de que trata o discurso. É assim, considerando esses elementos, que nos permitimos adotar a teoria de Émile Benveniste como norte para tratar da leitura. E justificamos nossa escolha: consideramos que a amplitude de suas reflexões nos permite caminhar para outros estudos relacionados à linguagem e não apenas para o que está posto em sua obra.

Portanto, este trabalho, nos capítulos seguintes, estará focado na apresentação de uma teoria que considere o tratamento da relação entre enunciação e leitura, levando em conta que para Benveniste o que interessa não é a língua no sentido de Saussure, mas a linguagem considerada a partir do sentido e do discurso. Como podemos ver, pretendemos complementar os estudos sobre leitura, no Brasil, apresentando uma reflexão sobre enunciação e leitura.

CAPÍTULO 2

Os conceitos da enunciação que podem subsidiar a abordagem enunciativa da leitura

[...] na leitura ocorre uma “hemorragia” permanente pela qual a estrutura – paciente e utilmente descrita pela análise estrutural – desmora, abre-se, perde-se... deixando intacto aquilo a que se deve chamar de movimento do sujeito e da história: a leitura seria o lugar onde a estrutura se descontrola.

Roland Barthes

Após a lembrança, no capítulo anterior, de algumas das principais perspectivas que discorrem sobre a leitura no Brasil, a partir de visões teóricas distintas, nosso segundo capítulo é dedicado às reflexões de Émile Benveniste, considerado um dos primeiros linguistas a ressaltar o uso da língua pelo locutor. Aqui, pretendemos, então, rastrear conceitos que permeiam essa teoria, reconhecer uma interdependência entre eles e, a partir daí, compreender como a leitura, mesmo não prevista nos estudos benvenistianos, pode ser uma modalidade de enunciação⁴⁴.

Na busca de um caminho metodológico que aponte a leitura como modalidade de enunciação, entendemos que também aí o leitor se apropria – o termo é de Benveniste e referente ao que chama de *aparelho formal da língua* – para enunciar. No entanto, há especificidades dessa *apropriação*, quando a observamos pelo viés enunciativo. A *apropriação* é já de um texto.

Se, como veremos, a *subjetividade* de que trata Benveniste é a “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286) – sendo essa passagem o resultado de uma *apropriação* singular, a que permite que o locutor vire sujeito – então, o paralelo é evidente com a leitura: é leitor aquele que passa de alocutário suposto de uma enunciação a sujeito dela por construir sentido a partir dela, apropriar-se dela, diríamos melhor.

⁴⁴ Não podemos deixar de enfatizar que Benveniste como linguista não deixou de tratar de tantas outras áreas. Apenas como exemplo podemos citar a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicanálise (FLORES, 2005, p. 43).

Como salientam Flores e Teixeira, a leitura é fenômeno enunciativo uma vez que:

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, o que não garante, no entanto, que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. A relação intersubjetiva que se produz na leitura é sempre inédita. **O sentido, longe de ser imanente, se apresenta como o resultado de um processo de apropriação do texto pelo leitor**, que imprime a sua singularidade na experiência de leitura. (2005, p.8, grifo nosso)

Não é demais nos determos um pouco nessa passagem. Dela retiramos pontos norteadores do que virá:

- a) A leitura é um ato de interpretação, entendida como re-constituição⁴⁵ de um sentido;
- b) essa re-constituição pode até partir de indicações presentes no texto, mas não se reduz a elas;
- c) o sentido que deriva desse ato de re-constituição não coincide integralmente com as representações do enunciador do texto;
- d) esse ato de re-constituição não-coincidente é, para nós, uma apropriação do texto pelo leitor;
- e) finalmente, a leitura é um ato intersubjetivo entre os locutores, entre o locutor e o próprio texto, entre os locutores e a experiência singular do mundo.

Partindo desses itens, que apontam a leitura como ato enunciativo, propomos, neste capítulo, resgatar, nos estudos benvenistianos, conceitos que permeiam sua teoria.

Para esse trajeto, o ponto de partida são algumas reflexões sobre os estudos de Ferdinand de Saussure e Michel Bréal (cf. 2.1), reconhecendo que Benveniste tem sua filiação nesses autores. Na sequência (cf. 2.2), damos ênfase aos principais aspectos que levem a reconhecer o percurso enunciativo de Benveniste, a partir de textos escritos originalmente em diferentes épocas e reagrupados em “Problemas de linguística geral I” (PLG I) e “Problemas de linguística geral II” (PLG II)⁴⁶ (cf. 2.2). Primeiramente analisamos – na quinta parte, “O

⁴⁵ Parte-se do princípio de que a leitura é um fazer de novo, um processo de (re)significação, ou seja, fazer de novo o percurso da significação. Segundo Dessons (2006), pode-se tomar aqui um exemplo muito simples dessa conceitualização de um elemento comum a qualquer locutor francês, o do emprego do prefixo re- que se preenche, em Benveniste, de um valor crítico. Assim, a sequência, “a linguagem re-produz a realidade”, é comentada desta forma: “a realidade é produzida de novo por intermédio da linguagem”. Glosado assim pela locução “de novo”, re- é de fato portador de dois valores: iteração – “novamente” – e invenção – “de maneira nova”.

⁴⁶ Problemas de linguística geral I e II reúnem artigos que abordam o estudo da língua, relacionando-o à linguística e a outras áreas como a filosofia, a antropologia e a psicanálise. Ressaltamos que, no corpo do trabalho, quando citarmos Benveniste, utilizaremos como referência as datas originais dos textos acrescentando, ainda, como referência o ano das publicações brasileiras de 1991 (PLG I) e 1989 (PLG II). Sempre que necessário, foram consultadas as edições francesas:

BENVENISTE, Émile. Problèmes de linguistique générale I. Paris: Gallimard, 1966.

homem na Língua”, do PLG I – a subjetividade/intersubjetividade presente nos estudos benvenistianos, em especial as reflexões feitas pelo autor em torno dos sistemas pronominal e verbal. Continuando a trajetória da apresentação da teoria de Benveniste, detemo-nos, ainda, nos artigos “A forma e o sentido na linguagem”, “Semiologia da língua” e “O aparelho formal da enunciação” (PLG II), artigos esses que levam às noções de significação, referência, instância de discurso, entre outras. Acreditamos que, com essa retomada dos principais conceitos que permeiam essa teoria, há possibilidade de estabelecer uma relação entre esses conceitos de forma a comprovar que a leitura é uso de linguagem e, como tal, uma modalidade de enunciação.

2.1 *Os fundamentos do campo enunciativo benvenistiano*

Ao tomarmos Émile Benveniste como base teórica para este trabalho, não podemos deixar de trazer para nossa reflexão fundamentos teóricos de autores como Michel Bréal⁴⁷ e Ferdinand de Saussure⁴⁸, aos quais Benveniste tem filiação.

Em nossa opinião, seria impossível pensar um trabalho em linguística enunciativa sem retomar esses dois autores, os quais revelam conceitos e descrições que servem de base ao tratamento enunciativo da linguagem. Mesmo considerando-se que a teoria da enunciação instaura um pensamento diferenciado acerca dos estudos linguísticos, é reconhecível em Benveniste um retorno às questões de significação propostas por Bréal e à visão sistêmica de língua oriunda da leitura de Saussure, inserindo aí os estudos da enunciação, da subjetividade. É assim que Benveniste desloca as famosas dicotomias saussurianas para um novo enfoque, o do discurso, do mesmo modo que toma a subjetividade presente nas ideias de Bréal para contribuir em suas reflexões nesse novo enfoque.

_____. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.

⁴⁷ Bréal é o primeiro teórico a usar o termo “semântica”. Tomamos como referência o seu Ensaio de semântica, publicado pela primeira vez em 1897. Neste trabalho, adotamos a versão traduzida por Eduardo Guimarães, de 2008, dividida em três partes: As leis intelectuais da linguagem, Como se fixou o sentido das palavras e Como se formou a sintaxe. Essa obra apresenta uma visão inovadora em relação às questões de significação, contribuindo, assim, para a descrição de determinados fenômenos semânticos de língua.

⁴⁸ Saussure é visto neste trabalho a partir do Curso de linguística geral (CLG), organizado por Bally e Sechehaye, publicado em 1916, mas também, quando necessário, a partir de alguns leitores contemporâneos que o consideram com relação aos manuscritos encontrados e publicados sob o título de Escritos de linguística geral. O objetivo é destacar a relação do campo da enunciação com o Curso, como marco que foi de instauração da ciência linguística.

Dito de outro modo, acreditamos que, de Saussure, Benveniste retoma a noções de signo e de sistema, e tudo o que elas implicam na epistemologia saussuriana; e de Bréal, a noção de significação, e tudo o que ela implica na definição do que chama de “o elemento subjetivo”.

Temos clareza de que tais afirmações mereceriam ser desenvolvidas com vagar, no entanto, nosso objetivo aqui é menos comprová-las e mais tomá-las como ponto de partida de entendimento da teoria benvenistiana.

2.1.1 A Semântica de Bréal como fundamento da enunciação de Benveniste

Ao percorrermos o *Ensaio de semântica*, percebemos em suas três partes um conjunto de fenômenos semânticos que contribuíram para os estudos linguísticos. Essa primazia do fator semântico pode ser comprovada nas três partes. Na primeira, ao tratar das leis⁴⁹ que regem a vontade humana. Na segunda parte, ao mostrar como ocorre a determinação e a mudança de sentido das palavras, enfatizando que as palavras não apresentam um único sentido, pois esse se constitui a partir do discurso, do papel do falante, em uma determinada situação; e, ainda, ao apresentar que as palavras se configuram pela necessidade de o falante interferir na sua própria fala. Por fim, na terceira parte, é comprovada, principalmente, quando o autor destaca os princípios relativos à constituição e ao funcionamento da linguagem.

Seidi (2006) aponta que já no prefácio do *Ensaio de semântica* podemos visualizar a importância da proposta inovadora de Bréal, no que diz respeito à linguística e à teoria do significado. O autor se destaca ante seus contemporâneos por suas propostas complexas e abrangentes que, ainda hoje, contribuem para a descrição de determinados fenômenos semânticos de língua.

Na primeira parte, diz Seidi, podemos concluir que as leis explicitadas por Bréal mostram que todas as mudanças são causadas por um princípio guiado pela noção de utilidade, qual seja, “promover a intercompreensão, que no fim das contas acaba por regular as leis fonéticas” (SEIDI, 2006, p. 57).

⁴⁹ Não são regras de como a vontade humana deve estar atrelada ao uso da linguagem, são explicitações sobre a questão. Para o autor são três as leis: especialidade, repartição e irradiação. A primeira lei refere-se a noções gramaticais; a segunda, ao conteúdo lexical das palavras; a terceira lei aponta para mudanças no significado atribuído aos morfemas de uma palavra.

Ao continuar seu percurso pela obra de Bréal, a autora destaca na segunda parte a seguinte citação do autor:

A semântica, ao estudar o sentido, abrange o estudo da significação, podendo-se entender que há primeiro a produção de um sentido numa situação comunicativa concreta e, posteriormente, via estabilização semântica, conseguida por meio da repetição, a constituição de um novo significado. (BREAL, 2006, apud SEIDI, p.60).

A partir dessa citação, Seidi especifica que podemos entender que o significado é o conteúdo semântico estável da palavra, sem considerar necessariamente sua utilização, e o sentido, determinado pelo uso concreto da linguagem, é a referência feita ao conteúdo semântico e particular da palavra.

Porém, é na terceira parte que nos deteremos para apontar os elementos de convergência entre Bréal e Benveniste. Partimos desse capítulo por encontrarmos nele o estudo do que Bréal propõe chamar o lado *subjetivo da linguagem*, que podemos, hoje, qualificar como o *componente enunciativo*, parte essencial de todas as línguas, pois, para o autor do *Ensaio de semântica*, a linguagem não possui “realidade fora da atividade humana, tendo por finalidade constitutiva compreender e ser compreendido”. (BREAL, 2006. Apud TAMBA-MECZ, p. 19-24).

O elemento subjetivo configura-se, então, pela necessidade de o falante interferir naquilo que está marcado, ou seja, pode ser definido como as marcas de sua interferência, como bem mostra Bréal.

Se é verdade, como se pretendeu algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal. (2008, p.157)

Para Bréal (2008), o elemento subjetivo⁵⁰ é a parte mais antiga da linguagem, elemento esse que pode figurar por palavras ou componente de frase, por formas gramaticais ou pelo plano geral de nossas línguas. Isso mostra que a subjetividade, através desses subsídios, segundo o autor, está sempre presente no discurso e pode se apresentar juntamente com as outras palavras que representam os fatos. Considera, ainda, que muitas vezes a falta de entendimento dos elementos está em não se considerar o elemento subjetivo, o qual configura o lugar que o homem se dá a si mesmo na linguagem.

⁵⁰ O conceito de elemento subjetivo de Bréal apresenta-se como decisivo para as reflexões de Benveniste, principalmente no que diz respeito à intersubjetividade.

Em Bréal, destacamos, também, a seguinte passagem sobre a importância que estabelece para as formas da língua (no caso, as pessoas) que marcam a subjetividade:

Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele (o homem) se reserva de modo absoluto (que se convencionou chamar a primeira). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do Universo. Quanto à segunda pessoa, ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira representa a porção objetiva da linguagem. (Ibidem, p. 14)

Percebemos, nos dizeres de Bréal, a importância dos pronomes pessoais, principalmente o “eu”, considerado pelo autor do Ensaio de semântica como a noção mais importante entre toda a categoria.

Eduardo Guimarães, no prefácio que faz à publicação brasileira do *Ensaio de semântica*, mostra que a citação acima vem ao encontro das reflexões presentes nos estudos da enunciação, principalmente as que se importam com o sentido na linguagem.

Para Bréal, a língua é marcada por elementos tais como advérbios, modos e tempos verbais, pronomes pessoais, entre outros, os quais marcam a subjetividade na fala. Mesmo que para Bréal a atividade humana seja a causa principal das transformações que ocorrem na língua – diferentemente de Benveniste que considera estar no ato da enunciação o sentido dado aos enunciados –, não podemos deixar de considerar que Benveniste descreve a língua apresentando, em seus estudos, as formas que marcam a subjetividade na linguagem, retomando o elemento subjetivo já apresentado pelo teórico da semântica. Desse modo, Benveniste e Bréal tratam subjetividade como uma questão linguística.

Reconhecemos, então, que é através da reflexão sobre o discurso, com destaque para o elemento subjetivo da/na linguagem, presente nos estudos de Bréal, que Benveniste apresenta seus estudos sobre a enunciação.

2.1.2 A Linguística de Saussure comparece na enunciação de Benveniste

Também é por esse viés – o do sentido – que Benveniste retoma os estudos saussurianos para fundamentar sua teoria enunciativa. Nesse caso, voltar a Ferdinand de

Saussure⁵¹ não é apenas retomá-lo como o precursor de uma linguística renovada, transformada em ciência por ter o método e o objeto delimitados, mas reconhecer em seu pensamento *uma delimitação no estabelecimento de uma Linguística da Enunciação*, como apontam Flores et al., ao apresentar hipóteses que comprovam que “a Linguística da Enunciação não só é tributária do sistema saussuriano, como também só pode ser definida em sua relação com ele” (FLORES et al., 2008, p. 15).

Não é o caso, aqui, de especificar a teoria de Saussure, mas de reconhecer nessa Linguística uma abertura para a Enunciação tendo como norte a ciência do signo⁵². Para que se possa apontar essa relação, é importante destacar que Saussure parte do princípio de que a língua é um sistema de signos, conceito esse que leva Benveniste aos estudos do sentido.

Nosso interesse, nesta seção, portanto, é menos fazer uma apresentação da teoria saussuriana e, mais, apontar alguns dos momentos em que Benveniste constrói sua argumentação por referência a Saussure. Ao contrário de Bréal, que não é uma presença evidente na obra de Benveniste, – o leitor não encontrará muitas passagens nos PLG I e II que cite o nome de Michel Bréal –, o nome de Saussure é uma presença constante no decorrer dos artigos dos *Problemas*.

Passemos, então, a Saussure e comecemos pelo que Milner chama, em seu “O amor da língua”, de *o conceito privilegiado* de Saussure: o signo⁵³.

Benveniste trata da noção saussuriana de signo em vários textos, mas é em “A natureza do signo linguístico”, texto de 1939⁵⁴, que Benveniste enfatiza que a teoria do signo linguístico, presente na maioria dos estudos linguísticos, procede de Saussure, e que tudo que diz respeito à linguagem parte do princípio de que o signo linguístico é arbitrário.

⁵¹ Esse retorno, conforme já salientamos, dar-se-á pelo Curso de linguística geral, que, mesmo com suas contradições internas, conforme Flores (2003, p. 48), pode ser considerado marco no estabelecimento do pensamento estruturalista a partir do século XX.

⁵² Para Eduardo Guimarães, Benveniste pode ser considerado um estrito saussuriano pois procura manter o sistema fechado, mas ao mesmo tempo rompe este fechamento ao introduzir em seus estudos a significação, apresentando a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade da linguagem (GUIMARÃES, 2002, p. 45).

⁵³ O termo signo aparece na obra de Saussure após a especificação do que vem a ser linguagem e, conseqüentemente, após delimitar os termos língua e fala. “O termo não é introduzido sozinho, mas, desde o início, na expressão sistema de signos” (CLAUDINE NORMAND, 2009, p. 62).

⁵⁴ Nesse artigo, Benveniste, apenas pela leitura do *Cours*, reprova Saussure no que se refere ao conceito de “arbitrário”. Para Bouquet (1997), esse conceito aparece, no CLG, com uma visão distorcida, devido à ambigüidade ligada ao conceito de signo. Signo é empregado por Saussure de duas formas: como entidade linguística global e como sendo apenas sua parte fonológica.

E é como uma verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade, que Saussure ensinou que a natureza do signo é arbitrária. A fórmula impôs-se imediatamente. Toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo linguístico. (PLG I, p. 53)

Benveniste retoma, nesse capítulo, o conceito de signo apresentando-o como a união de um significante e de um significado, a partir das palavras de Saussure: “significado é o conceito; significante, a imagem acústica” (PLG I, p. 54). Isso quer dizer que não há nem um tipo de relação com a realidade. É nesse ponto que Benveniste, ao se deter no *Cours*, a partir dos exemplos apresentados pelos editores, discorda do conceito de arbitrário⁵⁵, apontando que não se pode falar em arbitrário se não há nenhuma relação com a realidade, elemento esse não considerado ao instituir o conceito de signo como a união de um significado e de um significante. Há, segundo Benveniste, “contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui” (PLG I, p. 55).

A concepção saussuriana está ainda solidária, em certa medida, com esse sistema de pensamento [histórico e relativista do fim do século XIX]. Decidir que o signo linguístico é arbitrário porque o mesmo animal se chama boi num país, ochs, noutra, equivale a dizer que a noção de luto é “arbitrária” porque tem por símbolo o preto na Europa, o branco na China. Arbitrária, sim, mas somente sob o olhar impassível de Sírius ou para aquele que se limita a comprovar, de fora, a ligação estabelecida entre uma realidade objetiva e um comportamento humano e se condena, assim, a não ver aí senão contingência (PLG I, p. 55).

Mesmo que em Benveniste haja uma discordância em relação ao conceito de arbitrário em Saussure⁵⁶, não podemos deixar de observar que, a partir dessa problematização, Benveniste aponta outro caminho para a relação significante/significado: não há aí uma arbitrariedade, mas uma necessidade. Nesse caminho, Benveniste enfatiza que o que é arbitrário é que um signo específico se aplica a determinado elemento da realidade para não repetir “outro” (ibidem, p. 56).

O conceito de arbitrário em Saussure, segundo Bouquet (1997), é basilar porque sustenta diretamente o conceito cardinal de sua epistemologia programática: o de “valor”⁵⁷

⁵⁵ Em notas de Túlio de Mauro, mais especificamente na nota de número 137, podemos reconhecer o porquê dessa discordância de Benveniste em relação ao conceito de “arbitrário” presente em Saussure. Segundo o autor, essa discrepância se deve principalmente ao “exemplo infeliz” utilizado no Curso, o qual aponta vínculos com um referente, exemplo este apresentado, no CLG, antes de Saussure ter introduzido as noções de “significante” e “significado”.

⁵⁶ Segundo Normand, não encontramos, na compilação dos artigos em 1966, mudança de posição de Benveniste em relação a essa crítica (2009, p. 201).

⁵⁷ A noção de valor se destaca quando explicitada a divisão entre um valor procedente do arbitrário e um valor procedente do fato sintagmático, pois “o arbitrário linguístico, no sentido em que Saussure o tematiza, decorre daquilo que ele concebe como valor linguístico” (BOUQUET, 1997, p. 195). É, pois, na combinação desses dois fatos que o linguista vê a essência do fato semântico.

(BOUQUET, 1997, p. 228). Assim, o princípio básico da linguística é de que a língua forma um sistema⁵⁸, um sistema de signos, de relações internas, de modo que cada elemento depende do outro para ter seu sentido. O arbitrário em Saussure, diz Bouquet, aponta tanto para a relação entre significante e significado quanto para a relação que une entre eles os termos do sistema de uma língua dada (ibidem, p. 234).

A relevância dessa discussão para os nossos propósitos está em reconhecer que existe um eixo semântico no *Curso de linguística geral*, eixo esse que está presente em Benveniste. O que importa, então, para entendermos essa ligação Saussure-Benveniste é, segundo Claudine Normand, saber de que semântica trata Saussure.

Como sabemos, Saussure considera que *a linguagem tem um lado individual e um lado social*; no entanto, considerando a necessidade de um estudo científico da linguística, descarta a possibilidade de abordar as duas partes, mesmo reconhecendo que existe uma linguística da língua e uma linguística da fala, conforme o capítulo IV da *Introdução do Curso*.

Essa atenção dada à noção de língua como sistema de signos, presente nos estudos saussurianos, leva-nos ao percurso teórico de Benveniste que, ao apresentar suas reflexões sobre a enunciação, retoma essa concepção de língua. Em Benveniste, *língua e fala* têm outro enfoque, pois a enunciação não considera a possibilidade de estudar a língua separadamente da fala, assim como não considera estudar as irregularidades – como é definida a Linguística da Fala no CLG. É na ideia de estrutura que se encontra uma nova forma de olhar para esses termos, considerando-os não mais em oposição. Nessa nova forma de olhar para o par “língua/fala, pertencem à língua os fenômenos enunciativos, mas não se encerram nela, pertencem à fala na medida em que só nela e por ela têm existência e questionam a existência de ambas, já que emanam das duas” (FLORES et al., 2008, p. 18).

Para Barbisan e Flores (2009, p. 17), em “O aparelho formal da enunciação”⁵⁹, comprova-se a interdependência entre língua e fala nos estudos enunciativos e, acreditam os autores, já em Saussure “há indícios de que a língua comporta a fala e vice-versa, quando, no CLG, ele trata das relações sintagmáticas como pertencentes ao discurso”.

⁵⁸ Saussure sempre usou o termo sistema, sendo o termo estrutura utilizado apenas na década seguinte (NORMAND, 2009, p. 12). Benveniste em artigos que trata da enunciação utiliza o termo sistema.

⁵⁹ Segundo Flores (2008, p. 17), Benveniste fala em “aparelho formal da enunciação” como um dispositivo que as línguas têm que é disponibilizado pela estrutura mesma da língua para a atualização que o sujeito faz do sistema no uso. Portanto, “essa ideia inclui a de língua e a de fala, mas não se esgota nelas”.

Há, ainda, uma passagem em Saussure quando ele trata da questão “identidades, realidades, valores”, no terceiro capítulo, que serve para ilustrar essa presença do aspecto semântico em seu *Cours*.

Quando, numa conferência, ouvimos repetir diversas vezes a palavras senhores!, temos o sentimento de que se trata, toda vez, da mesma expressão, e, no entanto, as variações do volume de sopro e da entonação a apresentam, nas diversas passagens, com diferenças fônicas assaz apreciáveis – quanto as que servem, aliás, para distinguir palavras diferentes (cf.fr. pomme, “maçã”, e paume, “palma, goute, “eu gosto”, fuir, “fugir, “cavar” etc); ademais, esse sentimento de identidade persiste, se bem que do ponto de vista semântico não haja tampouco identidade absoluta em um Senhores! e outro[...].(SAUSSURE, 1991, p.125-126)

Aqui, parece já evidente em Saussure, na concepção de língua, uma abertura para a enunciação. Segundo Barbisan e Flores (2009, p. 12), essa passagem aponta para um fato fundamental: “falamos a mesma língua, mas há algo nela que é específico de quem a fala, logo, irrepitível porque ligado ao tempo da fala”. A citação já salienta aspectos os quais dizem respeito à língua em uso, atribuindo-se, a cada vez que é pronunciada, um sentido diferente à palavra *senhores*.

Normand (2009) destaca, então, a teoria da língua como sistema de valores, presente nos estudos saussurianos, ponto de reflexão a respeito de uma abordagem do sentido. A noção de valor aponta uma diferença formal mínima ligada a uma diferença de sentido, indiferentemente se forem unidades linguísticas lexicais ou um fato gramatical, uma vez que as relações de oposição (eixo paradigmático) e de combinação (eixo sintagmático) estão presentes no funcionamento linguístico. É, portanto, a partir das questões valor semântico e relações associativas e sintagmáticas que a autora enfatiza a importância de saber de que semântica trata Saussure.

Forma e sentido estão intimamente ligados, um não anda sem o outro, mas essa ligação não pode ser inteiramente contingente, e, se nos aplicamos em descrever atentamente as formas, descobrimos que é o sentido que dá “a razão” de suas diferenças, até mesmo de suas anomalias (Ibidem, p. 202).

Para averiguar a validade dessa semântica, é, pois, importante lembrar que, para Saussure, o valor linguístico resulta da relação do significante com o significado⁶⁰, e da relação do signo com os outros signos e, ainda, que a semântica não é uma lógica, pois não pode haver duas etapas de análise, uma da forma e outra do sentido. É, assim, a partir de

⁶⁰ Valor e significação não devem confundir-se. Pode, por um lado, a significação ser apenas um elemento do valor, assim como, por outro lado, o valor ser um elemento da significação. Nesse segundo caso, a produção de sentido é infinitamente mais rica, pois reúne as relações complexas do termo linguístico com seu exterior. Deve-se reconhecer, então, que o estudo do valor, mais amplo que a significação tradicional, e, sobretudo diferente, porque imanente, não é isolável como tal (NORMAND, 1990).

Saussure que Benveniste implanta uma análise das formas como portadoras de sentido (NORMAND, 2009, p. 100).

No que diz respeito a Benveniste, entendemos, em sua relação com Saussure, a iniciativa de tomar a língua como objeto da linguística, mas em outro patamar. Para Benveniste, interessa uma linguística da linguagem, que inclui língua e fala. Nessa linguística, tem lugar especial o sentido que leva ao discurso e, desse modo, à linguagem. Benveniste, centrado na enunciação, insere o sujeito nos estudos linguísticos. Percebemos, desse modo que, assim como segue Saussure em suas bases teóricas, Benveniste constitui um novo objeto: a enunciação⁶¹.

Benveniste até pode ser apontado por alguns como o continuador de Saussure, ou mesmo como o autor que ultrapassa os estudos saussurianos ao propor suas reflexões. No entanto é preciso destacar que Benveniste apresenta um pensamento absolutamente singular, mostrando que a linguagem deve ser entendida pelo viés do sentido. Seu pensamento converge para uma importante noção, a de enunciação. Segundo Flores et al.,

A Linguística da Enunciação conserva muito dos aspectos oriundos da Linguística Saussuriana, e o principal deles é, sem dúvida, a noção de sistema, chamada de estrutura pelos pós-saussurianos. Todos os lingüistas da enunciação subscrevem a ideia de que a língua comporta uma estrutura. A palavra estrutura é sobejamente utilizada na literatura da área (2008, p. 20).⁶²

A título de síntese desta parte, diríamos que Benveniste parece ser duplamente influenciado em sua reflexão. De um lado, inspira-se nos trabalhos de Bréal sobre o elemento subjetivo. Vê-se de Bréal, principalmente, a tese segundo a qual é possível identificar marcas que dizem respeito à subjetividade na linguagem, o “elemento subjetivo” nos termos de Bréal. De Saussure, vê-se uma referência mais explícita, ancorada nas noções de sistema, signo e valor.

Retornar a esses dois autores significa, sobretudo, reconhecer neles uma abertura para a enunciação tendo como norte a subjetividade presente em Bréal e o princípio de que a língua é um sistema de signos, como bem aponta Saussure. Desse modo, podemos dizer, com

⁶¹ Segundo Flores e Teixeira (2009, p. 78-79), “a expressão o homem na língua usada por Benveniste para nomear a quinta parte de seus *Problèmes de linguistique générale* I e II é um dos pontos de encontro com a teoria do valor desenvolvida por Ferdinand de Saussure em seu *Cours de linguistique générale*”.

⁶² Com estas palavras vimos surgir uma primeira visão de que a Linguística da Enunciação, a partir da noção de sistema, ou estrutura, como dizem os pós-saussurianos, pode nos direcionar para o entendimento de que a leitura pode ser uma modalidade de enunciação, pois, conforme Barthes (2004, p. 33), toda a leitura ocorre no interior de uma estrutura.

Normand, que “Benveniste é o mais saussuriano dos linguistas, uma vez que permitiu resgatar, a partir de Saussure, uma linguística da significação” (NORMAND, 2009, p. 197).

Isso posto, passamos, a seguir, à teoria benvenistiana propriamente dita como forma de reunir elementos que nos permitam falar em leitura como uma modalidade de enunciação.

2.2 A teoria enunciativa de Émile Benveniste

Falar em Benveniste, mais especificamente discorrer sobre sua teoria, é, para nós, ponto de partida e ponto de chegada⁶³ para realizar o propósito de levar adiante nossa questão a respeito da leitura, qual seja: de *a leitura ser tratada como uma modalidade de enunciação*. Nesse caminho, trazemos, neste item, reflexões de Émile Benveniste – considerado um dos primeiros linguistas a ressaltar o uso da língua pelo locutor – constantes em “Problemas de linguística geral I e II” (conforme havíamos anunciado na Introdução). Pretendemos rastrear os principais conceitos da enunciação que permeiam essa teoria, reconhecendo interdependência entre eles, pois, como sabemos, ao longo de sua trajetória, Benveniste escreveu artigos que, tomados no conjunto de sua obra, configuram-se como uma Teoria da Enunciação. Com a retomada desses conceitos queremos compreender como a leitura, mesmo não prevista⁶⁴ nesses estudos, pode ser uma modalidade de enunciação.

Segue-se, então, a apresentação do que julgamos serem os principais conceitos presentes na obra de Benveniste, tendo em vista nossos propósitos, a fim de instituímos uma relação entre eles que comprove que a leitura é uso de linguagem e, como tal, uma modalidade de enunciação. Antes, porém, vale fazer uma observação. Conforme Flores (2011b)⁶⁵, “a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligados entre si através de relações hierárquicas – hiperonímicas e/ou hiponímicas –, paralelas, transversais, entre outras”. Segundo o autor,

⁶³ Ponto de partida porque temos na teoria enunciativa nossa trajetória teórica para apontar a leitura como uma modalidade de enunciação; ponto de chegada porque nosso intuito é estabelecer um caminho teórico metodológico que dê conta do processo de leitura a partir da teoria enunciativa benvenistiana.

⁶⁴ Dizer que Benveniste não tratou da leitura não nos desautoriza a investir na questão, pois, como mostram Flores et al. (2008, p. 35), “pode ser estudado na enunciação todo o mecanismo linguístico cuja realização integra seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso que o sujeito faz da língua”.

⁶⁵ Cf. FLORES, V. N. “Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Benveniste”. No prelo. 2011b.

grande parte dos conceitos propostos por Benveniste “têm valor primitivo, na medida em que fazem parte de outros conceitos”. Ou seja:

Os termos e as noções que integram um dado conceito contêm, em si, outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros. Na verdade, há na teoria benvenistiana uma rede de relações conceituais em que cada conceito é constituído por uma rede e é parte integrante dela (FLORES, 2011b, no prelo).

Ao fazermos essa observação, queremos salientar que a incursão na teoria benvenistiana exige de quem o faz que adote um ponto de vista de leitura. Delimitamos, pois, nossa reflexão tomando, primeiramente, a parte em que o autor trata do que chama de *O homem na língua*, presente em “Problemas de linguística geral I e II”, ao apresentar sua teoria da intersubjetividade/subjetividade⁶⁶, através de noções que, mesmo aparentando estudos sobre morfologia e sintaxe, inserem o sujeito nos estudos linguísticos. Nessa parte, dividida em seis artigos, Benveniste aborda noções caras ao seu edifício teórico: *a subjetividade na linguagem, a distinção pessoa e não-pessoa, a diferença referencial de cada um dos termos da tríade eu/tu/ele, entre outros*.

Com a finalidade de retomar esses conceitos-chave, especificaremos três dos artigos presentes nessa parte do PLG I: “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (de 1946), “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958), os quais podem nos conduzir à perspectiva de uma teoria enunciativa da leitura.

Neste momento, abordar essas questões, tendo como direção essa primeira parte, significa avaliar a importância de explorar a presença do sujeito nos estudos linguísticos e, posteriormente (cf. capítulo 3), especificar como essa presença pode estar relacionada ao processo de leitura. Portanto, aqui, interessa-nos esclarecer os conceitos iniciais da teoria e reconhecer sua interdependência de modo a reinterpretá-la a partir do fenômeno da leitura.

Também nessa direção, retomamos, em um segundo momento, os artigos “A forma e o sentido na linguagem” (1966) e “A semiologia da língua” (1969), os quais consideramos essenciais por trazerem à luz questões de língua, linguagem e uso na relação entre a forma e o sentido.

“A forma e o sentido na linguagem”, segundo Aya Ono (2007), procura especificar o mundo do discurso, oposto ao mundo de signos. Diz respeito ao entendimento que se deve ter

⁶⁶A intersubjetividade/subjetividade permeia todos os textos de Benveniste por ser um conceito fundamental à teoria. Segundo Flores (2004, p. 222), “se há na obra de Benveniste o a priori de que o homem se constitui como sujeito na linguagem e a intersubjetividade é a condição da linguagem, então nenhum tema que tenha sido objeto de estudo do autor escaparia a isso, pois tal a priori teria valor primitivo”.

do signo; ou seja, para o autor, é preciso que o signo, como unidade semiótica e constituído de um significante e de um significado, seja compreendido do ponto de vista da forma e do sentido. Para Flores et al. (2008, p. 72), com forma-sentido se “está no âmbito do uso da língua, garantia de intersubjetividade, não só porque a língua é partilhada, mas também porque a situação em que se está inserido é a mesma: atribuição de referência para co-referência”.

O segundo artigo, “A semiologia da língua”, questiona o lugar da língua entre os sistemas semióticos, considerando as posições de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure, e atesta que o primeiro, ao discutir essa noção, não se interessou jamais pela língua em funcionamento sendo o signo posto na base do universo inteiro: tudo é signo. Já para Saussure é a língua que está no centro dessa problemática, pois é ela um sistema de signos dos mais importantes, e, para Benveniste, o único que comporta enunciação.

Esse artigo, um dos últimos escritos por Benveniste, configura um programa de semiologia universal que deveria se ordenar e se desenvolver sob a direção da linguística. A língua é vista, nesse artigo, pelo aspecto semiológico e pelo aspecto semântico, o que significa reconhecê-la tanto como sistema de signos⁶⁷ quanto pelo seu uso, isso quer dizer que a língua comporta signos que prevêm a utilização da língua (FLORES et al., 2008, p. 74). Nesse artigo, encontramos em Benveniste a substituição do termo frase pelo de “enunciação, como manifestação própria ao mundo do discurso” (ONO⁶⁸, 2007, p. 54).

Com o intuito de retomar os principais conceitos enunciativos que servem de base teórica para nossa tese, delimitamos, ainda, um terceiro item (cf. 2.2.3), cujo título é *A enunciação*. Nele, fazemos uma reflexão específica sobre o estatuto geral da enunciação em Benveniste, retomando todos os aspectos tratados anteriormente e apresentando a temática da enunciação, abordada por esse autor, principalmente, no artigo de 1970, “O aparelho formal da enunciação”.

Esse texto, que compila as principais reflexões dos estudos enunciativos de Benveniste e que define a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, p. 82), pode contribuir para nossas hipóteses iniciais as quais preveem a leitura do ponto de vista enunciativo. Nele encontramos tanto a conclusão de muitos dos conceitos apresentados em artigos anteriores, quanto uma abertura para reflexões

⁶⁷ O signo para Benveniste não é exatamente o de Saussure, é um signo que já comporta o semântico.

⁶⁸ Tradução de Daniel da Silva.

que, ao tomar a língua em uso, possibilitam outros desdobramentos que possam de alguma forma ter a enunciação como base teórica. Pensamos, então, na seguinte passagem ao final do artigo de 1970:

Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (PLG II, p. 90).

A passagem acima nos permite buscar a confirmação das hipóteses previstas para este trabalho e reconhecer que, sim, é possível traçar um percurso – uma nova “perspectiva” que se abre – a partir dos principais conceitos da enunciação que nos levam a um caminho teórico-metodológico para o processo de leitura – uma forma “complexa do discurso”– baseado nas concepções benvenistianas.

É importante salientar que não estamos propondo uma clivagem radical entre os textos apresentados em “Problemas de linguística geral I e II”, uma vez que reconhecemos, com Dahlet (1997), que o tema da enunciação é permanente na obra benvenistiana; no entanto, essa presença é de grau e andamento diversos, não sistematizáveis em uma só definição. Assim, o desenvolvimento a seguir apresenta alguns textos de Benveniste que, julgamos, apontam elementos que podem configurar um estudo enunciativo da leitura.

Finalmente, ainda duas observações. Primeira: apesar de termos seguido uma ordem cronológica, a seleção dos textos tem em vista o detalhamento das ideias que achamos mais importantes para os nossos propósitos. Segunda: consideramos uma visada da teoria que dê destaque a elementos que levam a estudar a linguagem como condição de existência do homem. Em suma, aproximamos nossa teoria enunciativa da leitura, derivada das ideias de Benveniste, de uma visão antropológica da linguagem (Cf. DESSONS, 2006).

2.2.1 A intersubjetividade/subjetividade na linguagem

Em “O homem na língua”^{69 70}, Benveniste apresenta uma parte importante de sua teoria da intersubjetividade/subjetividade na linguagem, atrelando a ela temas como a

⁶⁹ O homem na língua é uma parte dos volumes I e II de Problemas de linguística geral, a quinta parte, na qual Benveniste desenvolve análises de fenômenos das línguas naturais de um ponto de vista teórico, explicitando o processo de comunicação intersubjetiva e definindo determinadas categorias linguísticas.

estrutura do sistema pronominal pessoal e a enunciação. É nessa parte que selecionamos, dos seis artigos aí postos, três que se complementam e que fundamentam sua reflexão a respeito do sujeito nos estudos linguísticos e a relação desse sujeito com o tempo e com o espaço.

Para o autor, a subjetividade na linguagem se desvela a partir de marcas específicas – dentre as quais ocupa posição de destaque a teorização sobre os pronomes pessoais – como elementos indispensáveis para uma reflexão a respeito da inclusão do sujeito nos estudos linguísticos⁷¹, uma vez que a expressão de pessoa sempre está presente na língua. A teoria da enunciação, com esses conceitos centrais, implanta um pensamento diferenciado a respeito da linguagem (FLORES, 2001, p. 30).

Benveniste aponta, no artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946)⁷², que tratar linguisticamente das pessoas verbais é reconhecer a relação opositiva que se coloca entre elas. Aqui, o autor mostra a importância de estabelecer diferença entre essas pessoas, pois, gramaticalmente, esses elementos se mostram como uma categoria homogênea⁷³. É necessário, no entanto, que se caracterizem as oposições que ocorrem entre essas pessoas e de que forma se alicerçam, pois somente assim se pode entendê-las. Reconhecendo, então, que a categoria de pessoa, sempre, de uma forma ou de outra, é marcada no verbo, Benveniste mostra que, para apreendê-la como elemento da língua, pode-se partir das definições usadas pelos gramáticos árabes: a primeira pessoa é aquela que fala, a segunda, aquela a quem nos

⁷⁰ Flores e Teixeira (2009, p. 79) lembram que Benveniste, no Avant-propos do Problèmes I, chama a quinta parte de seus PLG de “O homem na linguagem”. Para os autores, caberia indagar a que se deve este “engano” de Benveniste: “Por que oscila ele entre língua (a palavra que efetivamente aparece no sumário) e linguagem (a palavra que aparece no Avant-propos) para nomear a parte de seu livro que reflete sobre a subjetividade/intersubjetividade?” (Ibidem). Conforme os autores “‘engano’ sugere que as noções de língua e linguagem – mas também a de línguas – são de suma importância no pensamento de Benveniste, e que todas são relevantes para o autor. Benveniste interessa-se pela linguagem, pela língua e pelas línguas simultaneamente”. Como exemplo disso Flores e Teixeira citam o artigo “Da subjetividade na linguagem”. Dizem os autores: “a intersubjetividade/subjetividade ali estudada inclui a ordem da linguagem – o título já atesta isso –, a ordem da língua – já que a análise conclui em favor de uma generalização sistêmica da oposição pessoa/não-pessoa – e a ordem das línguas – já que há análises de inúmeras línguas (o francês, certamente, mas também as línguas do extremo oriente das quais Benveniste era profundo conhecedor). Talvez, então, o mais adequado seja supor que Benveniste fala em ‘homem na língua’, mas também ‘na linguagem’, já que isso é sobejamente mostrado nas análises que faz ‘das línguas’” (Ibidem).

⁷¹ Para Guimarães (2002), ao distinguir os pronomes, Benveniste está realizando uma descrição da língua, apontando que ela tem formas que marcam o elemento subjetivo quando se fala; desse modo, o autor coloca a questão da subjetividade, já presente em Bréal, como uma questão linguística.

⁷² Esse texto reflete sobre categorias que fundamentam a teoria benvenistiana da enunciação esclarecendo, do ponto de vista linguístico, uma distinção entre pessoa e não-pessoa e apresentando termos importantes na teoria, como intersubjetividade e diálogo.

⁷³ O problema é que “a forma dita de terceira pessoa” comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma pessoa específica. A diferença reside nas correlações que se apresentam. O “ele” não é tido como pessoa, e o “tu”, como pessoa, diferencia-se do “eu”, pois somente “eu” pode instituir o “tu”, nesse caso, “eu” é a pessoa subjetiva.

dirigimos; porém, a terceira, diferentemente do que pregam as gramáticas, não é simplesmente a pessoa de quem se fala, é, sim, a pessoa que está ausente, mostrando claramente uma disparidade entre as duas primeiras e a terceira. Aí, portanto, se funda uma diferença bem significativa que é comprovada por Benveniste no seguinte trecho:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa” (PLG I, p. 250).

Essa passagem aponta dois aspectos relevantes nos estudos enunciativos: a pessoalidade e a subjetividade. No primeiro caso, mesmo havendo oposição entre “eu”, que é sempre a única pessoa subjetiva, e “tu”, há uma relação interpessoal, pois “eu” precisa estabelecer um contato com alguém, no caso “tu”. No que se refere à terceira pessoa, o autor enfatiza a diferença de posição em relação às outras duas, ficando o “ele” sem especificar pessoa alguma.

A “terceira pessoa” é a não-pessoa. Essa descrição apresenta duas situações para a categoria de pessoa. Uma em que “eu/tu” se distingue de “ele”; outra em que “eu” se opõe a “tu”. Desse modo, a categoria de pessoa não pode ser tratada apenas do ponto de vista de presença ou ausência de pessoalidade, há também de se considerar a subjetividade, uma vez que “eu” é pessoa subjetiva e “tu” é simplesmente pessoa, e que as duas juntas se opõem à não-pessoa. Nessa perspectiva, a teoria linguística da pessoa verbal deve ser vista a partir das correlações de pessoalidade e de subjetividade⁷⁴ (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 32).

Benveniste, nesse caso, situa as relações entre as relações entre os pronomes, apontando que “eu” e “tu” são caracterizados pela marca da pessoa, enquanto “ele” é privado dessa marca; no entanto, é preciso considerar que há também uma oposição entre “eu” e “tu”, oposição essa que é marcada pela subjetividade. “Eu” é a pessoa subjetiva por natureza.

⁷⁴ Essa questão é também abordada por Dany-Robert Dufour quando questiona a relação entre três termos, afirmando que não se pode recompor uma estrutura de três termos a partir de relações binárias e, Benveniste, segundo ele, mesmo tendo formulado o conjunto trinitário dos pronomes pessoais, especifica a relação entre estes termos com o objetivo de levar adiante suas reflexões. Podemos, segundo Dufour, observar que: “Ele [Benveniste] cliva sua definição em dois subconjuntos binários: por um lado, ele analisa a díade formada pelo par “eu” e “tu”; por outro, em seguida, coloca “eu” e “tu” juntos de um lado e “ele” de outro. A partir do conjunto binário, ele obtém assim duas díades. Pode-se, aliás, notar que Benveniste não expõe todas as relações binárias geradas pela decomposição da estrutura de três termos, mas utiliza somente as díades que se prestam a seu propósito e deixa à sombra as demais [...]” (2000, p. 73).

Já em “A natureza dos pronomes” (1956), o autor complementa a temática dos pronomes tratando de temas como indicadores de subjetividade e instância do discurso (ID)⁷⁵. Para o autor, as formas pronominais devem ser abordadas como um problema de linguagem e, por isso, também como problema de línguas. Não é possível, portanto, pensar esses elementos de um ponto de vista unitário, mas deve-se, sim, considerar que o que vai determinar o estudo dessas classes é o modo de linguagem do qual são os signos: ou pertencem à sintaxe da língua ou às “instâncias do discurso”⁷⁶ (PLG I, p. 277).

Nesse artigo, Benveniste salienta que a única realidade à qual se referem os pronomes “eu” e “tu” é a realidade do discurso⁷⁷. Assim, destaca que a língua torna-se discurso, essencialmente, a partir da categoria de pessoa, pois eu remete cada vez a um ser único, exclusivamente linguístico, melhor dizendo, “cada eu tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único proposto como tal” (PLG I, p. 278).

É importante destacar que essas formas pronominais remetem apenas à enunciação, cada vez única, em que estão presentes, diferentemente de outras formas objetivas que remetem à realidade. *Eu* e *tu* referem-se, portanto, à realidade do discurso, fora disso, são signos vazios, não têm valor. É, ainda, importante lembrar que, segundo Benveniste, há duas instâncias em que o “eu” se apresenta: *eu* como referente, *eu* como referido, distinção essa que pode ser explicitada da seguinte forma: “eu é o ‘indivíduo’ que enuncia a presente instância do discurso que contém a instância linguística eu”. Da mesma forma, ao pensarmos no processo de alocação, *tu*, simetricamente, apresenta-se como “o indivíduo alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística *tu*” (ibidem, p. 279).

Benveniste, ainda nesse artigo, enfatiza que os dêiticos são tomados como signos vazios e, quando assumidos pelo sujeito, na instância do discurso, tornam-se plenos. Desse

⁷⁵ Para Ono (2007), esta noção tem lugar importante na teoria de Benveniste, tendo em vista que serve para especificar a “dêixis”. Segundo a autora, os dêiticos estão relacionados à ID em que são produzidos. É relevante destacar que esta noção aparece, principalmente, nos textos que se baseiam na relação da linguagem com o sujeito falante, através da análise dos dêiticos.

⁷⁶ Conforme o Dicionário de linguística da enunciação (DLE), instância do discurso é o ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor. Instância do discurso e enunciação são termos que aparecem quase sempre juntos nos textos de Benveniste e são definidos de maneira muito próxima (DLE, p.142).

⁷⁷ Essa questão pode ser, também, lida em Dufour, quando este escreve sobre “A trindade e a língua”, conforme passagem abaixo.

“Eu” e “tu”, estes dois signos vazios, não referenciais com relação à realidade, resolvem de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva: eles estão à disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas conchas vazias se tornem cheias. Do mesmo modo, a concha vazia dos índices é uma espécie de autenticação e de atualização de nossa capacidade de simbolização (DUFOUR, 2000, p. 74).

modo, destaca-se que a linguagem torna-se discurso, essencialmente, a partir da categoria de pessoa.

Em suma, para melhor explicitar esse artigo, tomamos as palavras de Flores e Teixeira (2005, p.33) ao dizerem que:

[...] a unicidade decorrente do uso das formas “eu/tu” é conferida pela instância de discurso, e a não-unicidade de “ele” está ligada à sua independência com relação à enunciação. A dêixis, por sua vez, passa a ser entendida, na perspectiva enunciativa, como aqueles signos que, pertencentes ao paradigma do “eu”, também fazem remissão à instância de discurso e só nela podem ser devidamente apreendidos. Assim concebida a noção de pessoa, percebe-se a importância do tema complexo na obra de Benveniste, o da (inter)subjetividade.

No texto “Da subjetividade na linguagem”, publicado em 1958, Benveniste dá continuidade aos estudos dedicados à pessoa a fim de explicitar a subjetividade como propriedade fundamental da linguagem. A linguagem faz parte da existência humana, pois não há homem e linguagem, há sim o homem na linguagem: “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando” (PLG I, p. 285). Segundo o autor, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (ibidem, p. 285).

A subjetividade se apresenta como a capacidade de o locutor se colocar no discurso como sujeito que diz *eu*. Esse sujeito, ao dizer *eu*, automaticamente, constitui uma pessoa a quem se dirige, o *tu*. Existe, apesar da transcendência do *eu*, sempre esta relação de alguém que fala para alguém. Eu não emprego *eu* a não ser para instituir um *tu*, dirigir-me a alguém (ibidem, p. 286). Diz Flores (2005) que essa relação entre as pessoas é que possibilita a linguagem, pois cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso e ao outro como *tu* (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 34).

Em Flores et al. (2008, p. 52), também, podemos destacar que:

A noção de pessoa, tal como é apresentada, implica constituição recíproca: o ato por meio do qual eu se constitui como sujeito constitui tu. Eu e tu são mutuamente constitutivos, tu é implícito ao dizer de eu. O dizer que é relativo à noção de subjetividade – eu/não-eu – também é relativo à noção de intersubjetividade eu ↔ não-eu.

Sobre a implicação em relação à noção de pessoa, tomamos novamente as palavras de Flores et al.:

Esta implicação pode também ser verificada nas características que Benveniste atribui à categoria de pessoa. A primeira é a unicidade; eu e tu são sempre únicos, se renovam a cada situação enunciativa; a segunda, reversibilidade, aponta também para o fato de que a situação enunciativa é sempre outra, sempre nova: se tu toma a palavra, já não é mais tu, e sim eu. O que se propunha como eu agora é tu; a relação é refeita, é nova, já não é mais a mesma (Ibidem, p. 52).

Há aí, então, uma condição de diálogo, uma troca, que aponta para a apropriação da língua por um locutor que passa a sujeito ao incluir o outro, que tem em comum a mesma língua. É com os pronomes pessoais que se revela a subjetividade na linguagem, e com ela, ao se instituir essa troca recíproca em que “eu” só emprega eu dirigindo-se a um tu, a intersubjetividade. Resumindo, podemos dizer que *eu* é sempre a primeira pessoa, sendo assim, o que muda é a pessoa que ocupa esse lugar.

Diz Benveniste que os pronomes pessoais são, para a revelação da subjetividade na linguagem, o primeiro ponto de apoio. Esses pronomes, mesmo estando na língua, não remetem a nenhum conceito. Pertencem, portanto ao âmbito da enunciação.

Em termos de síntese, vale lembrar Aya Ono⁷⁸ (2007, p. 45), que assim apresenta as relações configuradas nos textos da década de 1940 e 1950 que se dedicam a pensar a intersubjetividade/subjetividade a partir do sistema pronominal:

	Pessoa	não-pessoa
Subjetivo	“eu”	
não-subjetivo	“tu”	“ele”

Quadro 1 – Síntese das relações entre pessoa e não-pessoa

Esse quadro cumpre o papel didático de mostrar como a categoria de pessoa é pensada por Benveniste e em que termos se dá sua vinculação aos pronomes.

Benveniste aponta ainda que dessa categoria dependem outras classes (demonstrativos, advérbios, adjetivos) que participam do mesmo *status*. Essas outras classes – indicadores da dêixis – tomam o locutor como ponto de referência, definindo-se, assim, em relação à instância do discurso na qual são produzidos.

Além da categoria de pessoa, a enunciação está relacionada ainda às categorias de tempo e espaço, fundamentais na instância de discurso.

As categorias de pessoa, tempo e espaço são constitutivas da língua e sua existência está ligada ao uso que o locutor faz dela, uma vez que são formas que só podem ser reconhecidas no uso do discurso que as contém, possuindo, então, referência própria.

⁷⁸ Tradução de Daniel da Silva

A subjetividade, portanto, também está presente na expressão da temporalidade, cuja referência se dá em relação ao tempo presente, que, nesse caso, não tem relação com a flexão do verbo, e, sim, com o tempo da fala, ou seja, com a instância do discurso. Não há, pois, “outro critério nem outra expressão para indicar o tempo em que se está senão tomá-lo como o tempo em que se fala” (PLG I, p. 289). O tempo do presente se marca no interior do discurso. Entende-se, desse modo, que há palavras que têm referência somente na instância do discurso. Esse momento é sempre determinado pelo locutor, mesmo não se referindo sempre aos mesmos acontecimentos.

Benveniste aponta que o *tempo*, dentre as formas reveladoras da experiência subjetiva, é das mais ricas e apresenta dificuldade para ser explicitado, uma vez que recobre representações muito diferentes. Torna-se necessário reconhecer que há um tempo específico da língua, cuja singularidade é o “fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (PLG I, p. 74).

O tempo linguístico, diz Benveniste,

Tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do presente (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (Ibidem, p. 74-75).

Assim, a temporalidade, que se insere no processo de comunicação sempre a partir do tempo presente, caracteriza-se por se atualizar, é um tempo que se renova sempre a cada instância de enunciação, um tempo que, como eixo, possibilita remontar ao passado e projetar o futuro.

Ono⁷⁹ (2007) faz referência ao ato de fala cada vez único e, por ser desse modo, só pode estar relacionado ao tempo. Diz a autora que a ideia de unicidade posta por Benveniste está diretamente ligada ao tempo, mais especificamente “ao ato efetuado no tempo” (ibidem, p. 44).

Quanto ao *espaço*, apesar de a enunciação ser considerada como a instância do ego-hic-nunc, percebemos, nos estudos enunciativos de Benveniste, uma desproporção de tratamento em relação às categorias de pessoa e tempo. No entanto, a noção de espaço deve ser vista na sua função no discurso, pois serve de ponto de referência ao se inserir no processo de comunicação, organizando o espaço a partir de um ponto central (aqui, lá, acolá) sempre em relação ao sujeito da enunciação. Para Benveniste tratar das coordenadas espaciais serve

⁷⁹ Tradução de Daniel da Silva

para “localizar todo o objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele próprio designado como centro de referência e ponto de referência” (PLG II, p. 70).

Para Fiorin, “o espaço do discurso não remete nem a posições nem a movimentos numa dimensão determinada nem se fecha numa subjetividade solipsista, mas funciona como fator de intersubjetividade” (2008, p. 263). A noção de intersubjetividade, portanto, não está apenas atrelada à categoria de pessoa.

O tempo e o espaço são determinantes na questão da referência em uma situação enunciativa. Os signos, que só podem ser identificados na instância do discurso que os contém, ao serem empregados “definem as coordenadas da instância do discurso – as noções de pessoa, tempo e espaço –, e essa referência, mediante estabelecimento de correlações, permite deslocamentos espaciais e temporais” (FLORES; BARBISAN, 2009, p. 220).

Feito este percurso, reconhecemos que, em Benveniste, as noções de pessoa, tempo e espaço não se apresentam apenas como categorias da língua, pois têm existência somente quando colocadas em uso; assim, são elementos que constituem a língua, mas que têm sua existência na dependência do uso que se faz delas.

Entendemos, então, que a enunciação configura-se em um quadro enunciativo cuja inserção dos locutores na língua envolve apropriação e atualização, o que significa a presença dos sujeitos, ou melhor, a noção de pessoa e a de situação correspondendo ao espaço e ao tempo, configurando-se, desse modo, o centro de referência relativo à enunciação.

Em termos de visualização, poderíamos sintetizar as relações entre as categorias de pessoa, tempo e espaço na enunciação a partir do seguinte diagrama:



Diagrama 1 – As relações entre as categorias de Pessoa, Tempo e Espaço na enunciação

Aqui, segundo Flores (2008), percebe-se o nascimento de uma linguística que evidencia o sujeito implicado e imbricado na estrutura da enunciação.

Estando, assim, a linguagem de tal forma organizada, reconhecemos, com Dufour⁸⁰, “[...] que para pôr a língua em ato é preciso utilizar um sistema específico, o sistema dos ‘pronomes pessoais’” (2000, p. 69). Assim é que entendemos o uso dos pronomes, como formas linguísticas que indicam a “pessoa”, atrelados à subjetividade, sendo, pois, “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286).

Na leitura, está posto o ato de passagem de locutor a sujeito. Não apenas com a figura do autor, mas também com a que lê, que se coloca subjetivamente, sendo, então, o campo da leitura o da subjetividade, pois toda leitura procede de um locutor e produz um sujeito.

Ao retomarmos alguns conceitos-chave que fundamentam a teoria benvenistiana, vemos que essas noções produzem consequências nos estudos linguísticos. Na linguística passa a existir sujeito e, com ele, também a referência. Desse modo, percebemos que a dicotomia língua/fala, presente nos estudos saussurianos, ressurgiu como língua/discurso, pois, para Benveniste, é a língua em uso que deve ser considerada, “é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística” (PLG I, p. 293).

Esses conceitos não se esgotam nos artigos descritos até aqui, pois como diz Normand (2009, p. 161), “em Benveniste, a busca dos traços da subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações”.

Continuamos nossa leitura de Benveniste investindo na explicitação de outros dois artigos, quais sejam, “A forma e o sentido na linguagem”, presente, também, em um capítulo que trata do homem na língua, e “Semiologia da língua”, no capítulo “A comunicação”, ambos contemplados no PLG II, nos quais são retomadas questões sobre o sujeito, levando-nos, porém, a entender a significação.

⁸⁰ Dufour, em “Os mistérios da trindade”, aponta que Benveniste foi um dos raros a terem empreendido uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralinguístico. Os homens que falam, diz ele, desde sempre tiveram, pois, que esperar até meados do nosso século para tomar como objeto o dispositivo técnico no qual cada um deve necessariamente entrar para falar (2000, p. 70).

2.2.2 A relação entre a forma e o sentido

“A forma e o sentido na linguagem” (1966) e “Semiologia da língua” (1969) são dois textos que nos interessam, particularmente por tratarem mais especificamente da *significação*⁸¹, questão esta que passa a ser o centro das reflexões benvenistianas.

Em 1966, Benveniste, primeiramente, procura particularizar essa noção e, para isso, diz ser relevante reinterpretar a oposição forma/sentido no funcionamento da língua⁸², pois essa oposição é que colocará a significação no centro dos problemas linguísticos.

Em seguida, no texto “Semiologia da língua” de 1969, ao tratar da dupla significância da língua, semiótica e semântica, procura apresentar uma solução para a questão da significação, o que, no entanto, ocorrerá no texto de 1970.

Tomamos os dois textos em um único item por entendermos que esses se complementam, uma vez que abordam a significação no sentido de que a língua serve para significar e para isso depende do uso; que abordam, também, a referência quando das reflexões dos níveis semiótico e semântico. Encontramos nesses artigos um encaminhamento da perspectiva semântica presente nos estudos benvenistianos, o que nos leva a compreender que a propriedade significante da língua está sempre associada à presença de um sujeito o qual se comunica com outros sujeitos, ou seja, ao uso da linguagem na troca intersubjetiva.

Antes, porém, de passarmos ao estudo desses trabalhos de Benveniste, vale fazer uma observação de natureza metodológico-conceitual, como forma de situar o leitor: no item anterior, nos detivemos no entendimento da vocação intersubjetiva da enunciação e, por isso, selecionamos textos do autor que – mesmo que tratem de inúmeros outros assuntos – enfatizam esse ponto. O motivo que nos induziu a isso é que pensamos que a leitura deve ser pensada, antes de tudo, no quadro intersubjetivo da enunciação. Ler é, de um ponto de vista geral, colocar em relação locutores em uma dada instância de discurso.

⁸¹ Em 1964, em “Os níveis da análise linguística”, a forma é vista com relação a sentido e ambos são ligados à noção de nível de análise. Nesse texto, Benveniste descreve “duas operações fundamentais que comandam uma à outra e das quais todas dependem: a segmentação e a substituição. Há aí um princípio que se apresenta do seguinte modo: o sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico” (DLE, p. 123).

⁸² No texto de 1966, Benveniste apresenta a concepção de forma de outro modo. Há dois domínios de forma, um no semiótico e outro no semântico, os quais estão inter-relacionados ou com o sistema de signos, ou com a atividade do locutor que implica construção de referência (DLE, p. 124).

Neste item, nosso interesse recai sobre outras noções, em especial as de forma e sentido. A que se deve esse interesse? Ora, parece óbvio que o que chamamos de texto – o que se lê, portanto –, constitui-se como uma relação de forma e sentido. Não parece possível negar isso. Qualquer teoria que aborde o texto reconhecerá nele relações de forma e sentido. O que especificamente se coloca para nós, no entanto, é saber como essa relação forma/sentido pode ser abordada na leitura, portanto, com relação aos aspectos da intersubjetividade antes apresentados.

O leitor já deve ter percebido que nossa interpretação de Benveniste é fortemente guiada pelos objetivos que temos. Então, podemos já antecipar: nosso entendimento da leitura como modalidade de enunciação – o que será muito mais bem desenvolvido no capítulo seguinte – supõe que a relação entre a forma e o sentido somente pode ser vista no quadro intersubjetivo da instância de discurso. Passemos, agora, à análise mais detalhada desses conceitos, em Benveniste.

O artigo “A forma e o sentido na linguagem” decorre de uma conferência proferida em 1966 a filósofos, cuja reflexão norteadora é a forma e o sentido na linguagem. Segundo Benveniste, “forma e sentido são propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua” (PLG I, p. 136).

Nesse colóquio, Benveniste diz que não vinha sendo tarefa dos linguistas falarem no sentido, havia aspectos mais concretos a serem tratados no que concerne à linguagem, e tratar do sentido seria percorrer um caminho que leva ao imprevisível. Não havia, assim, consenso quanto ao estudo do sentido, porém, continua Benveniste, essas duas noções, forma e sentido, devem, sim, ser vistas simultaneamente. Enfatiza, ainda, que a linguagem que toma para falar da questão proposta é a linguagem ordinária, o que, de uma forma ou outra, leva a estudar a linguagem poética.

Forma e sentido são duas noções que só podem ser vistas concomitantemente, mesmo que, em um primeiro momento, apareçam em oposição. Do ponto de vista da língua em uso, tal oposição precisa ser entendida e esclarecida de modo que retorne sua força e sua necessidade.

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; a forma é, do ponto de vista linguístico [...], ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível linguístico (PLG II, p. 222).

Para tomar esse ponto, é preciso entender que a linguagem significa, que serve para viver, que é a atividade significante por excelência, e que, se assim não o fosse, não haveria linguagem. Nessa parte, percebemos a influência de Saussure nas reflexões de Benveniste. É de Saussure que ele parte, é do signo, reafirmando que a língua é um sistema de signos, e que a nós “compete ir além do ponto a que chegou Saussure na análise da língua como sistema de signos”. Os signos da língua significam e no uso da língua que passam a existir (ibidem, p. 223-224).

Há uma proposição que precisa ser esclarecida: “dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que o signo é a unidade semiótica” (ibidem, p.224): “ela [proposição] contém uma dupla relação que é necessário explicitar: a noção de signo enquanto unidade e a noção de signo como dependente da ordem semiótica” (ibidem, p. 225). O signo linguístico, portanto, deve ser tratado a partir da descrição das unidades semióticas as quais devem ser vistas sob dois aspectos: formal e semântico. Há para a língua dois modos de significar: semiótico e semântico, sendo que, para Benveniste, a significação, ligada ao uso da língua, está atrelada à dimensão semântica da língua. O signo é visto como a unidade semiótica, e a palavra é a unidade semântica.

O signo, como unidade semiótica, tem forma e sentido, pois o seu significante é o seu aspecto formal, e o significado é da ordem do uso, pois um signo só tem sentido se na língua tiver existência, se for usado. Assim, há um princípio enunciado por Benveniste segundo o qual o critério é que se possa identificar, no interior e no uso da língua, tudo o que é do domínio do semiótico. Enfim, para Benveniste, é necessário que se entenda que “os signos se dispõem sempre e somente em relação dita paradigmática”.

Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. **Acabamos de definir uma delas a língua como semiótica;** é necessário justificar a segunda que chamamos de língua como semântica. [...] não conseguimos encontrar termos melhores para definir as duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica (PLG II, p. 229, grifo nosso).

Se até aqui Benveniste procurou descrever uma das maneiras de ser língua, a partir de então ele aponta para o enfoque semântico, o qual se efetiva a partir *da inserção do sujeito no semiótico*. “É a língua sendo usada para estabelecer relações, para colocar o homem em contato com o homem, o homem com o mundo” (PLG II, p. 229). Nesse caso, a função é comunicar, isto é, produzir referência. E, aqui, a unidade é a palavra, que é agenciada sintaticamente pelo locutor para colocar a língua em funcionamento; é, portanto, a relação sintagmática que se forma, pois os elementos se ligam de modo a apontar para um sentido.

Como então delimitar forma e sentido no enfoque semântico? Para Benveniste, segundo Flores et al. (2008, p. 71),

Forma e sentido são “inseparáveis no funcionamento da língua”. Como assim o são, na frase articula-se a língua e o uso da língua, pois os constituintes da frase são os signos – formas da língua –, agora palavras que, ao mesmo tempo em que expressam distinção, porque integradas à frase, expressam sentido.

Trois (2004, p. 36), a esse respeito, diz que “a semiótica constitui uma propriedade da língua e a semântica, uma propriedade do locutor”. As noções de forma e sentido, anteriormente disjuntas, aparecem definidas e englobadas sob o enfoque semântico, pois na conversão da língua em discurso o signo perde o lugar para o sistema em uso.

No aspecto semântico temos que a forma é o *agenciamento sintagmático*, e o sentido é *a ideia que essa forma expressa*. A referência, na análise semântica, é essencial, uma vez que, diferentemente da análise semiótica, a situação é que constitui o sentido da frase, ou seja, dos elementos que compõem a frase, pois eles nada são se considerados individualmente. Como aponta Benveniste, “se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a referência da frase é o estado de coisas que a provoca”. Complementa, ainda, o autor que a frase é, então, “cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga nesse instante” (PLG II, p. 231).

Assim, os textos a partir do artigo de 1966, como bem aponta Normand (2009, p. 164), “se contentam em retomar os resultados das análises precedentes e de devolvê-los em uma perspectiva filosófica. É uma teoria da linguagem que se expõe no texto de 1969, ‘Sémiologie de la langue’”.

Portanto, essas questões não se encerram aí. Dando continuidade às reflexões postas no texto de 1966, Benveniste apresenta, em 1969, o artigo “Semiologia da língua”, no qual explicita sua perspectiva semântica ao definir os níveis semiótico e semântico. Aqui, ao apresentar um programa de semiologia universal, discute sobre o lugar da língua entre os sistemas de signos e, para especificar essa questão, inicia detalhando como o signo é visto tanto por Peirce quanto por Saussure.

O primeiro não se detém no funcionamento da língua, considerando que “a língua se reduz às palavras e que essas são igualmente signos”. Para Peirce⁸³, o signo é colocado na base do universo inteiro, onde todos os signos funcionam identicamente. Nessa teoria seria

⁸³ Peirce e Saussure partiram do estudo do signo, na mesma época, sem que um conhecesse o estudo do outro. Os estudos de Peirce sobre as questões sógnicas iam além da questão da linguagem. Como filósofo, cientista e matemático, Peirce desenvolvia uma teoria do signo que abarcasse uma relação triádica: signo, objeto e interpretante.

impossível delimitar o lugar da língua, pois essa não admite diferença entre o signo e o significado. Não temos, aqui, *um sistema de signos* que é necessário para a significância (PLG II, p. 45).

É por esse viés que Benveniste retorna a Saussure, cujas reflexões partem da língua, seu objeto de estudo, a qual deve ser vista como o mais importante sistema formal de signos. Para chegar a esse objeto, Saussure aborda a língua⁸⁴, delimitando dois princípios: o da *unidade* e o da *classificação*. Segundo Benveniste, estão aí os dois conceitos que irão introduzir a semiologia:

O pensamento de Saussure, muito afirmativo sobre a relação da língua com os sistemas de signos, é menos claro sobre a relação da linguística com a semiologia, ciência dos sistemas de signos. [...]. Mas é preciso aguardar que a semiologia, ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social, seja constituída para que aprendamos em que consistem os signos, quais as leis que os regem. Saussure devolve à ciência futura o papel de definir o próprio signo. Entretanto ele elabora para a linguística o instrumento de sua semiologia própria, o signo lingüístico. (Ibidem, p. 49)

O que se apresenta, então, nesse artigo, é um programa de semiologia geral, em que Benveniste, ao retomar o problema posto primeiramente por Saussure, enfatiza a necessidade de discussão a fim de se consolidar as bases da semiologia, apontando “o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (ibidem, p. 51).

Considerando que o papel do signo⁸⁵ é o de representar, Benveniste vai comparar a língua a sistemas de signos diversos, tais como a música e a arte⁸⁶, concluindo que há diferença entre a natureza e o modo de funcionamento dos signos e que o ponto central é a noção de unidade. A língua é para Benveniste, diferentemente dos outros sistemas, um sistema semiótico⁸⁷, com unidades significantes, considerada o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos, pois somente ela é capaz de categorizar e interpretar qualquer sistema, inclusive ela mesma (PLG II, p. 62).

É preciso, no entanto, reconhecer como e por que a língua é considerada o interpretante de todos os outros sistemas, e, para esse entendimento, remetemo-nos a

⁸⁴ Saussure separa língua e linguagem tendo em vista a delimitação de um método que aborde a questão pela unidade que domina a multiplicidade de aspectos com que se apresenta a linguagem. É a língua o objeto das reflexões saussurianas (PLG II, p. 47).

⁸⁵ Apontamos aqui, que o signo para Benveniste não é bem o de Saussure. É um signo que já comporta o semântico.

⁸⁶ Na música e na arte, conforme Benveniste, não há nada de repetível/regular/sistêmico e por isso nessas áreas há uma semiótica específica (CAVALHEIRO, 2004, p. 47).

⁸⁷ Há aqui uma nova exigência de método: “é preciso que a relação colocada entre sistemas semióticos seja ela própria de natureza semiótica”. E, ainda, determinar “se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema” (PLG II, p. 54).

Benveniste quando apresenta três tipos de relações: de engendramento, de homologia e de interpretância (PLG II, p. 61-62).

O que ocorre nessas relações é que o primeiro tipo delas vale entre “dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo o segundo construído a partir do primeiro e preenche sua função específica”; a segunda relação “estabelece uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos”; e a terceira, é, “do ponto de vista da língua, a relação fundamental, pois somente a língua pode tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (PLG II, p. 61-62).

A língua é o interpretante de todos os outros sistemas, porque somente ela é investida de uma *dupla significância*: o semiótico e o semântico. Para o modo semiótico, a teoria do signo linguístico proposta por Saussure pode dar conta, mesmo que se considere as duas partes do signo separadamente, na relação de significância, o signo é uma unidade. O que tem de ser considerado é a sua existência, e esta se decide por sim ou não – decisão essa atrelada àqueles que usam a língua.

Podemos ilustrar a questão a partir da seguinte passagem no texto de 1966 de Benveniste: “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não” (PLG II, p. 227).

Segundo o “Dicionário de linguística da enunciação” (DLE)⁸⁸, esse exemplo serve para uma ilustração sobre o signo (unidade semiótica) no que diz respeito ao sentido. “A questão não é mais de definir o sentido, enquanto o que releva da ordem semiótica. No plano do significado o critério é: isso significa ou não? Significar é ter um sentido e nada mais” (DLE, p. 212).

No entanto, para o nível semântico, há necessidade de novos conceitos e novas definições, uma vez que não se trata mais de olhar para a língua apenas como um sistema de signos, mas, sim, de olhar para a língua em uso. O que temos sobre essas noções é:

Que se trata claramente de duas ordens distintas de noções e de dois universos conceptuais, pode-se mostrar ainda pela diferença quanto ao critério de validade⁸⁹ que é requerido por um e por outro. O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. (PLG II, p. 66)

⁸⁸ Sempre que referirmos ao Dicionário de linguística da enunciação usaremos o seguinte sistema: sigla DLE seguida de página.

⁸⁹ Benveniste apresenta quatro critérios que caracterizam um sistema semiológico: modo operatório, domínio de validade, natureza e número de seus signos e seu tipo de funcionamento. Especificamente, o critério de validade é aquele em que o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido (PLG II, p. 52).

No semântico, diz Benveniste, a unidade é a palavra; o sentido está no conjunto dos elementos que, mesmo tendo um sentido a priori, têm sua significância estabelecida na sintagmatização. Assim, a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso (Ibidem, p. 66).

Conclui Benveniste que é preciso ir além do signo para entender a estrutura e o funcionamento da língua. Desse modo há duas vias para irmos além do que nos propôs Saussure: pela análise intralinguística e pela análise translinguística, que, segundo Benveniste, pode ser esclarecida da seguinte forma:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;

- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metasse-
mântica⁹⁰ que se constituirá sobre a semântica da enunciação. (Ibidem, p. 67)

Percebe-se que Benveniste retoma a semiologia como proposta por Saussure no sentido de uma ciência geral dos sistemas de signos, porém não fica claro o que ele entende por semiologia. Abrem-se aí duas possibilidades: a semiologia saussuriana apontada anteriormente e uma semiologia que aponta para as análises semiótica e semântica aplicadas, por exemplo, ao *domínio da língua* (NORMAND, 2009, p. 178-179).

Como diz Normand em texto que relaciona Saussure e Benveniste:

A ciência progride, o conhecimento da linguagem abre continuamente novos caminhos, nada pode parar seu desenvolvimento: semiologia geral, semiologia de segunda geração, semiologia universal. Todas as ciências estão envolvidas, convidadas a se reagruparem sob a égide de um pensamento dos signos que só lhes impõe uma coisa: não esquecer que o sentido passa sempre pelas formas (NORMAND, 2009, p. 203).

Essa relação apontada por Normand não trata apenas da filiação de Benveniste a Saussure. Considera a possibilidade de um discurso de fundação que contribui para propagar as ideias saussurianas, desenvolvendo-as a partir de um novo patamar. É assim que Benveniste, a partir de Saussure, abre nova perspectiva e apresenta os estudos linguísticos através de uma linguística da significação (ibidem, p. 198).

Percebe-se nessa forma de ver a língua, como expressão de dupla significância, dois modos de significar indissociáveis, uma vez que a língua é atualizada em discurso por um locutor. Desse modo, a língua em uso é reconhecida e compreendida, o que significa, no

⁹⁰ Análise translinguística de textos e de obras cuja base teórica é a semântica da enunciação (DLE, 2009, p. 165).

primeiro caso, “perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte”, e no segundo caso, “perceber a significação de uma enunciação nova, de outra” (PLG II, p. 66).

Destacamos a seguinte passagem em Flores (2008), que esclarece as questões anteriormente apresentadas:

As capacidades de reconhecimento e compreensão são relativas a um jogo que se estabelece entre o geral e o específico: a generalidade da forma que indica pertença à língua, e a especificidade da forma no uso – palavra –, indicando um sentido relativo à situação enunciativa. Este jogo entre o geral e o específico se dá por sintagmatização-semantização, ou seja, uma atividade com a língua, tendo em vista a atribuição de referência e co-referência (FLORES et al., 2008, p. 74).

Vislumbramos, então, nesse trecho, que Benveniste parte para a dimensão do discurso, apresentando questões relativas à enunciação; agora, pois, não é mais o estudo da língua, mas o do sentido e o do discurso. O que se apresenta é a enunciação, cuja principal função é atualizar o sistema de signos. Segundo Ono (2007), Benveniste opõe o mundo dos signos – objeto da linguística saussuriana – ao mundo da enunciação.

Percebe-se, nos últimos textos teóricos de Benveniste, que o termo semiologia é a base de suas reflexões e configura, além de um programa propriamente linguístico, uma teoria da enunciação que está baseada na distinção entre semiótico e semântico, distinguindo e integrando esses dois componentes (NORMAND, 2009, p. 180).

No que diz respeito ao processo de leitura, forma e sentido, semiótico e semântico se relacionam à questão da significância da língua associada à presença de um sujeito que, na troca enunciativa com o interlocutor, faz uso da língua. Portanto a intersubjetividade, presente no ato de leitura, nos conduz a entender esse processo como uma relação em que o sujeito se apropria de uma forma e a atualiza constituindo sentido, o seu sentido singular. É, portanto, instituindo essas relações que se compreende a leitura como um ato enunciativo.

Desse modo, forma e sentido, semiótico e semântico são noções que nos conduzem, no processo de leitura, a perceber a significação de uma nova enunciação. A leitura, portanto, no que diz respeito a essas noções teóricas, está atrelada à capacidade do leitor de reconhecimento e de compreensão. O ato/processo de leitura se constitui no instante em que o sujeito-leitor consegue estabelecer essas relações de forma e sentido. O que está na base desse ato/processo são, dessa maneira, a sintagmatização e a semantização, o que compreende uma atividade com a língua que atribui referência e co-referência.

Encaminhemo-nos agora para o item seguinte, depois de termos tomado como referência alguns dos principais textos benvenistianos que tratam do uso da linguagem.

Seguimos seu caminho, reconhecendo suas filiações e entendendo seu retorno a Saussure para, então, definir a língua enquanto sistema de enunciação.

Como bem aponta Ono (2007), são muitos os trabalhos que tomam os estudos benvenistianos como base para suas reflexões; mesmo que o autor nunca tenha terminado⁹¹ seu trabalho, sua retomada é fundamental para a história da linguística. No entanto, ainda que se proclame uma teoria da enunciação em Benveniste, é preciso reconhecer que “essa noção se forma no decorrer do tempo e dentro de diferentes problemáticas da linguística proposta por esse autor, e como ela se articula com outras noções, teóricas ou não” (ONO, 2007, p. 19).

Tal como fizemos no item anterior, propomos abaixo um diagrama que dá a ver as relações entre a forma e o sentido nos domínios do semiótico e do semântico da língua.

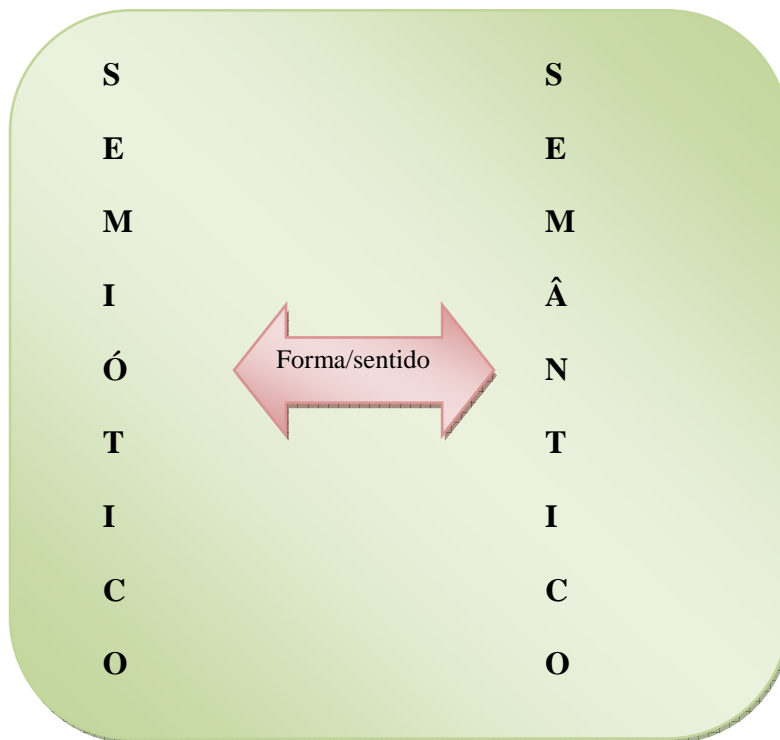


Diagrama 2 – A forma e o sentido nos planos semiótico e semântico

No próximo item, trataremos especificamente da enunciação tomando como base o texto “O aparelho formal da enunciação”, de modo a entendermos que abrangência tem essa noção para nossa proposta que busca construir uma forma de estudar a leitura na enunciação.

⁹¹ Não terminar o trabalho diz respeito, segundo Ono, ao texto de 1970, último escrito por Benveniste, tendo em vista que o autor adoece e deixa de publicar. Mesmo considerando que nesse texto há um certo fechamento em relação a suas ideias, é preciso reconhecer que, caso não tivesse adoecido, Benveniste poderia ter dado continuidade a suas publicações.

2.2.3 A enunciação

Acreditamos, pois, que o recorte feito até aqui aponta, na obra de Benveniste, para uma trajetória teórica que o leva progressivamente a traçar os contornos de sua teoria da enunciação. Mesmo que na maioria de seus artigos a palavra “enunciação” não tenha sido utilizada, percebe-se em suas elaborações conceituais um percurso enunciativo presente no conjunto de textos publicados em *Problemas de linguística geral I e II*. Em Benveniste não há uma divisão de textos que apontam separadamente para temas como linguística, significação, sujeito, ente outros, pois, em Benveniste, segundo Dahlet (1997, p. 196), “há enunciação, de parte a parte, porém, com um grau e andamento variáveis, não sistematizada em um único conceito, mas que sistematiza coerências múltiplas e parciais”.

Para Ono (2007, p. 19), é importante observar como a temática da enunciação se forma a partir das diferentes problemáticas apresentadas por Benveniste ao longo de sua trajetória, pois os artigos publicados por ele “tratam tanto de teorização geral, quanto de gramática comparada e, até mesmo, de antropologia linguística”.

Tudo acontece como se, para Benveniste, o estudo da linguagem não pudesse se apresentar de uma maneira sintética. O certo é que, em um determinado momento de sua carreira, bastante cedo, aliás, Benveniste teve que experimentar o mesmo embaraço que teve Saussure antes dele: de acordo com o mestre genebrino, é o ponto de vista que cria o objeto linguístico. Publicar em coletânea terá sido a única iniciativa de Benveniste para dar forma a uma linguística geral. (ONO, 2007, p. 19-20)

Porém, em “O aparelho formal da enunciação”, escrito em 1970⁹², podemos sintetizar as reflexões benvenistianas a respeito da enunciação, reconhecendo com Ono que, quando o autor analisa fatos da língua, os pensamentos mais sutis sobre enunciação emergem. Esse artigo é considerado um dos mais importantes não apenas por se constituir o último texto escrito por Benveniste, mas, principalmente, por retomar e especificar elementos que esclarecem questões referentes à problemática da enunciação.

Assim, começamos por reconhecer que nesse artigo Benveniste distingue formas e usos linguísticos, retomando o que ele denominou como dois modos de significância. Assim,

Benveniste parte mais uma vez da descrição linguística da forma que era feita em sua época, e coloca seu objetivo de estudar o emprego da língua distinto do emprego

⁹² Apresenta-se como último grande trabalho de Benveniste e pode ser considerado um trabalho de síntese, pois reúne todas as reflexões até então propostas, de forma mais acabada.

das formas. O emprego da língua é um mecanismo relativo a toda a língua através da enunciação, da qual o discurso é a manifestação. Mas o discurso não é a fala de Saussure, que Benveniste interpreta como sendo a produção do enunciado. A língua é o instrumento de que se utiliza o locutor para se enunciar e produzir o discurso. Pela enunciação a língua se converte em discurso. (NORMAND, 2009, p. 16)

O que percebemos é que, aparentemente, ele minimiza a distinção entre semiótico e semântico, integrando-os na noção de *aparelho*, pois, o que surge é a língua convertida em discurso na apropriação do sistema pelo locutor, definindo-se *enunciação como este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. Esse processo, segundo Benveniste, não é muito fácil de ser apreendido, pois se trata de “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou outra, afeta a língua inteira” (PLG II, p. 82). Para a compreensão da questão, ele aponta três aspectos principais, entre outros, que podem levar a apreensão dessa concepção de enunciação.

O primeiro aspecto, o vocal, geralmente não é visto como diretamente ligado ao tema da enunciação, no entanto, podemos salientar que é o mais perceptível deles, e desse podemos depreender que não há igualdade de sons, ou seja, a noção de identidade não é senão aproximativa. O segundo aspecto refere-se à semantização a qual é posta como conversão individual da língua em discurso. Diz Benveniste que há uma dificuldade a ser resolvida, qual seja, “reconhecer como o sentido se forma em palavra, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação”. Aqui, nesse segundo aspecto, o que está sendo enfatizado é a “teoria do signo e a análise da significância” (ibidem, 83).

É, porém, o terceiro aspecto, que será considerado por Benveniste nesse artigo: *a enunciação no quadro formal de sua realização*. E qual é esse quadro? Aqui, passa a fazer parte desse quadro a língua como um todo, e não apenas as formas anteriormente previstas tais como os pronomes, verbos, advérbios, entre outros.

“O aparelho formal de enunciação”⁹³ apresenta uma ampla reflexão a respeito do uso da língua, apontando que é nesse uso que os elementos agenciados adquirem sentido. Em Flores e Teixeira (2005), podemos melhor especificar a enunciação a partir desse quadro formal de sua realização:

Esse quadro teórico dá conta do processo de referenciação como parte da enunciação, isto é, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso de um sujeito, enquanto o alocutário co-refere. (Ibidem, p. 36)

⁹³ Pode ser definido como uma espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas. Este nada mais é que a marcação da subjetividade na estrutura da língua. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 36)

Segundo Ono (2007), uma das definições de enunciação é a *semantização da língua*, a palavra *frase* é substituída por enunciado, que, ao ser produzido, no movimento de conversão da língua em discurso, apresenta o sentido de enunciação. Esse conceito, em Benveniste, está atrelado ao conceito de enunciação como *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*.

A noção de enunciação, presente nesse artigo, é uma tentativa de unificar questões desenvolvidas anteriormente e que, de uma forma ou outra, mesmo tratando de outras temáticas, levam à teorização dessa noção. É preciso, pois, compreender enunciação como ato individual de utilização e como processo de apropriação da língua. Como mostra Ono (2007), a noção de enunciação, em princípio, tem relação com o *eu* indispensável para que a enunciação seja subjetiva e considerada um ato. Aqui, mesmo que pareça existir uma relação com as reflexões de Benveniste sobre o ato performativo⁹⁴, deve-se estabelecer que a enunciação é o ato de produzir um enunciado, e que o ato performativo se realiza apenas por sua nomação no enunciado (ONO⁹⁵, 2007, p. 93).

A enunciação como ato individual de utilização leva em conta que há um locutor que se *apropria* de determinadas formas linguísticas para, com elas, transformar individualmente a língua em discurso. Eis aí o que Benveniste denomina semantização da língua.

Tomemos as palavras de Benveniste para melhor explicitar esse ato individual:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (PLG II, p. 83-84)

Com essa passagem, primeiramente reconhecemos que a língua não é mais considerada apenas como formas que têm valor umas em relação às outras. Língua é, então, semiótico e semântico, uma vez que é tomada como um todo por um locutor que coloca para referir o mundo da presente instância do discurso. Entendemos, desse modo, que o funcionamento da língua está atrelado ao locutor, que se constitui como sujeito e que, automaticamente, coloca o outro em posição de alocutário. A enunciação é, então, explícita ou implicitamente uma alocução (PLG II, p. 84).

⁹⁴ O termo “performativo” aparece nas reflexões de Benveniste desde 1958, mas é no artigo “A filosofia analítica e a linguagem” que o autor apresenta o sintagma “enunciado performativo” como um ato único e singular. Segundo Ono, esse conceito não deve ser confundido com a noção de que a enunciação “é um ato individual de utilização da língua, pois o ato performativo é realizado pelo ato de enunciar a frase que contém um verbo que descreve essa atividade” (ONO, 2007, p. 86).

⁹⁵ Tradução de Daniel da Silva.

Compreendemos, pois, que na enunciação há a presença do locutor na língua, uma vez que ao designar-se como *eu* o locutor pode apropriar-se de toda língua, o que significa atribuir referência. Aqui, retornamos à subjetividade, anteriormente apresentada por Benveniste, que está relacionada à presença de eu/tu: “eu” como o indivíduo que profere a enunciação e “tu”, como o alocutário. A enunciação é, então, “para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir” (PLG II, p.84).

Quanto à subjetividade e à intersubjetividade, no estabelecimento do que é enunciação, Lichtenberg diz que

Enunciação pressupõe eu que diz eu, e porque assim o faz, diz também tu. Com sua manifestação, constitui também o aqui-agora, o contexto da enunciação. A enunciação é, pois, responsável pela instauração da intersubjetividade e do presente, que serve como parâmetro para todas as relações espaciais e temporais. (2001, p. 146)

Porém, conforme havíamos salientado anteriormente, para Benveniste a enunciação, como apropriação da língua, não fica restrita a algumas formas. São instrumentos de sua realização os índices de pessoa, de ostensão, formas temporais, entidades de estatuto pleno na língua e indivíduos linguísticos, o aparelho de funções (interrogação, intimação, asserção), as modalidades formais e, como resume Benveniste, o quadro da enunciação é a língua como um todo.

Outro ponto, posto por Benveniste após a explicitação de todos esses mecanismos envolvidos no processo de enunciação, diz respeito ao diálogo, pois o que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja esse real ou imaginado, individual ou coletivo. Segundo o autor, pode-se ver na enunciação um quadro figurativo, uma vez que essa coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, o fim da enunciação (PLG II, p. 87).

No “Dicionário de linguística da enunciação” encontramos o que é diálogo em Benveniste:

Uma troca verbal entre interlocutores movida por um interesse comum ou intersubjetivo. Assim, cada um dos interlocutores, ao propor-se alternativamente como eu, pode manter ou alterar a trajetória do diálogo, de acordo com sua concepção singular do objeto comum aos dois. (DLE, p. 81)

Pode-se dizer, pois, que o fundamento teórico e metodológico para a linguística da enunciação está na realização intersubjetiva que se dá no diálogo quando a língua é colocada em funcionamento na enunciação.

Resumindo, vimos que, nesse texto, Benveniste apresenta três aspectos relativos à enunciação: vocal, semantização e quadro formal, sendo o último no que ele se detém para explicar a enunciação como ato de utilização da língua. Assim, fazem parte desse quadro o locutor, o alocutário, a situação de tempo e de espaço e, ainda, os mecanismos linguísticos utilizados nessa utilização.

Após discorrer sobre os elementos da enunciação, e defini-la como o *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*, Benveniste aponta que muita coisa ainda se pode estudar no contexto da enunciação, pois a língua deve ser tomada como um todo. Com isso, entendemos que há, nas reflexões de Benveniste, abertura para novas perspectivas em relação às questões que tomam língua/linguagem como objeto de estudo.

Este capítulo, portanto, caracterizou-se por apontar que em Benveniste o estudo da enunciação desenvolve-se a partir de uma série de noções, as quais vão se interligando de forma a mostrar que a estrutura teórica, presente nos estudos benvenistianos, constitui-se em uma semântica que dá conta da língua como um todo.

Na nossa leitura de Benveniste, a enunciação é, portanto, um ato que implica a simultaneidade do semiótico/semântico, da forma/sentido e das relações entre pessoa, tempo e espaço.

Com a figura abaixo, esperamos poder dar a ver, mesmo que de forma incipiente, as relações que supomos entre as noções desenvolvidas neste capítulo.

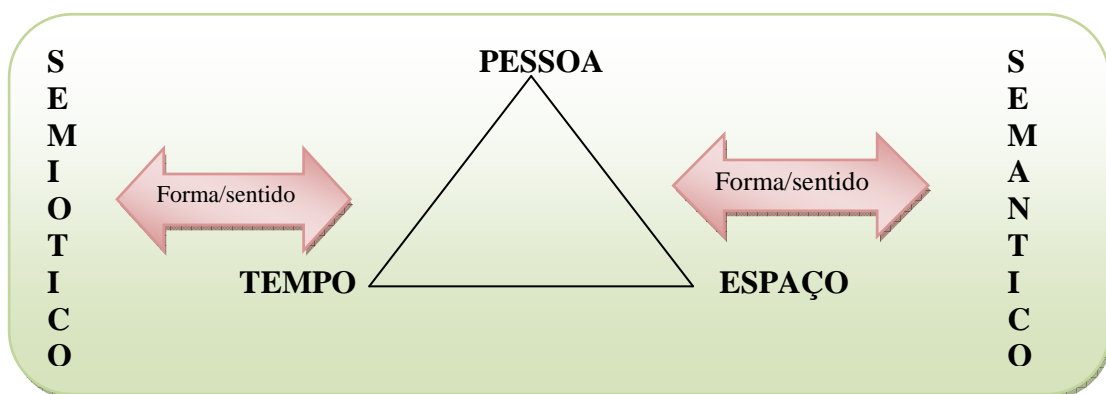


Diagrama 3 – Esquema da enunciação

O ato enunciativo de que fala Benveniste é uma dessas questões. É esse ato um processo no qual o locutor mobiliza a língua, toma-a como instrumento, e a atualiza a partir de sua singularidade, ou como diz Benveniste, “a enunciação supõe a conversão individual da

língua em discurso” (PLG II, p. 83). Nesse caso, é preciso considerar tanto o ato quanto as situações em que ele se realiza e os instrumentos dessa realização.

Assim, na leitura nos interessa o ato, como apropriação do texto pelo locutor-leitor, que passa, na sua relação interlocutiva com o texto/enunciado, a sujeito-leitor. Nesse ato o sujeito se apropria de uma enunciação anterior, atualizando-a, através do uso de formas específicas que situam o locutor em relação à sua enunciação.

Enfim, é preciso nesse ato considerar a língua toda como o aparelho formal da enunciação, o qual é definido como “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso” (DLG, p. 48).

Resumimos, a partir da leitura feita até aqui, que as noções apresentadas foram se costurando de uma forma tal que nos levaram a compreender que em Benveniste há uma teoria da enunciação. Tais noções, ao configurarem-se num quadro enunciativo, apontam para a possibilidade de investigação de qualquer questão relativa à linguagem a partir dessa teoria.

Algumas questões concludentes se fazem necessárias para que se possa, a partir da teoria enunciativa de Benveniste, focar o tema da leitura.

É necessário entendermos como as noções que envolvem os estudos enunciativos podem contribuir para a confirmação de nossa hipótese de que a leitura é uma modalidade de enunciação. E, ainda, que caminho metodológico a abordagem enunciativa permite formular para descrever a leitura como modalidade de enunciação. Essas são questões que permearão nosso trabalho nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

Enunciação e leitura

Não sei como aprendi a ler; recordo-me apenas de minhas primeiras leituras e do efeito delas em mim a partir do qual dato, sem interrupção, a consciência de mim mesmo.

J.-J. Rousseau

Seguir uma abordagem enunciativa para tratar a leitura, conforme indica o título deste capítulo, implica tomar como norte alguns pressupostos decisivos, de certa forma já anunciados no decorrer dos capítulos anteriores, quando, primeiramente, tratamos das principais perspectivas de leitura trabalhadas no Brasil e, ainda, quando da descrição dos principais conceitos enunciativos presentes na obra de Émile Benveniste. Faz-se necessário, então, retomar as questões até aqui levantadas com o intuito de balizar a discussão a ser seguida.

No primeiro capítulo desta tese, mostramos a constituição do campo da leitura a partir de diferentes concepções que colocam em relevo o conceito de leitura e os elementos implicados nesse processo. A verificação das diversas teorias possibilitou-nos mostrar que as diferenças envolvidas, em cada concepção acerca da leitura, só reforçam a necessidade de uma reflexão teórica que aborde o processo como uma questão de língua, mais especificamente de linguagem, e que, nesse caso, o que tem de ser evidenciado é a significação, pois somente ela pode explicitar o funcionamento da língua. Nesta parte, permitimo-nos pensar sobre o sentido e apontar a falta de uma base teórica que coloque a leitura como uma modalidade de enunciação, pois consideramos o processo de leitura como a colocação da língua em uso pelo locutor, o que, provavelmente, os estudos que têm como parâmetro uma leitura com ênfase no processo social, pedagógico ou apenas cognitivo não possibilitam enfatizar.

No segundo capítulo, já tendo reconhecido a necessidade de um embasamento teórico que tivesse como ponto de apoio o uso da língua e para tal a necessidade de explicitar o papel dos sujeitos envolvidos no processo de leitura, percorremos a teoria de Benveniste, a fim de descrever seu percurso teórico, pois entendemos que nessa teoria teríamos encontrado o

embasamento necessário para demonstrar que a leitura é um ato enunciativo e, como tal, coloca em pauta elementos como semiótico/semântico, forma/sentido e as relações entre pessoa, tempo e espaço.

Considerando-se as leituras feitas anteriormente para o primeiro capítulo e tendo em vista o percurso teórico apresentado no segundo capítulo, cujos elementos dão conta de uma teoria enunciativa, compreende-se como o processo de leitura, neste estudo, pode ampliar um entendimento do papel da linguagem na produção do sentido, diferindo, assim, do que até então foi apresentado.

Nesse caminho, este terceiro capítulo consiste, primeiramente, em situar os embasamentos para o entendimento da leitura na perspectiva enunciativa. Faremos isso destacando como os conceitos de intersubjetividade e subjetividade na estrutura pessoa/tempo/espaço, a relação forma e sentido associada a semiótico/semântico e o conceito de enunciação estão implicados em uma teoria da leitura a partir dos fundamentos da teoria benvenistiana (cf. 3.1; 3.2; 3.3). A partir disso pensamos poder explicitar o nosso entendimento da leitura na perspectiva enunciativa.

3.1 *A teoria enunciativa da leitura*

A partir do que havíamos salientado (item 2.2.1), podemos dizer que na leitura está posta a questão do locutor que lê e que, ao ler, torna-se sujeito, sendo, então, o campo da leitura o da intersubjetividade, pois toda leitura procede de um locutor que se propõe como sujeito.

Tratar da intersubjetividade e da subjetividade atreladas ao processo de leitura significa, neste momento, avaliar a importância da presença do locutor nos estudos linguísticos e, com isso, especificar como essa presença pode estar relacionada ao ato/processo de leitura. Portanto, aqui, interessa-nos esclarecer essas noções de modo a reinterpretá-las a partir do fenômeno da leitura.

Vimos na teoria enunciativa de Benveniste uma ampla reflexão a respeito da linguagem⁹⁶, principalmente no que diz respeito a uma descrição sistemática dos pronomes.

⁹⁶ Os termos linguagem e língua, na teoria de Benveniste, não se revestem teoricamente, mesmo que em alguns contextos de seus artigos possamos colocá-los em relação de sinonímia. Assim, o termo linguagem, em

Benveniste, ao desenvolver essa descrição, inseriu o sujeito nos estudos linguísticos, o que o levou a tratar da língua em funcionamento. Para o autor, cada enunciação é um acontecimento que não se repete, pois aí intervêm as categorias de pessoa, tempo e espaço, condições que revelam a intersubjetividade na linguagem. Com base, portanto, nessa visão de língua o nosso movimento em direção a uma leitura enunciativa, que tem por ponto de partida o locutor-leitor, dar-se-á a partir da intersubjetividade/subjetividade que em Benveniste é central. O autor enfatiza que a intersubjetividade permite o uso da língua. Somente porque há interlocução – ou seja, porque um locutor se propõe como sujeito e, ao se propor como tal, promove a existência de um alocutário – é que se pode falar no uso de língua.

Para Barthes, Benveniste trata a enunciação como ato sempre renovado pelo locutor que, ao tomar posse da língua, torna-se sujeito quando fala. Barthes salienta a importância que Benveniste dá à intersubjetividade, uma vez que “o sujeito só se torna sujeito na medida em que fala (e, portanto, não há subjetividade); há só locutores; bem mais [...], há só interlocutores” (2004, p. 211-212).

Retomando o que dissemos anteriormente, entendemos que rever os conceitos de intersubjetividade e subjetividade, assim como outros conceitos presentes na teoria benvenistiana – forma/ sentido, semiótico/semântico e enunciação –, seja o ponto de partida para tornar mais clara a visão de uma abordagem da leitura na perspectiva enunciativa.

Enfim, que deslocamentos devemos operar na teoria enunciativa de Benveniste, tal como a apresentamos no capítulo anterior, para produzirmos uma perspectiva de análise do ato/processo de leitura? A busca de respostas a tais questões será a nossa condutora a seguir. Passemos aos deslocamentos que operamos porque, com eles, pensamos poder fundamentar nossa tese de que *ler é enunciar*.

Benveniste, pode ser compreendido como “faculdade de simbolizar inerente à condição humana” (DLE, p. 152). Ou seja: “assim entendida, a linguagem está diretamente ligada à intersubjetividade, uma vez que, como uma faculdade de simbolizar, ela é condição de existência do homem e como tal é sempre referida ao outro” (DLE, p. 152). Ou ainda: “A linguagem é constitutiva do homem na justa medida em que a intersubjetividade lhe é inerente. Dessa forma, pode-se considerar que a vinculação entre linguagem e intersubjetividade constitui uma espécie de a priori da teoria benvenistiana” (DLE, p. 152). O termo língua, por sua vez, remete a outras noções teóricas: o DLE a entende como um “sistema que inter-relaciona valor distintivo das formas e valor referencial relativo à situação enunciativa” (DLE, p. 150). Dessa forma, podemos ver que a linguagem é uma condição constitutiva do homem, que se manifesta na língua e, conseqüentemente, nas línguas. Isso evidente quando Benveniste alterna o termo linguagem com língua e com línguas. Por exemplo, em “A linguagem e a experiência humana”, texto de 1965, em que afirma a respeito da temporalidade: “Chega-se assim a esta constatação – surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem – de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. [...] Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira” (PLG II, p. 76). Nesta tese, seguiremos essas indicações para o uso dos termos linguagem, língua e línguas.

3.1.1 Primeiro deslocamento: a passagem de locutor a sujeito na leitura

O “Dicionário de linguística da enunciação” define locutor, na teoria benvenistiana, como “indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra” (DLE, p. 157). A isso, acrescenta, em nota explicativa:

Locutor é aquele que fala em uma dada instância de discurso e que, ao falar, se marca através de marcas específicas na língua. Trata-se de uma noção importante na teoria de Benveniste porque ela permite a Benveniste formular a noção de sujeito e, por esta, a de subjetividade. (DLE, p. 157)

Como podemos ver, no DLE a noção de locutor embasa a de sujeito, isto é, permite um movimento de passagem de uma noção à outra, o que é ilustrado com alguns textos como, por exemplo, “A natureza dos pronomes”, em que é afirmado que “é se identificando como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se coloca como ‘sujeito’” (PLG I, p. 280-281). Em “Da subjetividade na linguagem”, encontramos também: “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (PLG I, p. 286). E conclui o DLE: [...] a noção de locutor é necessária para que Benveniste possa formular a noção de sujeito, uma vez que sua teoria dedica-se bastante a estudar a subjetividade entendida como “capacidade do locutor para se propor como sujeito” (PLG I, p. 286).

No DLE encontramos que, quanto a sujeito, o termo aparece em Benveniste com diferentes sentidos. Há usos próximos a estudos da tradição gramatical ou relativos à sintaxe em seu aspecto formal, há usos relativos a indivíduo que fala, e há usos cujo sentido decorre da alternância com outros termos, tais como: locutor, pessoa, eu e homem. Vale citar na íntegra o que apresenta o DLE:

Há, também, usos cuja especificidade decorre da alternância com outros termos. Como em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968, em que a especificidade de sujeito decorre da alternância com falante: “Para cada falante o falar emana dele e retoma a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros.” (BEN89: 101). As nuances de sentido podem se complexificar ainda mais em função dos termos que co-ocorrem com sujeito. Observe-se a passagem a seguir, presente em “A natureza dos pronomes”, em que Benveniste utiliza, primeiramente, a expressão “sujeito falante” entre aspas e, em seguida, diz: “É identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’” (BEN95: 280-281) [grifo nosso]. Há aqui termos que não se recobrem teoricamente: sujeito falante, pessoa, locutores e sujeito. Por motivos óbvios, o termo adquire grande relevância teórica em “Da subjetividade na linguagem”, de 1958. Nesse texto, Benveniste parece deixar entrever que o sujeito não é nem homem – “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.” (BEN95: 286) –, nem locutor – “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (BEN95: 286). Ou ainda: “A linguagem só é possível porque cada locutor

se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (BEN95: 286). E também: É na instância do discurso na qual eu designa o locutor que se enuncia como “sujeito” (BEN95: 288). (DLE, p. 220-221)

A partir disso, podemos concluir que os termos locutor e sujeito não se recobrem teoricamente, embora sejam, muitas vezes, apresentados em diferentes textos de Benveniste, em relações de sinonímia.

Do nosso ponto de vista, é importante manter a distinção locutor/sujeito, porque ela atende a uma especificidade de nosso trabalho, qual seja: permite ver que há no ato/processo de leitura uma dupla *instância conjugada*, para usar uma expressão benvenistiana, a instância do locutor – aquele que fala, em nosso caso, aquele que lê – e a instância do sujeito – aquele que se marca singularmente no ato de enunciação, em nosso caso, aquele que se marca singularmente no ato de leitura.

Desse prisma e tendo em vista os propósitos desta tese, autorizamo-nos a cunhar uma terminologia que diga respeito à especificidade das figuras enunciativas na leitura. Falaremos em locutor-leitor e sujeito-leitor no ato/processo de leitura para colocar em relevo a passagem de locutor a sujeito da qual nos fala Benveniste.

Para nós, há, na leitura, a passagem de um locutor-leitor a um sujeito-leitor. Expliquemo-nos.

É evidente que não desconhecemos que o leitor pode ser visto como o “tu” da enunciação, um alocutário suposto para a produção de um texto. E é isso que fazem as teorias que estudam a produção do texto e/ou enunciado.

No entanto, não é demais lembrar, nossa tese não é sobre o processo de produção de um texto, mas sobre o processo de compreensão e interpretação que se faz dele, ou seja, da leitura. Então, na nossa proposta, o leitor não é um “tu”, mas um “eu”; um produtor de sentidos.

É por isso que consideramos, no início do capítulo 2, baseados em Flores e Teixeira (2005), que a leitura é um ato de interpretação, uma tentativa de reconstituição de um sentido. Em decorrência desse entendimento é que podemos ver que o sentido que deriva desse ato de reconstituição não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto. A esse ato de reconstituição não-coincidente é que referiremos (cf. adiante) a apropriação do texto pelo leitor. Finalmente, a leitura é um ato intersubjetivo entre os locutores, entre o locutor-leitor e o próprio texto, considerado alocutário, que se converte em “tu” no discurso do locutor-leitor quando de sua passagem a sujeito-leitor, considerando a experiência singular na linguagem.

3.1.2 Segundo deslocamento: a intersubjetividade/subjetividade na leitura

A constituição da subjetividade postula a intersubjetividade, ambas presentes na língua, tendo em vista a posição de Benveniste no que diz respeito ao sujeito. Para o autor (PLG I, p. 285), “não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”. O sujeito presente nas concepções benvenistianas se configura como uma representação linguística⁹⁷. Na enunciação há uma relação intersubjetiva na qual o locutor se apropria da língua, instituindo-se como sujeito, o que ocorre somente ao dizer eu, ao mesmo tempo em que instaura um interlocutor, tu, sendo todo esse processo permeado pelo tempo e pelo espaço fundados em relação ao eu.

Esse processo é caracterizado pela unicidade e pela reversibilidade, e, para um maior esclarecimento a respeito, repetimos o que diz Flores et al.:

[...] na unicidade, eu e tu são sempre únicos, se renovam a cada situação enunciativa; a reversibilidade, aponta também para o fato de que a situação enunciativa é sempre outra, sempre nova: se tu toma a palavra, já não é mais tu, e sim eu. O que se propunha como eu agora é tu; a relação é refeita, é nova, já não é a mesma. (2008, p. 52)

Isso posto, cabe indagar: como as noções de intersubjetividade e subjetividade podem servir de ancoragem para um estudo enunciativo da leitura?

Admitindo-se o que dissemos no item 3.1.1 a respeito da passagem de locutor a sujeito no ato/processo de leitura, compreende-se que não tratamos mais simplesmente do texto ou das figuras de autor e de leitor, mas do enunciado⁹⁸ e das figuras enunciativas locutor e interlocutor no processo interlocutivo. Se os locutores, ao apropriarem-se da língua, instituem-se como sujeitos, e somente assim há possibilidade de linguagem, então a leitura é um apropriar-se do locutor-leitor para propor-se como sujeito-leitor.

O locutor-leitor, ao produzir leitura, em tempo e espaço específicos, apresenta-se como sujeito-leitor que fixa as referências da locução/alocução atual.

A relação “eu-tu” se manifesta apenas num “abrir de boca” ou, para nós, “num abrir e fechar de olhos”. Conforme Dufour (2000, p. 74), essa relação “resolve de maneira extremamente simples um problema muito complexo, o da comunicação intersubjetiva: eles

⁹⁷ Lembremos, aqui, o texto de Normand (1996), no qual a autora salienta o fato de Benveniste não desenvolver uma teoria do sujeito, o autor jamais usou a expressão “sujeito da enunciação”, mesmo que muitos tenham atribuído esta noção ao autor.

⁹⁸ Texto, a materialidade da enunciação, enunciado como discurso.

estão à disposição de todo o mundo e basta que alguém fale para que essas conchas vazias se tornem cheias”. Assim sendo, a leitura enunciativa caracteriza-se pela intersubjetividade, por essa troca constitutiva do “eu-tu”.

As relações entre as pessoas “eu-tu” são descritas por Benveniste como recíprocas, uma vez que “eu-tu” são, alternativamente, protagonistas da enunciação, ou seja, ambos têm a mesma importância.

Em nossa opinião, na leitura, há uma dupla instância de reciprocidade: em um primeiro momento, o locutor-leitor se apropria do enunciado e, com ele, coloca-se em uma relação de diálogo. O locutor, em nossa visão, dialoga com o enunciado, o texto. Não seria absurdo, portanto, considerar que, ao menos em certo sentido, o enunciado é um “tu” da relação “eu-tu”. O enunciado, nesse processo, é um tipo de interlocutor. É com ele que o locutor-leitor estabelece uma troca propondo-se como sujeito, o sujeito-leitor.

O enunciado tem existência no exato momento em que a língua é mobilizada, ou seja, no exato momento em que o locutor se apropria da língua. O que equivale a dizer que, em se tratando de leitura, esta somente existe quando o leitor – aqui entendido como locutor-leitor – produz leitura, implicadas as noções de pessoa, tempo e espaço.

Entendemos, assim, que o interlocutor – que no caso da leitura não pode ser *pari passu* relacionado a um indivíduo de existência empírica – é o enunciado com quem o sujeito-leitor estabelece relação, no ato/processo de leitura. Podemos dizer, então, que se encontram implicados o “eu” e o outro. O “eu” como aquele que enuncia, ou melhor, que ao ler se enuncia, e com esse ato dialoga com “tu”, o enunciado⁹⁹.

E há mais: quando o locutor-leitor se propõe como sujeito a partir de um diálogo com o texto, instaura-se uma referência, um certo “ele”. Há aqui implicados, então, “eu-tu-ele-aqui-agora”.

Essa situação se complexifica ainda se pensarmos que o enunciado lido, o que estamos chamando de tu da leitura, é ele também constituído de uma relação eu-tu-ele com suas marcas espaço-temporais.

⁹⁹ Diremos aqui que o leitor e o texto são, simultaneamente, um eu e um tu. O leitor é o eu, quando produz interpretação e é o tu, quando é alvo do texto; quando o leitor dialoga como o texto, este é tu, quando proporciona sentidos ao leitor, é o eu. Aí se configuram as características da unicidade e da reversibilidade entre as figuras enunciativas presentes no ato/processo de leitura.

Em resumo, e para que fique bem claro, pensamos que, quanto à subjetividade/intersubjetividade, ler é enunciar em duas dimensões, obviamente, impossíveis de separação empírica:

- a) na dimensão em que há a passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor: essa passagem se dá na e pela relação do “eu” (o locutor-leitor), que se torna sujeito (sujeito-leitor), com o “tu” (o enunciado lido), produzindo um sistema de referências, o “ele”;
- b) na dimensão da tentativa de re-constituição de um sentido. Aqui, não podemos esquecer que o locutor-leitor lê um outro enunciado que contém, ele mesmo, uma relação eu-tu-ele-aqui-agora. O sentido que deriva desse ato de reconstrução diz respeito a algo que não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto.
- c) É a esse ato de re-constituição não-coincidente que chamamos de a apropriação do texto pelo leitor.

É assim que entendemos a afirmação com a qual Benveniste encerra o texto “O aparelho formal da enunciação”: “a enunciação escrita [...] se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (PLG II, p. 90). Essa realidade concebida por Benveniste, do ponto de vista da escrita, é constitutiva da leitura também. Ler é fazer uma trajetória de constituição de sentido que suponha que alguém enunciou.

Em outras palavras, em uma perspectiva que considere a análise da produção de um enunciado, o que normalmente vemos é uma tentativa de analisar as marcas da enunciação nesse enunciado. Na linguística enunciativa, inclusive, é comum encontrarmos autores que dizem analisar o texto (o discurso, e mesmo o enunciado) a partir das marcas da enunciação deixadas na materialidade. Isso é sintetizado em afirmações do tipo “estudam-se as marcas da enunciação no enunciado”.

No entanto, esse raciocínio não é suficiente para o estudo enunciativo da leitura, e isso por, pelo menos, algumas razões:

1. a análise da enunciação, do ponto de vista da leitura, não está circunscrita à descrição de marcas de um suposto locutor que tenha produzido¹⁰⁰ um dado texto e tenha, nele, deixado suas marcas;
2. consequentemente, o ponto de vista do analista da enunciação que estuda a leitura não é mais o que coloca no centro o processo de produção do texto, mas o que enfatiza a produção de leitura;

Disso decorrem algumas implicações metodológicas:

- a) a análise que aqui propomos olha para a relação que o locutor, aqui chamado de locutor-leitor, tem com o enunciado lido (o tu) e com as relações (pessoa-tempo-espaço) que constituem esse enunciado, em um dado aqui-agora;
- b) é isso que nos autoriza ter dito acima que o enunciado é – duplamente conjugado – o interlocutor do locutor-leitor, uma vez que entendemos a leitura como uma nova enunciação, em um novo aqui-agora;
- c) esse ponto de vista da leitura como um nova enunciação, no entanto, não ignora que o enunciado lido, o “tu” do processo de leitura, contém nele mesmo sua história de enunciação. O “tu” da leitura, da cena enunciativa que nos interessa aqui, já foi uma outra enunciação com seu eu-tu-ele-aqui-agora.

Além do que expomos até agora, é preciso ressaltar que essas relações são irrepetíveis, uma vez que “eu” e “tu” são únicos em cada instância espaço-temporal – “o ‘eu’ que enuncia o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são a cada vez únicos” (PLG I, p. 253). Sendo, portanto, a enunciação um processo intersubjetivo, na leitura enunciativa está presente também essa troca em que o leitor-locutor, na relação com o enunciado, e através de seu lugar singular, produz um sentido novo vinculado a sentidos já existentes, o que o configura como um sujeito-leitor.

Nesse caminho, **definimos a leitura enunciativa tanto como apropriação de sentidos quanto como atualização de sentidos**, pois há um enunciado que, construído previamente por um locutor anterior, ao ser tomado pelo locutor-leitor se atualiza a partir de suas referências. Na leitura surge sempre um significado novo, que resulta da relação de um locutor e de um interlocutor. Toda enunciação “eu” postula um “tu”, mas este “tu”, ao se apropriar do enunciado e se tornar “eu”, pode ou não manter o mesmo sentido, a mesma referência, pode ou não co-referir.

¹⁰⁰ É necessário enfatizar que o ato de escrita é, também, antes um ato de leitura.

Barthes salienta que é incontestável ser a leitura decodificação de letras, palavras, sentidos, estruturas; no entanto, diz o autor:

A leitura é, de direito, infinita, tirando a trava do sentido, pondo a leitura em roda livre (o que é a sua vocação estrutural), o leitor é tomado por uma inversão dialética: finalmente, ele não decodifica, ele **sobrecodifica**; não decifra, produz, amontoa linguagens, deixa-se infinita e incansavelmente atravessar por elas; ele é essa travessia. (BARTHES, 2004, p. 41, grifo nosso)

Mesmo que reconheçamos na leitura um processo de decifração, é destacável a **sobrecodificação**, quando o sujeito-leitor, a partir de um enunciado presente, recria, produz um novo sentido. É o leitor que age como sujeito, o espaço da leitura é o da subjetividade.

Na leitura do enunciado, quem lê é um locutor que se apresenta como “eu”, o sujeito-leitor. Na produção do enunciado, quem produz é também um locutor que se apresenta como “eu” (um outro eu, um sujeito-autor), tendo como interlocutor um “tu”. Como podemos ver, essas figuras não coincidem entre si. Não há garantia de simetria entre produção e leitura.

Cabe, portanto, reconhecer que no ato/processo de leitura, tal como o entendemos, o enunciado deixa de ser visto tão somente como um ato de produção de um autor para ser entendido como um ato de leitura sempre novo, uma vez que, por esse ato, o locutor se apresenta como sujeito-leitor em uma dada instância de discurso.

O leitor já foi o “tu” de uma alocação anterior que, ao ler, passa a ser o “eu” de uma nova alocação. O locutor-leitor se faz sujeito-leitor que produz, no processo de leitura, um novo enunciado, que será cada vez único, não importando o número de leituras feitas, pois aí intervêm o tempo e o espaço de cada leitura feita¹⁰¹.

Sendo, portanto, a leitura um ato de enunciação, de colocação da língua em uso, reconhecemos que, do ponto de vista enunciativo, o leitor é, antes de tudo, um locutor que, ao ler, propõe-se como sujeito, sendo o enunciado um complexo jogo de relações entre formas e sentidos. A subjetividade se apresenta, na leitura, como a capacidade do locutor-leitor se colocar no discurso como sujeito-leitor que diz “eu”.

Se salientamos que ler implica dar um significado novo ancorado no sujeito-leitor, no seu tempo e no seu espaço, é preciso compreender em que bases estão ancorados os novos e diferentes significados, considerando que é “sempre um *eu* que, tendo como referência um *tu*,

¹⁰¹ Dufour apresenta “eu” como aquele que fixa as referências da alocação atual, e que permanece em seu lugar; “tu” é aquele da alocação atual, dirá “eu” na próxima. “Ele” da alocação atual dizia “eu” na precedente. Há uma série de três alocações (2000, p. 57).

opera durante o processo de enunciação, ou durante o processo de produção de um enunciado” (D’AVILA, 2004, p. 155).

Há na leitura uma troca que aponta para a apropriação da língua por um locutor-leitor, o qual passa a sujeito-leitor ao incluir o outro, que tem em comum a mesma língua.

Do que dissemos até aqui decorre uma indagação: se a relação “eu-tu”, no ato/processo de leitura, é protagonizada pelo locutor-leitor e pelo enunciado (o texto), qual o lugar do autor nessa relação? O autor do texto, figura tão discutida em teorias da leitura, que função teria numa abordagem enunciativa da leitura? Que estatuto teria o autor na configuração teórica que acabamos de esboçar?

Não podemos, obviamente, desconsiderar o autor nesse processo, porém seu papel, em nossa versão teórica, passa a ser parte do ausente, e está contido nas relações de pessoa do texto lido. Como aponta Dufour (2000, p. 91): *para que dois estejam aqui presentes* – para nós, o sujeito-leitor e o enunciado – é necessário que um outro esteja lá, ausente (o complexo conjunto da primeira enunciação que inclui tempo-espço e pessoa).

Barthes, em um de seus tantos ensaios sobre linguagem e literatura, aponta que está na hora de devolver ao leitor o seu lugar, desmistificando a ideia de que o autor é o proprietário de sua produção. É a linguagem que fala, não o autor. O texto não se explica a partir do conhecimento de quem o escreveu. Tentar entender a escritura a partir desse conhecimento significa dar ao texto um significado último. A unidade do texto, portanto, encontra-se no seu destino. Nesse caminho, diz Barthes, “deve-se inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (BARTHES, 2004, p. 64).

Ora, o autor, numa visão enunciativa de leitura, é uma figura suposta, evidentemente, mas inacessível no aqui-agora da instância de discurso. É suposta porque não há texto que não proceda de alguém; é inacessível porque permeado pela figura do locutor-leitor.

Às perguntas “O que quis dizer o autor do texto?”, “Qual a intenção do autor?” ou “O que quer transmitir o autor do texto?”, responderíamos: isso é inacessível ao locutor-leitor. Aliás, a passagem de locutor a sujeito está, exatamente, na dependência de que possa dizer algo sobre o que leu.

Eis a nossa primeira conclusão: “eu” (locutor-leitor), “tu” (enunciado lido) e “ele” (referência) configuram as relações básicas de subjetividade/intersubjetividade no ato/processo de leitura no qual está contido uma relação eu-tu-ele-aqui agora.

Poderíamos sintetizar isso com a figura abaixo, de forma a dar a conhecer como se constitui o primeiro deslocamento teórico que fazemos para o processo subjetivo/ intersubjetivo da leitura.

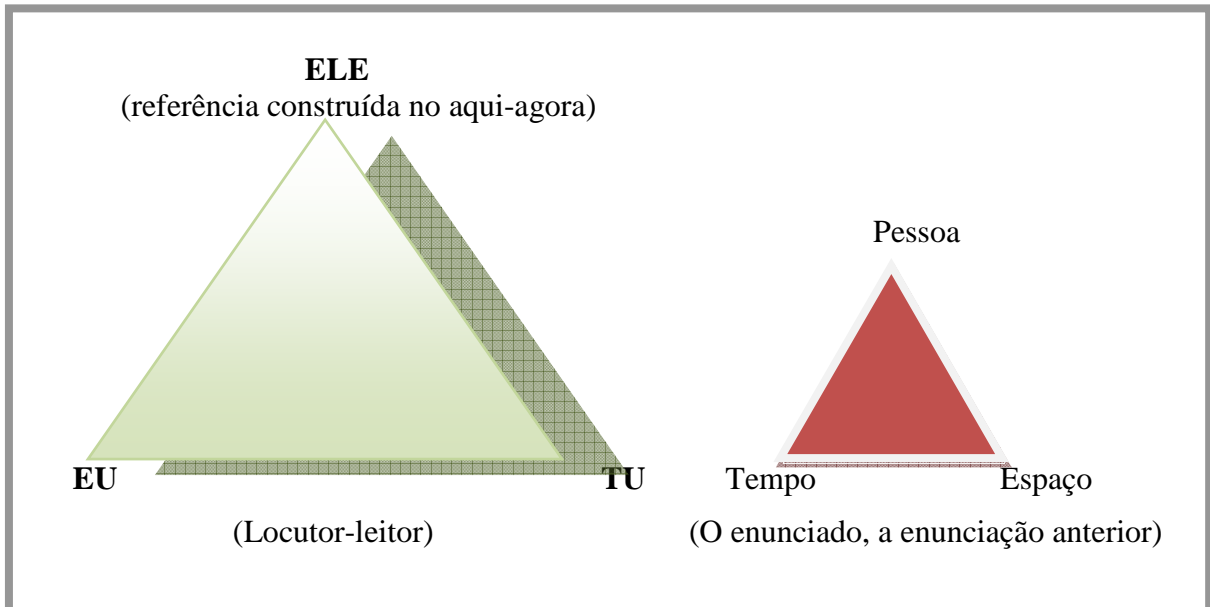


Diagrama 4 – As relações intersubjetivas do ato/processo de leitura

Esperamos que o diagrama acima dê a compreender o seguinte:

- a) que o “eu” lê uma enunciação anterior (o tu), na qual está contida uma relação eu-tu-ele-aqui-agora, e com isso produz referência;
- b) que ler é construir um novo sistema de referências em um novo eu-tu-ele-aqui-agora.

A leitura é, pois, um ato intersubjetivo em que o locutor-leitor interage com o “tu”, o discurso lido. Nesse diálogo, o “eu” apropria-se do discurso lido, atualizando-o em um novo discurso.

3.1.3 Terceiro deslocamento: a relação entre a forma e o sentido na leitura

Neste item não pretendemos retomar tudo o que foi dito a respeito da forma e do sentido presente nos estudos de Benveniste. Lembramos que isso já está feito no item 2.2.1, quando realizamos uma retomada global sobre a questão. Resgatamos os conceitos de forma e

sentido apontando que, no funcionamento da língua, ambas as noções implicam uma questão mais ampla, que é a significação. Cabe, aqui, reter essa relação tal como foi concebida por Benveniste, ligada à de leitura, o que implica considerar que, do ponto de vista enunciativo, a leitura acontece também na relação entre forma e sentido estabelecida pelo locutor.

Trazemos, então, o conceito de que a língua é um sistema de signos, e de que o signo é apresentado no âmbito da forma, é a unidade da língua, porém não a única. Essa noção é relacionada à de sentido. Forma e sentido, em Benveniste, são termos que apresentam um novo contexto para a teoria do signo de Saussure. “o signo está ligado ao modo semiótico da existência da língua e, nesse modo, ele tem forma e sentido” (DLE, 2009, p. 212). Aí surge a questão da significação, “que existe somente na e pelas formas, é ela que estrutura a língua” (NORMAND, 2009, p. 174). A significação se propõe não apenas a partir do semiótico, mas também do nível semântico. São, portanto, dois níveis, *semiótico* e *semântico*, ambos com forma e sentido. No primeiro nível, intralinguístico, cada signo sendo distintivo, com valores opositivos e genéricos, em relação paradigmática. O segundo, diz respeito à atividade do locutor com a língua e se coloca em relação sintagmática. Nesse último nível é a referência definidora do sentido.

A leitura, no modo como a estamos abordando, leva em conta a posição de Benveniste sobre as formas, sobre sua função significante, na relação entre particularidades formais e semânticas.

As reflexões, aí postas, dizem respeito à semantização da língua no processo de sintagmação, e isso provavelmente deve de algum modo nos guiar na abordagem da leitura pelo viés da enunciação.

A semantização da língua está dentre os aspectos que dizem respeito à enunciação e significa que nesse processo a língua é convertida individualmente em discurso. Compreender esse aspecto leva-nos ao entendimento da problemática do signo e da significação. O sentido, portanto, deixa de estar apenas atrelado às unidades do sistema e passa a ter uma nova perspectiva à medida que se consideram as especificidades da frase, como unidade de nível superior. Desse modo, inaugura-se uma linguística que, ao tratar da frase, aborda o aspecto semântico, sem, no entanto, deixar de tratar da linguística do sistema.

É nesse sentido que entendemos a leitura enunciativa, pois aí estão postas as noções de forma e sentido no uso da língua. Portanto, se a língua antes de tudo significa, e isso depende do uso, é pelo arranjo formal dos elementos linguísticos que a língua é usada, olhando para a

maneira como essas formas produzem sentido. Benveniste desenvolve seu trabalho, portanto, reconhecendo que os estudos linguísticos devem ir além das formas, pois essas têm a incumbência de explicitar os sentidos.

O que retemos aqui dessas noções, e que importa para o entendimento de uma leitura enunciativa, é entender que é no uso da língua que o signo existe e é nesse uso que deve ser identificado, uma vez que ele só aí tem existência. Desse modo, ao reconhecer que a língua tem dupla significância (semiótica e semântica), apontamos que a leitura enunciativa não tem em vista uma análise centrada apenas no nível semiótico, mas uma análise que revele, a partir do uso, que o enunciado a ser lido deve ser considerado em seu todo.

A língua, então, é estruturada pela significação, e esta “existe somente na e pelas formas” (NORMAND, 2009, p. 174). Entendemos, pois, que o enunciado constitui-se de uma forma cujo entendimento se dará a partir do sentido. Ler, portanto, significa reconhecer a forma e compreender o sentido. A atividade de reconhecimento é necessária para distinguir um signo como pertencente ao sistema, no entanto, não é o bastante; ela deve estar atrelada à atividade de compreensão, pois é indispensável que o sistema seja comum a locutor e alocutário, e que a situação discursiva também o seja. Essas duas atividades instituem a “relação entre a significação do já-conhecido e a significação atual” (DLE, p. 197).

Para que a leitura efetivamente se realize, é necessário que o locutor-leitor transite entre o nível do reconhecimento e o nível da compreensão. Leitura é língua em uso, e a língua implica a significância dos signos e a significância da enunciação. Compreender é, por conseguinte, o trabalho de constituição de novos sentidos a partir de cada situação de uso. O sujeito-leitor, no ato/processo de leitura, deve reconhecer que as formas, presentes no discurso, expressam sentidos dependentes de sua atitude como leitor e da sua situação no ato enunciativo. Compreender, segundo o DLE, “pressupõe reconhecimento da língua com sistema de signos distintivos, os quais, em uma situação enunciativa, no caso a leitura, tem referência única, relativa a eu-tu-ele-aqui-agora, indicadores das categorias de pessoa, espaço e tempo” (DLE, 2009, p. 63).

Nesse caminho, retomamos os dizeres de Benveniste: *há duas maneiras de ser língua na forma e no sentido*, e a partir destas maneiras é que olhamos para a leitura. A leitura é, conforme salientamos anteriormente, a capacidade de reconhecer o geral da forma, a língua enfim, e o específico, que se apresenta no uso, diz respeito à situação enunciativa. Esse processo todo se dá pela sintagmatização e pela semantização, ou seja, a leitura acontece pelas

relações que se colocam através da língua e pelo momento enunciativo em que o locutor se torna sujeito da leitura. Portanto, para que o leitor seja sujeito desse processo, deve reconhecer que, para a leitura, há forma do enunciado e há também sentido que se produz corroborado nessa forma.

Com a articulação semiótico–semântico, podemos reconhecer o ato de leitura como a língua em uso, considerando nessa articulação que esse ato só acontece porque o leitor reconhece as relações diferenciais que se constituem no interior do sistema, assim como compreende que as palavras, semantizadas pelas relações que estabelecem no interior da frase, são os instrumentos da expressão semântica. A leitura, portanto, decorre da forma como as palavras se organizam e se relacionam no interior de uma determinada configuração sintática. Significação, na/para a leitura, não é apenas o reconhecimento de pertencimento ao sistema, mas sim, o chegar à compreensão tendo primeiramente o reconhecimento como organicamente relativo ao sistema.

A leitura, portanto, só ocorre porque o leitor, em seu ato, consegue transitar, conjuntamente, entre as funções da língua de significar e de comunicar sem necessidade de reconhecer esse trânsito, pois o leitor utiliza a língua para se enunciar e produzir discurso, no caso, leitura.

Na leitura reconhecemos a noção de ato, que deve também ser levada em conta quando se enfatiza o aspecto da língua em funcionamento. Nesse caso, a língua toda, sob a perspectiva enunciativa, com destaque às noções de palavra e frase, esta como unidade do discurso, como atualização, concebida como a língua em ação. O que temos é que os signos que se apresentam no enunciado surgem aí como palavras que têm referência, portanto, submetidas à enunciação.

Se até um determinado momento semiótico e semântico aparecem como dicotomia, para o tratamento da língua em uso e, principalmente, para o da leitura, reconhecemos que essas duas maneiras de ser língua são apresentadas como complementares por Benveniste. Considera-se que os signos da língua são usados em um agenciamento que se materializa na frase.

É assim que entendemos a leitura como uma modalidade da enunciação. Ler significa não apenas o ato de apropriação do enunciado num determinado momento e numa determinada situação. A leitura depende da estrutura, e essa se apresenta a partir dos níveis semiótico e semântico, já fundidos ao se tratar do discurso, ou seja, da língua em uso. Para

que haja leitura, o sujeito-leitor deve reconhecer que a palavra, unidade do discurso, é forma e sentido e deve ser considerada no uso da língua em sua relação com as outras palavras; de outro modo, seria apenas um signo. A frase, por sua vez, tem seu sentido a partir do agenciamento das palavras. Ela não integra uma unidade de nível superior.

Ler é reconhecer todas as palavras (signos) que fazem parte do enunciado como tendo ou não um sentido e, a partir de então, compreender que essas palavras, em um encadeamento no enunciado, uma vez que estão em uso, apresentam um sentido que está atrelado ao agenciamento, às circunstâncias, ao sujeito. No primeiro caso, é o nível semiótico, no segundo, é o nível semântico, porém interdependentes, pois somente ao tomarmos os dois níveis podemos determinar o ato de leitura, ou melhor, o encaminhamento que o sujeito-leitor dará ao texto. A leitura não se reduz ao entendimento das unidades separadamente; é no conjunto que, visto globalmente, surgirá o sentido.

Retomamos a seguinte passagem em Flores et al. (2008), que muito bem esclarece as questões anteriormente apresentadas.

As capacidades de reconhecimento e compreensão são relativas a um jogo que se estabelece entre o geral e o específico: a generalidade da forma que indica pertença à língua, e a especificidade da forma no uso – palavra –, indicando um sentido relativo à situação enunciativa. Este jogo entre o geral e o específico se dá por sintagmatização-semantização, ou seja, uma atividade com a língua, tendo em vista a atribuição de referência e co-referência (FLORES et al., 2008, p. 74).

Produzir leitura significa, então, olhar para o sentido do texto “como uma forma que se define pela totalidade de seus usos, por sua distribuição e pelos tipos de relação de que resultam” (NORMAND, 2009, p. 155).

Ler é construir um discurso, uma vez que o sujeito passa a converter essas formas da língua a partir da apropriação de um discurso anterior para atualização de sentidos novos no ato de leitura, levando a surgir sempre um novo discurso. É a semantização da língua, diz Benveniste, que está no centro da enunciação como conversão individual da língua em discurso, e é ela que “conduz à teoria do signo e à análise da significância” (PLG II, p. 83).

Concluimos, pois, que a leitura enunciativa significa atividade do leitor com a língua, de modo que essa atividade sempre produza sentidos novos a cada situação de uso. A leitura significa compreensão à medida que o leitor, ao reconhecer as formas integradas no enunciado, produz sentidos relativos a sua atividade de sujeito-leitor e em relação à situação enunciativa. Desse modo, a leitura, como acontecimento singular e irrepetível da língua, apresenta-se pela relação entre locutor, alocutário, considerando sempre as instâncias do

tempo e do lugar de uma determinada enunciação. A leitura, desse modo, produz referência. Ler é, portanto, um ato cada vez único de produção de sentidos, tendo como base a forma e o sentido.

A título de ilustração didática, assim representamos as relações entre a forma e o sentido na leitura:

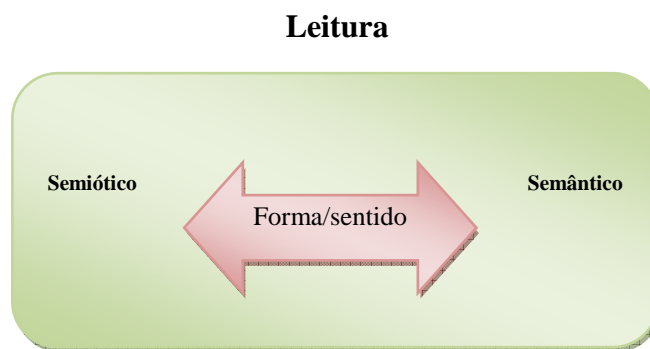


Diagrama 5 – A leitura como semantização da língua

É nesse conjunto que, visto globalmente, surgirá o sentido. É a semantização da língua que está no centro da enunciação.

3.1.4 Quarto deslocamento: a enunciação e a leitura

Chegamos, finalmente, à última etapa de elaboração dos deslocamentos teóricos para propor a nossa visada da leitura como uma modalidade de enunciação. Os estudos enunciativos dão abertura para muitas possibilidades de investigação sobre a linguagem, e isso nos permite apresentar, então, a leitura como um processo enunciativo. Se tratar da enunciação no quadro formal de sua realização é considerar que toda a língua faz parte desse quadro, conforme aponta Benveniste no artigo de 1970, então, a leitura como língua em uso deve apresentar um caminho que a conduza teórica e metodologicamente à enunciação.

As reflexões a respeito da linguagem alcançaram desenvolvimento notório no último século, permitindo que a partir delas possamos apresentar novos conceitos relacionados às noções de comunicação e de significação. Igualmente acontece com a leitura que tanto pode ser considerada apenas um processo de decifração, em que o leitor deve descobrir o sentido posto no texto pelo autor, quanto ser considerada um processo de interação no qual leitor e

escritor interagem mutuamente; pode, ainda, a leitura ser vista como um ato social entre leitor e autor os quais contribuem para construir o sentido. No entanto, todos esses conceitos ainda não abarcam plenamente o papel da linguagem assumida por um sujeito, o que faz da leitura uma atividade de construção numa relação produtiva de interação entre o texto e o leitor.

No item 2.1, vimos que Benveniste segue Bréal e Saussure em suas bases teóricas. Porém, neste momento, é importante destacar que, a partir dessas bases, Benveniste apresenta uma linguística da linguagem voltada para o uso e para o sujeito. O objeto não “é nem a língua nem a fala, mas a enunciação, ato de passagem da língua ao discurso pelo qual o sujeito semantiza a língua” (TEIXEIRA, 2005, p. 199). Nessa linguística tem lugar o sentido que leva ao discurso e, desse modo, à linguagem; é uma linguística da enunciação, na qual Benveniste insere o sujeito nos estudos linguísticos.

São, portanto, questões de linguagem que apontam para um eixo de interesse sobre a leitura como modalidade de enunciação, ou seja, a leitura passa a ser definida como ato de apropriação do sentido, pois, como aponta Teixeira, “conceber a leitura como ato enunciativo é concebê-la como um ato do sujeito-leitor, mediante o qual ele institui uma relação com o texto para produzir sentido no momento da leitura” (2005, p. 200).

É preciso entender que a leitura requer um tratamento contextualizado para a língua, que não mais pode ser vista como um sistema de elementos combinados, sem ser considerada em seu uso. É língua e discurso que se complementam para que o sentido, que se produz a partir da singularidade de cada leitor, estabeleça-se. Portanto, é importante levar em conta, para a leitura, as relações presentes na língua, entre seus elementos e seus significados, pois a leitura se caracteriza como um ato singular, ato do sujeito-leitor, cuja interpretação não pode ser única nem definitiva, pois depende do sentido dado por cada leitor no momento da leitura do texto¹⁰².

Trazemos, então, a leitura como apropriação de sentido, o qual é, essencialmente, determinado pela subjetividade, cujo fundamento está no exercício da língua. Falamos em ato/processo enunciativo de leitura com base em Benveniste, que, em “O aparelho”, define a enunciação simultaneamente como *ato* e como *grande processo*.

Assim sendo, tomamos a leitura a partir de dois deslocamentos anteriormente previstos em relação às teorias de leitura descritas (conf. capítulo 1), quais sejam: 1) a leitura, agora, como ato/processo de enunciação, e 2) as figuras enunciativas de interlocutor, texto,

¹⁰² Consideramos texto como um todo de significação, como o produto do ato de enunciação

locutor em oposição às figuras de leitor, texto e autor. Justificamos esses deslocamentos, baseando-nos em questões que, na década de 60 e 70, envolveram Benveniste no que engloba conceitos tais como: intersubjetividade-subjetividade, forma-sentido, semiótico-semântico¹⁰³.

O tratamento da leitura deve, por esse viés, vislumbrar o papel do leitor, considerado como sujeito desse processo. Como aponta Barthes, há muito nos interessamos pelo autor, por seu texto, pela verdade que ali está, pelo sentido posto pelo autor que deve ser considerado sempre certo, verdadeiro, mas não pensamos, nesse processo, no leitor, o que ele entende do que está posto (BARTHES, 2004, p. 27-28).

É com as palavras de Barthes que damos continuidade a esse entendimento de leitura que considera o papel do leitor:

Abrir o texto, propor o sistema de sua leitura, não é apenas pedir e mostrar que podemos interpretá-lo livremente; é, principalmente, e muito mais radicalmente, levar a reconhecer que não há verdade objetiva ou subjetiva da leitura, mas apenas a verdade lúdica [...] ler é fazer o nosso corpo trabalhar ao apelo dos signos do texto, de todas as linguagens que o atravessam e que formam como que a profundidade achamlotada das frases. (Ibidem, p. 29)

A leitura é particular, e, por isso, cada um deve ater-se a sua leitura, como sujeito-leitor, que imprime sua postura ao texto. A leitura constitui-se de “um campo plural de práticas diversas e de efeitos irreduzíveis”, pois como bem diz Barthes, não há uma análise da leitura e não há um Propp para a leitura (BARTHES, 2004, p. 30).

Ao considerar que a leitura não dispõe de um mecanismo para ser entendida, que esse processo é sempre particular e que depende de fatores variados para que aconteça, empreendemos nosso objetivo de apontar a leitura pelo viés da enunciação.

Seguindo o percurso feito nos capítulos anteriores, cabe, aqui, uma pergunta capital para o prosseguimento das reflexões: a leitura, tal como a estamos supondo, pode encontrar na enunciação um lugar teórico que dê suporte para o entendimento de seu ato/processo? Vamos, então, a essa empreitada, mostrando a leitura como ato de enunciação ancorada nos fundamentos teóricos benvenistianos.

Partimos, pois, do conceito de enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, p. 82). Falar em ato de leitura, considerando a teoria da enunciação, implica falar em sujeito e em atualização. É reconhecer que a leitura é subjetiva, pois o locutor-leitor, a partir de sua singularidade, usa a língua,

¹⁰³ Usamos o hífen por considerarmos que são termos que se complementam, não podendo um ser concebido sem que esteja em relação com o outro. Semiótico e semântico ao mesmo tempo que se distinguem, se integram.

assumindo, então, o seu papel de sujeito-leitor. Isso significa que “a língua passa a ‘funcionar’ pelo ato individual de utilização da própria língua, pois eu é signo que é usado para atribuir referência àquele que como eu se propõe” (FLORES et al., 2008, p. 51).

A leitura é um ato de linguagem e se configura em uma enunciação de retorno a partir de um enunciado anteriormente construído; trata-se de uma segunda alocação, em que o leitor produz algo a respeito de uma enunciação anterior.

No ato/processo da leitura, o locutor se propõe como sujeito ao assumir a língua para produzir seu sentido. Esse ato é sempre um acontecimento único, pois a situação é sempre única. Esse ato é fugaz e irrepetível por isso só é possível reter algo dele a partir do enunciado que é o produto da enunciação. É, portanto, pelo enunciado que podemos analisar a enunciação considerando os elementos linguísticos disponíveis, a situação do aqui e agora e, principalmente, a presença do sujeito que enuncia.

Dizer que o sujeito-leitor usa a língua nos leva a reconhecer que a leitura, como afirma Normand (2009, p. 180), “é investida de propriedades semânticas e que ela funciona como uma máquina de produzir sentido”. Essa é então a teoria da Enunciação que tomamos como base para entender o quadro da leitura. A língua é considerada a partir tanto do aspecto semiótico quanto do aspecto semântico, agora integrados, pois somente desse modo podemos tratar da leitura como modalidade da enunciação.

A leitura, sob o ponto de vista enunciativo, portanto, apresenta uma estrutura por se apresentar como um ato de utilização do sistema da língua, a partir de um quadro formal que pertence à língua. A estrutura comporta sujeito que enuncia, sendo, do ponto de vista enunciativo, sempre permeada pela subjetividade do leitor, cuja passagem a sujeito da linguagem deixa marcas no próprio ato enunciativo da leitura. Essa estrutura parte, ainda, da integração semiótico-semântico, o que quer dizer que as particularidades formais e semânticas, necessárias para a produção de leitura, devem ser vistas na sua função significante. Portanto, a leitura parte dos níveis do comentário e da descrição, considerando, nesses níveis, a presença do sujeito que, ao se apropriar do texto, via língua, produz sentido.

Ainda nas palavras de Normand (2009), encontramos o modo de explicitar como podemos considerar um quadro formal de leitura:

A análise do semântico (análise desta ou daquela unidade do discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação) cujas marcas fazem parte da descrição semântica (NORMAND, 2009, p. 182).

Dessas palavras de Normand temos o encaminhamento para entender esse quadro de leitura que, no nível semântico, considera o sujeito, o tempo, a referência, a interação para, então, tomar o semiótico como comprovação dessa leitura global.

Produzir sentido significa atualizar as unidades, como palavras, presentes no texto, objeto de leitura, num determinado momento e numa determinada situação. Isso só ocorre porque o locutor-leitor produz sentido a partir do global, corroborado pelo específico que é a língua.

Em suma, a análise da leitura como ato/processo de enunciação supõe uma integração entre o semiótico e o semântico. Em outras palavras, o que Piguet (PLG II, p. 239) – na pergunta que faz a Benveniste no debate que se segue à conferência sobre “A forma e o sentido na linguagem” – chama de analítico e global. A análise da leitura deverá associar ambos.

Para esclarecermos, então, como ocorre a análise do ato/processo de leitura a partir da teoria enunciativa de Benveniste, temos que o texto, que tem seu sentido dado pela ideia global, é percebido semanticamente, enquanto olhar para forma do texto, é uma questão analítica, pois ocorre a partir da dissociação da totalidade em unidades semióticas. Entendemos, pois, a leitura a partir desse ponto. O locutor-leitor lê o todo e produz sentido. O caminho para chegar ao todo é a língua, o semiótico. É na articulação entre semiótico e semântico que o sujeito-leitor se propõe como tal.

Portanto, a análise do ato/processo de leitura supõe recuperar, ao menos em parte, esse caminho feito pelo locutor-leitor, ou, como diz Normand, supõe *associar à análise semiótica um comentário sobre a sua enunciação, o semântico*. Ou, ainda, nos termos do que preconizava Piguet: associar o analítico ao global.

Aqui, portanto, o ato de leitura vai além de uma extração de sentido; é um processo de produção em que se integram sujeito, tempo e espaço. Na leitura, o locutor-leitor deve dar conta da escolha feita pelo autor, do agenciamento das palavras, enfim, da organização sintática, considerando que as palavras só têm sentido na relação com outras palavras. É, portanto, a partir desses elementos que compreendemos a leitura enunciativa como um novo caminho teórico-metodológico.

A leitura enunciativa está alicerçada nos pressupostos da teoria enunciativa como produção de sentido, sentido esse que só poderá ser confirmado à medida que o leitor tem condições de reconhecer os elementos postos no enunciado que comprovam essa produção.

Ou seja, a leitura se constitui como processo de produção de sentido que se inicia no nível semântico e é corroborado pelo nível semiótico, destacando-se que a leitura, do ponto de vista enunciativo, é centrada no processo, isto é, no que é lido no momento em que é lido e não no produto, o texto. Portanto, abordar, do ponto de vista enunciativo, o fenômeno da leitura requer que se estabeleçam os mecanismos presentes nesse fenômeno que levem à produção de sentido.

Por fim, podemos dizer que, para apontar a leitura como uma modalidade enunciativa, importa reconhecer, primeiramente, a noção de subjetividade na linguagem ligada à de leitor, o que implica ser o leitor, do ponto de vista enunciativo, um locutor que se transforma em sujeito na linguagem. Assim sendo, apontamos, no item 3.1, as marcas da passagem do locutor a sujeito no ato enunciativo da leitura. Em seguida, apresentamos a relação entre a forma e o sentido, tal como concebida por Benveniste, agora ligada à noção de texto, o que leva a considerar que o texto, do ponto de vista enunciativo, é uma relação entre forma e sentido estabelecida pelo locutor. E, agora, na conclusão de uma trajetória enunciativa para a leitura, apresentamos as noções de enunciação e instância de discurso ligada à de contexto da leitura, o que leva a considerar que o ato de leitura remete a uma dada situação espaço-temporal.

Em síntese, a reflexão aqui apresentada diz respeito a elementos tais como: o locutor-leitor que assume o papel de sujeito-leitor, configurando sua presença no discurso; o interlocutor, sua presença e sua caracterização no discurso, uma vez que esse é produzido para ele; a situação que considera as marcas do tempo e do espaço da produção de leitura; e, ainda, o referente, pois é importante saber de que trata o discurso. A leitura é, então, um processo de (re)significação, ler é (re)significar no sentido de fazer de novo o percurso da significação, é um fazer de novo.

É, portanto, considerando esses elementos que nos permitimos tomar a teoria de Benveniste como norte para tratar da leitura. E justificamos nossa escolha: consideramos que a amplitude de suas reflexões nos permite caminhar para outros estudos relacionados à linguagem e não apenas para o que está posto em sua obra (cf. 1.3).

CAPÍTULO 4

Metodologia da análise enunciativa da leitura

Ler é bom para a saúde. Todo o mundo me diz que tenho que fazer exercício. Que é bom para a minha saúde. Mas nunca ouvi ninguém dizer a um desportista: tens que ler.

José Saramago

Benveniste apresenta seus estudos sobre enunciação, considerando-a como *este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. A enunciação é sempre única, irrepetível, pois singulares são os locutores e sua situação de tempo e espaço. Da ordem do repetível, apenas a organização do sistema da língua. Falar do ato significa tratar das relações intersubjetivas na linguagem, da conversão da língua em discurso e da atualização do sentido em palavras.

É dentro desse quadro que pretendemos apresentar a metodologia da análise enunciativa da leitura. Reconhecemos que, por se tratar de questões referentes à língua e à linguagem, não podemos, em princípio, apresentar dados previamente estabelecidos. O que nos propomos é formular, com vistas à especificidade do objeto do qual estamos tratando, um método de análise que considere a leitura a partir dos pressupostos teóricos benvenistianos.

O *corpus* deve ser tratado como fatos que são produzidos por um sujeito no momento único e fugaz da enunciação, e esses serão tomados para estudo segundo o ponto de vista do pesquisador. Conforme Flores (2001, p. 59), “em linguística da enunciação o dado não é jamais ‘dado’, mas se configura num fato na medida em que é produto de um ponto de vista, o que cria o objeto a ser analisado [...]”.

Tratar dos fatos linguísticos é seguir as palavras de Benveniste quando em texto de 1964, “Os níveis de análise linguística”, diz

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato linguístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como fato, isto é, aos critérios que o definem como tal. [...] reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo (PLG I, p. 127).

Entendemos, desse modo, que cabe ao pesquisador eleger os fatos de língua a serem analisados, e que, no nosso caso, o fato de língua é estudar a leitura do ponto de vista enunciativo, é tratá-la como ato e como discurso.

Nesse caminho, este capítulo compreende o estabelecimento do *corpus* a ser analisado, sua constituição e o método de análise a ser utilizado. Trataremos ainda de especificar o que vêm a ser os fatos linguísticos e como abordá-los na relação enunciação-leitura, tendo em vista que estudar a linguagem do ponto de vista enunciativo é tratar do produto de um construto teórico.

4.1 Sobre o "corpus"

O *corpus* que será objeto de análise neste estudo é constituído de um conjunto de 03(três textos) produzidos e avaliados no Concurso Vestibular 2011 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CV/UFRGS, 2011). Esses textos foram escolhidos em função dos níveis de avaliação¹⁰⁴ propostos pelas UFRGS, quais sejam: *nível excelente*, compreende nota de 8 a 10; *nível satisfatório*, cujas notas finais estão entre 6 e 7; *nível não-satisfatório*, com notas finais de 1 a 5. Escolhemos um texto representativo de cada uma dessas faixas. Há ainda a possibilidade de se atribuir nota final zero¹⁰⁵ à redação, por esta ter fugido à proposta. Não realizamos análise de nenhum texto com fuga ao tema, pois este representa uma outra leitura do candidato, leitura esta que não corresponde à proposta da prova de redação.

Todos os textos foram produzidos dentro da mesma orientação temática e dentro das mesmas circunstâncias gerais, ou seja, a produção constituiu-se como produto da leitura da proposta apresentada pela comissão organizadora do processo de vestibular.

Sobre o processo de avaliação das redações do vestibular, cabe lembrar que esse compreende duas modalidades de avaliação, *analítica* e *holística*. A primeira modalidade divide-se em *estrutura* e *conteúdo* e *expressão linguística*, sendo que, na primeira, são analisados seis itens: *domínio da tipologia, organização do texto, desenvolvimento do tema e do ponto de vista, qualidade do conteúdo, coesão textual e investimento autoral*; na segunda

¹⁰⁴ Estes níveis de avaliação de redação do vestibular estão especificados no Manual do Avaliador, 2011, elaborado pela coordenação geral e pelos coordenadores de equipe.

¹⁰⁵ Uma das possibilidades de candidato receber zero nas modalidades de avaliação é por fuga ao tema, ou seja, o candidato não desenvolver a redação de acordo com a proposta formulada.

parte, que contempla a *expressão*, quatro itens analisados: *convenções ortográficas*, *semântica*, *pontuação* e *sintaxe e morfossintaxe* (MANUAL DO AVALIADOR, 2011, p. 45).

A segunda modalidade de avaliação é a *holística*, cujos aspectos observados, para o estabelecimento do conceito, são o *tema*, o *modo composicional* e o *domínio linguístico*, todos esses critérios encontram-se especificados no Manual do Avaliador à página 46.

Esclarecida a composição do *corpus*, temos também de especificar que a proposta/tema é considerada, no que tange ao nosso objetivo de trabalho, como o texto/enunciado a ser lido pelo candidato, e que esta leitura se configura no texto produzido pelo aluno, ou seja, os textos aqui selecionados são vistos como produto enunciativo de leitura. A prova de redação do CV/UFRGS, 2011 apresentou-se da seguinte forma:

PROVA DE REDAÇÃO

Leia o texto abaixo.

É indiscutível que o professor é fundamental para o progresso de qualquer sociedade. Sob sua responsabilidade, formam-se vários profissionais, e, por este fato, a profissão de professor é muitas vezes apelidada de "profissão das profissões". Entretanto, só isto não basta para caracterizar sua dimensão. É preciso olhar para o professor com olhos de quem quer ver um país melhor.

Disponível em: <http://www.angola24horas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2949:banalizando-o-professor-que-sociedade-a-construir&catid=23:angola24horas&Itemid=34>.

Observe, abaixo, dados de pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Carlos Chagas sobre a atratividade da carreira docente no Brasil, divulgados por *Zero Hora*, em 2010, em matéria intitulada *Jovens evitam ser professor*.

<p>1.501 jovens entrevistados, cursantes do 3º ano do Ensino Médio</p> <p>56% mulheres 44% homens</p>	<p>Onde estudam</p> <p>93% escola particular 34% escola pública</p>	<p>Considerou ser professor no processo de escolha profissional</p> <p>67% não pensou em ser professor 32% pensou em ser professor 1% sem resposta</p>
--	--	--

Adaptado de: *Zero Hora*, 4 set. 2010, p. 44.

Com relação a cursos universitários de Licenciatura, ou seja, que preparam para a profissão de professor, observe os dados que seguem, referentes à oferta de vagas e ao número de candidatos inscritos nos concursos vestibulares da UFRGS de 2005 e de 2011.

Oferta de vagas e nº de candidatos CV/UFRGS/2005

Curso	Total de Vagas	Nº de Candidatos	Densidade
Educação Física	78	1.048	13,44
Filosofia	60	305	5,08
Física - Noturno	30	151	5,03
Geografia - Diurno	30	169	5,63
Geografia - Noturno	30	231	7,70
História - Diurno	40	448	11,20
História - Noturno	45	506	11,24
Letras	132	845	6,40
Matemática - Diurno	45	275	6,11
Matemática - Noturno	45	252	5,60
Química - Noturno	30	152	5,07
Teatro	15	74	4,93

Oferta de vagas e nº de candidatos CV/UFRGS/2011

Curso	Total de Vagas	Nº de Candidatos	Densidade
Educação Física	78	293	3,76
Filosofia - Noturno	40	121	3,03
Física - Noturno	35	60	1,71
Geografia - Diurno	30	91	3,03
Geografia - Noturno	33	79	2,39
História - Diurno	50	211	4,22
História - Noturno	60	273	4,55
Letras	132	448	3,39
Matemática - Diurno	45	78	1,73
Matemática - Noturno	45	83	1,84
Química - Noturno	20	57	2,85
Teatro	15	65	4,33

Considerando os dados dos quadros de oferta de vagas e de número de candidatos inscritos nos vestibulares de 2005 e de 2011 para os cursos de Licenciatura da UFRGS,

- **avalie** por que a profissão de professor se encontra desprestigiada entre os jovens;
- **ilustre** sua avaliação com dados da pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas e com dados comparativos de 2005 e 2011 de um ou mais cursos da UFRGS constantes nos quadros acima; e
- **redija** uma redação de **caráter dissertativo**, justificando e defendendo seu ponto de vista, incluindo, se julgar oportuno, sugestões para a revalorização da profissão de professor em nossa sociedade.

Instruções:

- 1 - Crie um título para seu texto e escreva-o na linha destinada a este fim.
- 2 - Redija uma redação com extensão **mínima de 30 linhas**, excluído o título – quem disso, seu texto não será avaliado –, e **máxima de 50 linhas**, considerando-se letra de tamanho regular.
- 3 - As redações que apresentarem segmentos emendados, ou rasurados, ou repetidos, ou linhas em branco terão esses espaços descontados do cômputo total de linhas.
- 4 - Lápis poderá ser usado apenas no rascunho; ao passar sua redação para a folha definitiva, faça-o com letra legível e utilize caneta.

Figura 1 – A prova de redação do CV/UFRGS, 2011

Pela proposta, percebemos que o candidato/leitor deve, além de ler a proposta em si, ler, também, outros dados constantes da prova de redação. A leitura da proposta indica que há *quadros de oferta de vagas e número de candidatos inscritos nos vestibulares de 2005 e de 2011 para os cursos de Licenciatura da UFRGS*. Diz, ainda, que o leitor/candidato deve *avaliar*, a partir desses quadros, o desprestígio da profissão de professor entre os jovens. Para essa avaliação, ele deve usar, como *ilustração*, uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas e, além disso, os dados comparativos de 2005 e 2011 de um ou mais cursos da UFRGS, constantes dos quadros apresentados pelos organizadores da prova.

Evidentemente, em situações como as de produção de texto de vestibular, há uma expectativa de leitura. No caso da proposta do CV/UFRGS, 2011, o grupo de coordenadores¹⁰⁶ estabeleceu, a partir da amostragem¹⁰⁷, que a leitura da banca deveria olhar para abordagem do tema considerando-o *excelente* no caso de o candidato **avaliar** por que a profissão de professor se encontra desprestigiada entre os jovens e/ou **avaliar** as causas do desprestígio da profissão de professor na sociedade, **ilustrar** sua avaliação mobilizando os dados fornecidos na proposta e **sugerir** estratégias para a revalorização da profissão de professor na sociedade.

No entanto, caso o candidato não cumprisse o requisito de **sugerir** estratégias, mas cumprisse o de **avaliar** e o de **ilustrar**, o texto seria classificado no *nível satisfatório*. Ou, ainda, estariam no *nível satisfatório* os textos em que o candidato **avalia** e **sugere**, mas não **ilustra** sua avaliação, ou os textos em que o candidato apenas **avalia**, não **sugere** nem **ilustra**.

Como nível *não-satisfatório* foram considerados textos em que o candidato: apenas **ilustra**, isto é, mobiliza os dados fornecidos na proposta, e **sugere** estratégias para a revalorização da profissão de professor na sociedade; ou apenas mobiliza os dados, para **ilustrar**, fornecidos na proposta; ou, apenas **sugere** estratégias para a revalorização da profissão de professor na sociedade; ou ainda, apresenta *generalizações* sobre a profissão de professor.

¹⁰⁶ Grupo do qual fizemos parte como coordenador de equipe de avaliação.

¹⁰⁷ O grupo de coordenadores, a partir de redações selecionadas aleatoriamente, realiza uma leitura a fim de estabelecer a abordagem do tema. Com esta leitura, consegue-se ter uma visão dos ângulos de abordagem do tema.

Ficou estabelecido que o zero (0) por fuga ao tema¹⁰⁸ seria atribuído ao candidato que abordasse assunto não relacionado com o tema proposto, isto é, *quando não avalia por que a profissão de professor se encontra desprestigiada entre os jovens e não avalia as causas do desprestígio da profissão de professor na sociedade.*

Considerando todos os quesitos propostos pelos coordenadores da redação do vestibular, entendemos que a produção do texto de vestibular, aqui visto como produto da enunciação do candidato, parte da proposta/tema e deve demonstrar que o candidato, na leitura dessa proposta, inseriu-se como sujeito-leitor reconhecendo o texto em sua forma e compreendendo seu sentido.

Esse sujeito-leitor se produz na resposta dada à proposta, ou seja, se produz pelo ato/processo de leitura, qual seja, o de produzir o texto, que, nessa situação, deve levar em conta uma instância enunciativa em que a leitura é um ato de interpretação, uma tentativa de re-constituição de um sentido. Esse ato marca a apropriação do texto pelo leitor.

O objeto de estudo neste trabalho é, portanto, o processo enunciativo que se instaura na produção do texto de vestibular, considerando como o ato de enunciação em que um locutor, tendo em vista seu interlocutor, se propõe como sujeito desse ato.

Entendemos, pois, que a prova de redação do vestibular se constitui em enunciado que, ao ser lido pelo candidato/leitor, tem retorno pelo texto produzido e que em outro momento, também, passa a ser enunciado de leitura por outros sujeitos, no caso a banca avaliadora. No entanto, nosso interesse, com este trabalho, é olhar para a instância enunciativa em que o sujeito leitor, candidato, institui seu processo de leitura da prova de redação.

4.2 Sobre a análise do “corpus”

Cabe lembrar que, no terceiro capítulo, nos esforçamos para explicitar como entendemos que se produz o ato enunciativo de leitura. Em outras palavras: o terceiro capítulo assume preponderantemente uma atitude de entendimento da **produção** da leitura. Assim, em nossa perspectiva, a leitura é um ato de enunciação porque:

¹⁰⁸ Os demais tipos de zero são atribuídos segundo critérios de pouca relevância para o nosso estudo. Por exemplo: número insuficiente de linhas.

1. Há a passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor: essa passagem se dá na e pela relação do “eu” (o locutor-leitor), que se torna sujeito (sujeito-leitor), com o “tu” (o enunciado lido) produzindo um sistema de referências, o “ele”;
2. O sentido na leitura diz respeito a algo que não coincide integralmente com as possíveis representações presentes no texto daquele que o produziu. O locutor-leitor lê um enunciado que contém, ele mesmo, uma relação eu-tu-ele-aqui-agora.
3. É a esse ato de re-constituição não-coincidente que chamamos de a *apropriação* do texto pelo leitor.

No entanto, agora, no momento de análise do *corpus*, não mais queremos explicar como se produz o ato enunciativo de leitura, mas, sim, como se analisa esse ato.

Por isso, a análise do *corpus* acima deverá obedecer aos seguintes princípios:

1. a análise da leitura, do ponto de vista da enunciação, vai além do simples reconhecimento de marcas de um suposto locutor em um dado enunciado;
2. o analista da enunciação deve olhar para a relação que o locutor, aqui chamado de locutor-leitor, tem com o enunciado lido (o tu) e com as relações (pessoa-tempo-espaço) que constituem esse enunciado, em um dado aqui-agora;
3. a análise da leitura como uma nova enunciação supõe que a relação prevista em (2) se dê em um novo eu-tu-ele-aqui-agora;
4. a leitura é um ato/processo intersubjetivo/ subjetivo que se dá na relação entre o locutor-leitor (eu), o enunciado (tu) – constituído que é pela relação eu-tu-ele-aqui-agora – na produção de referência (ele);
5. esse ato se concretiza na associação do semiótico e do semântico numa dada instância de discurso da qual participam as categorias de pessoa, tempo e espaço. Essa associação produz relações de forma e sentido;
6. a leitura é um ato/processo enunciativo constituída pelo conjunto das relações presentes em 1-5 em uma dada instância de discurso.

Isso posto, podemos agora anunciar como faremos a análise de nosso corpus, conjunto de três textos de vestibular, a partir desses princípios. Para tanto, vale retomar na íntegra a pergunta feita a Benveniste pelo filósofo J. C. Piguet por ocasião do debate que segue à

conferência apresentada à Sociétés de Philosophie de langue française e que dá origem ao famoso “A forma e o sentido na linguagem”. Diz Piguet:

Parece [...] que a semiótica e a semântica formam dois planos que dependem senão de métodos, ao menos de ideias epistemológicas ou metodológicas distintas. **A semântica pressuporia uma apreensão global do sentido.** Por oposição, o método ou a direção do espírito requerido **pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global.** Minha questão é, face a isto, a seguinte: como estes dois métodos se reúnem no interior da linguística? Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é **do tipo analítico** e a outra é **de tipo global**, não analítico? Qual deve ser, então, finalmente, o método fundamental que orienta a linguística em seu conjunto? (PLG II, p. 239, grifos nossos)

Como se pode notar, o filósofo dirige a Benveniste uma questão cuja resposta, como ele mesmo diz, orientaria a linguística em seu conjunto. Obviamente, não temos nem a pretensão de respondê-la, nem a de orientar a linguística em seu conjunto. Nosso propósito é bem mais modesto. Trata-se apenas de construir uma perspectiva enunciativa de análise do que estamos chamando de ato/processo de leitura. Em nossa opinião, a leitura se prestaria ao estudo sugerido por Piguet. Vejamos, então:

- a) a análise da leitura dependeria da coexistência metodológica do semiótico e do semântico, ou, nas palavras de Piguet, do analítico e do global. Pensamos que contemplamos isso no conjunto dos itens acima: o analítico está previsto no item 5, e o global nos demais;
- b) ainda, tais planos dependem, senão de métodos, ao menos de ideias epistemológicas ou metodológicas distintas. Isso significa que a leitura é um ato/processo complexo que não poderia ser estudado somente por um único ponto de vista (o global ou o analítico);
- c) Assim, a análise enunciativa da leitura depende da coexistência metodológica do analítico com o global – sem que um se dissolva no outro.

De certa forma, com esse encaminhamento seguimos também aqui as orientações de Normand (2009), quando, ao avaliar a presença dos termos semiologia, semiótica e semântica na obra de Benveniste, diz que “a descrição do sistema semiótico conserva um alcance geral que o inscreve nos princípios de uma análise linguística” (Normand, 2009, p. 181). Por outro lado, no semântico, o que temos são “frases particulares, trocadas por locutores nesta ou naquela circunstância, remetendo a este ou aquele objeto” (ibidem, p. 181). Em outras palavras, “o sentido [...] depende de todos esses parâmetros que atualizam em discurso os valores linguísticos e seu ‘sentido inerente’” (ibidem, p. 181).

Se entendemos bem a proposta de Normand, também ela, a exemplo de Piguet, apesar de usar outros termos, considera que a análise enunciativa associa dois aspectos:

a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade do discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica). (Ibidem, p. 182, grifo nosso)

A vantagem que vemos na proposta de Normand com relação à de Piguet diz respeito ao fato de que a autora não trata semiótico e semântico em termos de analítico e global – noções mais ligadas à tradição filosófica do que à linguística –, mas em termos de generalizável e não generalizável. Para ela, a análise do semiótico supõe a possibilidade de generalizações, uma vez que a descrição se detém em aspectos da língua em seu “sentido inerente”; a análise do semântico, por sua vez, é não generalizável já que seria produto de um ato de interpretação do analista.

Para Normand, “a distinção semiótico/semântico, portanto, somente levaria a lembrar da necessidade de considerar aquele que fala (o sujeito) e, por consequência, de não pretender dizer o todo do sentido do que ele enuncia que nenhuma análise pode encerrar” (ibidem, p. 182). O programa de análise da linguagem que associa semiótico e semântico, então, conduziria “à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva [...]” (ibidem, p. 182).

A partir disso, a análise que propomos do ato/processo de leitura deve, em nossa opinião, associar semiótico e semântico, generalizável e não generalizável, analítico e global ou, como diria Benveniste, “sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria” (PLG II, p. 233). A leitura tem uma semântica própria.

Em resumo, nossa análise dar-se-á em dois momentos, observados os princípios norteadores acima (cf. itens 1-6):

- a) em um primeiro momento (cf. 5.2), fazemos um comentário geral sobre o ato enunciativo instaurado pela produção do texto do aluno no contexto do vestibular. Nesse momento, enfocaremos as relações enunciativas instauradas no processo em si, sem nos determos em um texto em particular;
- b) em seguida (cf. 5.3), descrevemos o ato/processo de leitura de cada texto analisado, em particular. Para isso, fazemos o levantamento – nos planos morfológico, lexical, sintático, entre outros – dos instrumentos linguísticos através dos quais o locutor constrói a relação interlocutiva no texto

Esses dois momentos não devem ser entendidos como etapas separadas da análise. Na verdade, eles estarão sempre juntos. A divisão que fazemos aqui tem apenas valor metodológico.

Essa análise inicial, esperamos, deve contemplar os aspectos da singularidade envolvidos no ato/processo de leitura. De certa maneira e guardadas as especificidades, esse momento diz respeito ao que Normand considera ser da ordem do não generalizável, é o global de Piguet.

Antes desses dois momentos da análise, fazemos (cf. 5.1) um comentário geral sobre o ato individual de produção de leitura sem nos determos em um texto particular. Nossa intenção é, preponderantemente, falar sobre o ato enunciativo instaurado pela leitura de um texto.

Desse conjunto resulta a análise enunciativa do ato/processo de leitura.

4.3 *Sobre os fatos de língua*

O tema a ser abordado nesta tese é a leitura, vista sob a perspectiva enunciativa, o que significa, nesse caso, considerar que a linguagem em uso, está atrelada a um sujeito, e a sua situação enunciativa. O que queremos dizer é que a leitura, vista como fato de língua, é um ato/processo de constituição de sentidos. Nesse processo é preciso levar em conta a relação singular que se estabelece entre leitor e texto.

Assim, aqui, empreender um trajeto para entender o ato de leitura como um ato enunciativo é tratar dos fatos relativos ao leitor, o qual, do ponto de vista enunciativo é, primeiramente, um locutor que, no ato de leitura, coloca-se como sujeito; ao texto, como uma entrelaçada rede de relações entre formas e sentido; e à leitura considerada como o instante em que a língua é colocada em uso pelo sujeito. Enfim, é pensar esse ato de leitura à luz da estrutura enunciativa.

O que apresentamos neste trabalho é um estudo que se constitui em uma abordagem para um tratamento enunciativo da leitura. Percebemos, a partir de uma retomada conceitual da teoria benvenistiana, que a leitura se constitui em um ato/processo que envolve o sujeito e sua situação de tempo e de espaço. Acreditamos na condição de intersubjetividade/subjetividade para entender esse ato/processo, do mesmo modo como entendemos que olhar para

a leitura nessa perspectiva significa reconhecer que o enunciado se atualiza sempre no aqui e agora do sujeito-leitor. Entendemos, ainda, que as noções de forma e de sentido têm papel decisivo para compreender que texto/enunciado só pode ser apreendido na sua relação forma/sentido, uma vez que tem seu sentido dado pela ideia global, ou seja, é percebido semanticamente, enquanto a forma do texto é uma questão analítica, pois ocorre a partir da dissociação do todo em unidades semióticas.

Podemos apontar que todos esses conceitos enunciativos podem e devem ser considerados para tratar a leitura pelo viés da enunciação, especificamente a teoria enunciativa de Benveniste. A leitura, por esse prisma, deverá sempre ser vista como um processo de produção de sentido em que se integram sujeito, tempo e espaço. Ou seja, a leitura é um processo de produção de sentido que parte do nível semântico e se comprova no nível semiótico, centrada no processo em si e não no produto, o texto.

Para esse trabalho, apresentamos, como forma de analisar o ato/processo de leitura, textos produzidos por candidatos ao concurso vestibular, por entendermos que esses textos são o produto de um ato/processo de leitura, ou seja, o sujeito se constitui como tal na leitura a partir da singularidade, ele lê e ao ler constitui outro texto, o seu texto.

A frase, segundo Benveniste, no texto sobre os níveis de análise linguística, é a unidade da linguagem em ação, é ela um produto da enunciação. Para o autor, a unidade de análise em uma perspectiva enunciativa deve levar em conta a articulação entre forma e sentido. Para nós, portanto, o texto a ser analisado é essa unidade, pois por ser uma unidade completa constitui sentido e referência.

É preciso lembrar que para Benveniste o que está em jogo não é o enunciado, mas sim a produção do enunciado, desse modo, o nosso objeto não é o enunciado, mas esse será analisado com vistas à enunciação, portanto, o objeto do analista da enunciação, em nosso caso, deixa de ser o processo de produção do texto para enfatizar o ato/processo de leitura.

CAPÍTULO 5

A análise enunciativa da leitura

Quando alguém pergunta a um autor o que este quis dizer, é porque um dos dois é burro.

Mário Quintana

Neste capítulo, temos o objetivo de analisar enunciativamente, conforme os pressupostos teóricos apresentados no capítulo 3 e, ainda, seguindo a orientação metodológica descrita no item 4.2, os textos produzidos no CV/UFRGS/2011. Para esse fim transcrevemos os textos, considerando-os nossa unidade de análise, pois, segundo Benveniste, a unidade de análise é o enunciado, visto como *frase*¹⁰⁹, que em nossa perspectiva passa a ser o texto produzido pelo vestibulando.

Após a transcrição dos textos, procederemos à análise (cf. 4.2) a qual relatamos, aqui, brevemente: fazemos, em um primeiro momento, um comentário geral sobre o ato enunciativo instaurado pela produção do texto do candidato, em situação de vestibular, quando, então, enfocamos as relações enunciativas instauradas no processo em si; em seguida, descrevemos o ato/processo de leitura de cada texto analisado, em particular. Tal divisão, enfatizamos, é apenas metodológica. Essas duas etapas estarão sempre juntas na análise.

Nossa análise pretende, assim, dar conta, a partir do texto produzido pelo candidato, do ato enunciativo instaurado por essa produção no contexto do vestibular, considerando as circunstâncias envolvidas nessa produção e como o candidato constrói suas posições enunciativas. Isso significa descrever como o candidato se coloca e que elementos estão envolvidos em seu ato/processo de produção de texto de vestibular. Contemplam-se, portanto, os aspectos da singularidade envolvidos no ato/processo de leitura nos planos morfológico, lexical, sintático, entre outros, como instrumentos linguísticos através dos quais o locutor constrói a relação interlocutiva no texto, que diz respeito ao estudo do generalizável, do analítico.

¹⁰⁹ “A frase pertence ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso.” (PLG, I, p. 139)

Passemos, então, à análise enunciativa do ato/processo de leitura nos textos selecionados¹¹⁰.

5.1 *A complexidade da relação enunciativa no ato/processo de leitura*

Aqui pretendemos fazer um comentário sobre o ato individual de produção de leitura, em determinado contexto, que tem como resultado um enunciado. Não nos deteremos em um texto particular, mas sobre o ato enunciativo instaurado pela leitura, em geral, no contexto de vestibular, conforme item 4.2.

Quando lemos um texto, lemos algo que já foi escrito antes por alguém, dirigindo-se a um interlocutor, suposto ou não. Na leitura há locução e alocução, ou seja, há uma produção dirigida a alguém, também.

Muito do que fomos dizendo no decorrer desta tese adiantou nosso posicionamento a respeito do que significa pensar a leitura como um ato de enunciação. Nossos posicionamentos podem ser sintetizados em alguns pontos gerais que passamos a explicitar a seguir:

- a) A leitura é uma tentativa de recuperar um sentido constitutivo de um dado texto escrito.

Vale a pena reter desse princípio, que se trata de uma tentativa de recuperação, nunca de uma certeza. Ou seja, o locutor-leitor torna-se um sujeito-leitor na medida em que consegue re-constituir um certo sentido que é inerente ao texto lido. No entanto, nada garante que o sentido atribuído ao texto coincida com alguma expectativa de verdade.

É exemplo dessa não-coincidência de sentidos as reiteradas vezes que vemos escritores declararem que ignoram a “resposta certa” a uma questão de leitura presente em algum exame – em um vestibular, por exemplo – sobre um texto que tenha sido por eles produzido.

¹¹⁰ A atividade de análise, aqui, apresentada não compreende um método único de atividade enunciativa de leitura. Pretendemos apenas mostrar que há possibilidade de, a partir de qualquer leitura, realizar a análise enunciativa, que sempre será única e irrepitível.

É isso que encontramos em uma declaração de João Ubaldo Ribeiro, dada em resposta ao jornalista Alberto Quartim de Moraes, no programa da TV Cultura de São Paulo, Roda Viva, em 19 de fevereiro de 2001¹¹¹, a respeito da obrigatoriedade de leitura preparatória para exames vestibulares. Reproduzimos abaixo a transcrição feita pela própria emissora:

João Ubaldo Ribeiro: Não, que obrigam a ler, não. Que transformam numa tarefa odiosa. Eu já peguei livros... para não falar em clássicos, para não falar num [Os] Lusíadas, em coisas desse tipo, para não falar em Machado de Assis que é escrito em língua antiga, e assim por diante. Mas um livro de um autor contemporâneo, o menino lê aquilo tão tenso, para poder responder a perguntas abstrusas. Eu sei, porque eu, por exemplo já fui adot... livros meus foram adotados para vestibular, e eu seria incapaz de responder às perguntas a respeito de meus próprios livros.

[Risos]

João Ubaldo Ribeiro: Seria incapaz. E não sou metido a ignorância primitivo, não. Pelo contrário, sou uma pessoa intelectualmente sofisticada, não sou nenhum analfabeto. Mas não responderia às perguntas.

Cynara Menezes: As interpretações de texto são coisas bastante subjetivas.

João Ubaldo Ribeiro: Mete medo nas crianças. As pessoas odeiam os livros. No meu tempo, já se fazia isso: você era criado para odiar os clássicos. Era criado para odiar [ênfatisa]. E muita gente ainda odeia.

[grifos nossos]

Ora, João Ubaldo Ribeiro testemunha exatamente o que estamos querendo dizer: a leitura é um ato de interpretação que, mesmo que parta de indicações presentes no texto, não pode ser reduzido a elas. O sentido que deriva desse ato não coincide integralmente com as representações do enunciador do texto. É por isso que ler é um ato de reconstituição de sentido intimamente não-coincidente.

b) O texto lido tem sua história enunciativa.

Para ilustrar esse princípio, partamos de mais uma declaração de um autor. Desta vez é o psicanalista Contardo Calligaris quem nos auxilia. Em entrevista ao mesmo programa, Roda Viva da TV Cultura, exibida em 27 de abril de 2008, diz o psicanalista ao ser questionado pela jornalista Mônica Teixeira:

Mônica Teixeira: Você acompanha, hoje, no **Roda Viva**, a entrevista com o psicanalista, psicoterapeuta e ensaísta Contardo Calligaris. Contardo, agora você fez um romance, escreveu um romance. Sobre o que é o seu romance?

Contardo Calligaris: Ah! Escrevi um romance que se chama O conto do amor. Por várias razões. Sempre acho que a gente escreve... que qualquer ficção responde ao fato de que tem coisas na vida com as quais a gente não sabe direito o que fazer. Perguntas que ficam assim, em silêncio, em suspenso. No caso específico foi uma maneira de responder a uma conversa com o meu pai no leito de morte. Uma confissão no leito de morte dele, claro, e uma confissão que ele me fez. O primeiro capítulo do romance é totalmente

¹¹¹ A entrevista na íntegra encontra-se em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/524/entrevistados/joao_ubaldo_ribeiro_2001.htm.

autobiográfico até os mínimos detalhes. Confissão muito estranha, pois ele me disse que tinha a certeza de ter, de ser a reencarnação do ajudante de um pintor da Renascença italiana. Uma coisa muito estranha, porque meu pai não era espírita, não acreditava em reencarnação e era completamente agnóstico do ponto de vista da religião.

[grifos nossos]

O psicanalista é claro: seu texto tem sua historicidade, faz parte de uma outra relação eu-tu-ele-aqui-agora. No diagrama 4 (cf.p.97), tentamos ilustrar o princípio de que o texto lido tem sua historicidade de leitura. Nesse diagrama, mostramos que o locutor-leitor dialoga com um tu que é, num primeiro momento, o texto, o enunciado lido. Mas, não esqueçamos, é constitutiva desse tu uma série de relações, representadas no diagrama por um triângulo pequeno que sintetiza o eu-tu-ele-aqui-agora do enunciado lido.

- c) O ato enunciativo de ler decorre da apropriação do enunciado lido a partir da qual se constrói a referência

As relações explicitadas nos pontos “a” e “b” são irrepetíveis. Eis um outro princípio. Sendo “eu” e “tu” únicos em cada instância espaço-temporal, e sendo a enunciação um processo intersubjetivo, a leitura, vista pela ótica da enunciação, é o ato/processo de uma troca em que o leitor-locutor, na relação com o enunciado e através de seu lugar singular, constitui um sentido novo vinculado a sentidos já existentes, para se propor como um sujeito-leitor.

Assim, a leitura decorre de uma *apropriação*, e conseqüentemente de uma *atualização*, em que o enunciado construído previamente por um locutor anterior, ao ser tomado pelo locutor-leitor, se atualiza a partir de suas referências. Na leitura surge sempre um significado novo, que resulta da relação de um locutor e de um interlocutor.

Toda a leitura é uma enunciação, é um se apropriar do enunciado para, a partir dele, o “eu” se tornar “eu” e construir a referência.

O apropriar-se de que falamos aqui é o tornar próprio inerente a todo o ato que suponha sujeito. Só é sujeito quem torna, mesmo que fugidamente, algo próprio a si. É isso que tão claramente afirma o aforismo de Benveniste: é ego quem diz ego.

É disso que fala Nélide Piñon, com muito mais propriedade do que poderíamos fazer, em entrevista¹¹² dada em seu site oficial, na ocasião de ter ganhado o prêmio Jabuti em 2005 – nas categorias Romance e Melhor livro do ano– com o livro *Vozes do deserto*:

¹¹² Para ver a entrevista completa: http://www.nelidapinon.com.br/panorama/inte/pan_entrevistas_jabuti.php.

Como o homem foi se organizando para poder pensar. Uma coisa que me fascina é a imaginação. Um brasileiro pode ter uma imaginação poderosa, mas, se ele não souber trabalhar isso, ela ficará limitada a uma imaginação folclórica, a uma árvore de 60 metros na Amazônia. É preciso que essa árvore tenha um significado simbólico, que o escritor se **aproprie** de toda essa dimensão poética da vida, da Terra e do universo. **E o que ele vai fazer com todo esse material caótico, que é extraordinário?** O caos faz parte de seu legado. Cada vez que você faz uma opção, não é só estética, é uma opção moral com a sua imaginação.

[grifos nossos]

d) Ler é passar de locutor-leitor a sujeito-leitor.

Finalmente, chegamos ao último ponto: para fundamentá-lo recorreremos, novamente, ao próprio Benveniste. É ele quem nos explica: “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p. 286). cremos que, por tudo o que dissemos antes, podemos defender, graças ao sistema de referências que produz e que atualiza, essa passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor.

A leitura, baseada nos pressupostos da teoria enunciativa de Benveniste, é um ato de constituição de sentido, sentido este que só poderá ser confirmado na instância de discurso em que ocorre. O leitor, de um lado, reconhece os elementos postos no enunciado, de outro lado, produz sentidos novos. Ou seja, a leitura se constitui num processo de constituição de sentido, que, como veremos em 5.2, inicia-se no plano semântico e é corroborado pelo plano semiótico. Portanto, abordar, do ponto de vista enunciativo, o fenômeno da leitura requer que se estabeleçam os mecanismos, presentes nesse fenômeno, que atestam a passagem de locutor a sujeito.

5.2 Aspectos gerais da relação enunciativa no ato/processo de leitura.

Produzir um texto em situação de vestibular envolve não apenas habilidade do candidato na escrita, mas, principalmente, habilidade como leitor. Trata-se, na verdade, de uma atividade de leitura e escrita, acima de tudo de leitura, pois a escrita passa a ser o produto de sua capacidade leitora.

Espera-se muito do candidato. Ele precisa seguir as delimitações temáticas explicitadas na proposta, o que o leva a demonstrar um significativo comprometimento de sua leitura. Por isso, é importante destacar que, na abordagem do tema, apenas o candidato, a partir da proposta que recebe, pode agenciar as palavras que deverão conduzi-lo a constituir o

caminho que deseja seguir dentre os encaminhamentos que o tema suscita, lembrando, sempre, que esse texto tem um interlocutor, ou seja, a banca que o avaliará.

O texto de vestibular, então, é uma cena enunciativa que é duplamente conjugada, para lembrar Benveniste: a) o texto de vestibular é o registro de uma leitura de um texto anterior, com toda a complexidade que isso implica (tal como explicamos acima); b) o texto de vestibular dirige-se a um interlocutor, a banca de avaliação.

Flores e Mello (2010), investigando, na perspectiva enunciativa benvenistiana, o texto de vestibular, dizem também que há uma dupla cena enunciativa concomitantemente instaurada nesse contexto: a) há a cena na qual estão em relação o locutor (eu) e a proposta do tema do CV-UFRGS (tu): o texto produzido é, em um primeiro momento, produto da interlocução estabelecida com a proposta (na qual estão contidos o tema do texto, o gênero solicitado, entre outras questões). Para os autores, da relação entre eu e tu, nessa instância, decorre o entendimento que o aluno tem da proposta em seu conjunto; b) há uma interlocução entre o locutor (eu) e a banca avaliadora (tu). Para os autores, dessa interlocução decorrem as tentativas de êxito materializadas no texto. Nessa segunda relação, vemos que o texto instancia uma expectativa de saber sobre a língua (uma expectativa não raras vezes normativista).

Interpretar a proposta e buscar subsídios que deem conta do conjunto de referências que se identificam com o tema, significa acionar o ato/processo de leitura. Isso aponta para o fato de que a produção de leitura e de escrita constitui um único eixo. Compreender, portanto, como se dá esse processo de escrita, leva-nos a entender o ato/processo de leitura realizado pelo candidato.

Em relação ao tema, de modo geral, o candidato/sujeito deve direcionar sua enunciação, singular, cujo produto (o enunciado/texto) é apresentado por um sujeito em uma situação específica, e, por isso, deve dar conta da proposta ao selecionar as palavras para expressar uma ideia que é sua e que aponta para sua atitude e para a situação enunciativa. Isso significa que, nesse produto, “constituem-se as referências enunciativas instanciadas a partir do tema da redação e do processo de apropriação das formas da língua para constituição de sentidos no discurso” (SILVA, 2010, p. 56).

Além da temática, na Prova de Redação, o sujeito/candidato deve atentar em sua leitura para a modalidade do texto a ser produzido: a dissertação. Nesse caso, deve considerar fatores tipológicos, a partir de suas referências de produção e de leitura de textos,

apropriando-se delas para empreender um processo de escrita que dê conta de sua leitura a respeito do caráter dissertativo solicitado. Dissertativo, no entanto, nesse contexto, significa não apenas aferir a estrutura formal, mas ser capaz de garantir, argumentativamente, sua visão do tema proposto na forma de um texto, produto de sua leitura.

Nesse caminho, há necessidade de reconhecer as condições de enunciação do texto de vestibular. Em primeiro lugar, a circunstância de escrita se configura como uma situação específica de texto produzido para um determinado fim, qual seja, ser aprovado no vestibular, o que leva a reconhecer a pressão à qual estão submetidos os candidatos a uma vaga na Universidade. Nessa situação, o candidato deve desenvolver seu texto de modo a convencer o leitor, a banca, da sua competência de leitura da proposta, apresentando sua produção, a fim de ser analisada a partir dos quesitos propostos pela comissão de vestibular¹¹³. Os vestibulandos, sujeitos-leitores envolvidos em um ato de leitura da prova de redação, constituindo, assim, a instância enunciativa atual¹¹⁴ do processo, escrevem, então, o texto porque esse é necessário para seu ingresso na Universidade, tem caráter, portanto, institucional; e a banca, sujeito em uma nova instância enunciativa, lê esse texto com o fim avaliativo. Porém, mesmo considerando tratar-se de uma situação dita “artificial”, em um contexto seletivo do qual o candidato participa, ou ainda, uma imposição com base nas regras do sistema que rege o processo, reconhecemos que se instala aí uma situação de interlocução: proposta, candidato, texto e avaliador.

É preciso considerar que nessa situação o texto de vestibular é, como produto da leitura enunciativa do candidato, uma estrutura que comporta locutor e interlocutor, ou seja, configura um quadro intersubjetivo da linguagem. Assim, a prova do vestibular aparece como uma locução anterior “que traz para o vestibulando um sistema de referências e o convoca, de certa forma, pela consecutividade interlocutiva, a também referir-se (co-referir)” (SILVA, 2004, p. 56-57).

Devemos, então, entender a prova de redação como um processo interlocutivo, em que é possível reconhecer várias instâncias enunciativas, considerando na primeira instância a prova de redação como uma alocação anterior e a redação, produto enunciativo da leitura realizada pelo vestibulando, como uma alocação atual. Silva (2004) apresenta essa reflexão a

¹¹³ Expostos em planilha formulada para o CV/UFRGS 2011 que elenca o conjunto de critérios para avaliar os textos produzidos neste concurso vestibular.

¹¹⁴ O texto/enunciado é sempre único, sua configuração é singular uma vez que é relativa a expressão de uma ideia que tem a instância de discurso como referência (FLORES, et. al. 2008, p. 72).

partir de Dufour, ao apontar que “o grupo eu-tu-ele traz, além da simultaneidade (sincronia), a consecutividade (diacronia), pois tal conjunto sincrônico tem, como equivalente diacrônico, a sucessão de três alocações” (SILVA, 2004, p. 57).

Para nós, é dessa forma que se configura o quadro enunciativo presente no processo de redação do vestibular. Há, sim, várias instâncias imbricadas em todo o processo, pois a produção de redação do vestibular tanto instaura um diálogo entre eu (leitor) tu (prova de redação) no presente da enunciação, quanto institui um diálogo com um locutor precedente, o eu que propôs a prova de redação. Assim, entendemos que a alocação atual supõe sempre uma alocação anterior, já que o eu que fala só obteve sua posição de locutor atual por ter sido um alocutário (tu) na alocação precedente. Portanto, o ato de escrita da redação supõe locutor e alocutário, respectivamente autor (nesse caso, o candidato) e leitor (aqui, nesta instância a banca avaliadora), que referem e co-referem no discurso.

Para retomar o aspecto geral sobre a redação de vestibular, precisamos considerar que se trata de uma produção específica em que locutor e interlocutor não se encontram face a face, mas que, para ocupar um lugar na estrutura enunciativa, devem constituir o movimento de referência e de co-referência. Desse modo, o locutor deve, portanto, “considerar o outro da sua alocação e o sistema de valores culturais em que se inscreve a redação do vestibular, para então fazer as escolhas linguísticas e selecionar os modos de dizer previstos para essa situação de enunciação particular” (SILVA, 2010, p. 60).

Esse é, portanto, um processo individual de apropriação da língua, e, desse modo, o locutor-leitor, para enunciar sua posição de sujeito-leitor faz uso do aparelho formal da língua a fim de enunciar sua posição de locutor por meio *de índices específicos e de procedimentos acessórios*.

Situamos, pois, nossa análise no campo dos estudos enunciativos, a fim de verificarmos como o sujeito vestibulando apresenta sua resposta de leitura produzida a partir da proposta para a redação. No caso da proposta de redação do CV/2011, o candidato tem como encaminhamento a necessidade de produzir um texto dissertativo sobre o desprestígio da profissão de professor entre os jovens, tendo por orientação que esse texto deve **avaliar**, **ilustrar** com dados (apresentados na prova), e ter caráter dissertativo, o que significa, no caso dessa prova, justificar e defender um ponto de vista.

Assim, o ato enunciativo estabelecido pela leitura enunciativa do candidato (eu) da proposta de redação (tu), concretiza-se na produção escrita ao desenvolver o tema de acordo

com o que foi proposto e ao atender a solicitação do gênero solicitado. Nesse contexto, a leitura enunciativa se constitui tanto como apropriação, quanto como atualização. Há, primeiramente, um enunciado que, construído previamente por um locutor anterior, ao ser tomado pelo locutor-leitor, se atualiza a partir de suas referências. Nessa leitura surge sempre um significado novo, que resulta da relação de um locutor e de um interlocutor. Toda enunciação “eu” postula um “tu”, mas este “tu” ao se apropriar do enunciado e se tornar “eu”, pode ou não manter o mesmo sentido, a mesma referência, pode ou não co-referir.

Isto é o que veremos a seguir: que sentido o sujeito mantém, ou não, ao se apropriar da proposta. Para esse fim, é preciso compreender o caminho singular que cada candidato estabeleceu para desenvolver sua prova.

5.3 As marcas da enunciação no ato/processo de leitura no “corpus”

Tendo feito esse primeiro levantamento geral sobre o ato enunciativo instaurado pela produção do texto do aluno no contexto de vestibular, descrevemos, neste momento, o ato/processo de leitura de cada texto analisado, em particular, de modo a contemplar os aspectos da singularidade envolvidos nesse ato/processo de leitura. Nesse momento, considerando-se a enunciação como referência, buscamos apresentar as atitudes do sujeito que, na e pela enunciação, evidenciam-se no enunciado. Nosso intuito é situar como cada aluno leu a proposta de redação do vestibular e apontar o caminho seguido pelo leitor e os instrumentos linguísticos com os quais o candidato constrói a relação interlocutiva no texto. Esses dois momentos, repetimos, não devem ser entendidos como etapas separadas da análise, eles estarão sempre juntos, pois a divisão que fazemos tem apenas valor metodológico.

5.3.1 Análise do texto 1¹¹⁵

A desvalorização pela baixa remuneração

01. A profissão de professor, apesar de sua indiscutível importância para o
 02. desenvolvimento das civilizações, desde as mais antigas, vem sofrendo uma grande
 03. desvalorização por culpa, sem dúvida, do Estado. Este, no Brasil, não tem cumprido
 04. seu papel de regulador, deixando a valorização desse serviço “à mercê” dos equívocos
 05. do capitalismo.

06. Em uma sociedade movida pelo dinheiro, onde prestígio quase sempre é medido
 07. em reais, é evidente que, no que se deixa uma prestação de serviço passar a ter uma
 08. má remuneração, a procura por esta diminui. Isso explica a razão pela qual, segundo
 09. uma pesquisa feita pela Fundação Carlos Chagas, 67% de 1501 jovens que foram
 10. entrevistados, cursantes do 3º ano do Ensino Médio, jamais pensou em ser professor. O
 11. que não é, entretanto, de gerar estranhamento, visto que a remuneração é, para a
 12. maioria das pessoas, um fator decisivo na escolha profissional.

13. Então, é consequência disso, por exemplo, o decréscimo de 47,9%, de 2005 para
 14. 2011, no número de candidatos para o mesmo número de vagas do curso de Letras da
 15. UFRGS. Esse é um fato extremamente preocupante, pois anuncia uma possível
 16. carência de professores pela qual o país pode vir a passar e, se isso acontecer, a
 17. população sentirá que agravar-se-ão drasticamente os problemas sociais decorrentes
 18. do problemático sistema educacional brasileiro, como a falta de profissionais
 19. qualificados nas mais diversas áreas.

20. Portanto, fica claro que é necessário que sejam tomadas medidas para incentivar a
 21. procura por cursos de Licenciatura. O estímulo que realmente produziria resultado
 22. seria o aumento significativo do salário base dos professores. Essa é uma medida que
 23. deve vir do governo e com a enorme urgência que esse assunto demanda, já que os
 24. professores assumem no sistema educacional o papel que os produtores têm em uma
 25. cadeia alimentar, ou seja, constituem a base.

Começamos pelo título – “A desvalorização pela baixa remuneração”, que se apresenta como a tentativa de re-constituição de um sentido da proposta, levando o leitor a instaurar uma perspectiva de leitura a partir da relação entre desvalorização e baixa remuneração. Nesse nível, não podemos negar, há um encaminhamento de leitura do tema que aponta para o deslocamento de locutor-leitor para sujeito-leitor e que, de certa forma, é bem singular. Vejamos o porquê.

O campo semântico lexical presente no título pelo uso de “desvalorização” gira em torno de “desprestígio” presente na proposta (cf. avalie por que a profissão de professor se encontra *desprestigiada* entre os jovens). Há, porém, aqui, uma espécie de substituição lexical: o locutor substitui “desprestígio” por “desvalorização”. Essa substituição é

¹¹⁵ Os textos foram transcritos tal qual foram escritos.

semanticamente determinada, na medida em que o que poderia ser considerado uma consequência do “desprestígio” passa a ser visto como o foco da leitura.

No entanto, se, por um lado, a substituição lexical operada por “desvalorização” reconfigura o campo semântico de “desprestigiada” – o locutor propõe que desprestígio é desvalorização –, por outro lado, há em “desvalorização” uma retomada de “valorização” (cf. inclua também sugestões para a revalorização da profissão de professor em nossa sociedade). Nesse último caso, há, digamos, uma relação que é explicitamente de natureza gramatical – trata-se de uma prefixação – e de natureza semântica – é uma espécie de antonímia contextualizada. O leitor constitui, dessa forma, um diálogo com a proposta, apropria-se de um sentido e o re-significa a partir de suas referências; nesse caso o leitor age como sujeito. Certamente o sentido que deriva desse ato de re-constituição do sentido não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto. As referências são outras.

Um segundo mecanismo que mostra as marcas da leitura operada pelo locutor da proposta do CV é explicitado no constante recurso a estruturas causais/explicativas. Antes de as explicitarmos, cabe um esclarecimento: com a expressão “causais/explicativas” nem estamos nos referindo ao que a Gramática Tradicional chama de orações causais ou orações explicativas, nem estamos recorrendo a critérios sintáticos de determinação dessas estruturas. Nosso critério é semântico e, semanticamente, entendemos que muitas são as formas pelas quais a causalidade/explicação podem se manifestar.

Voltemos, pois, aos mecanismos causais/explicativos: a leitura causal/explicativa é dada já no título, por meio do uso de “pela”. O “pela” é um elemento que une a causa à explicação: “a baixa remuneração” é simultaneamente a causa e a explicação da “desvalorização”.

Observe-se que esse mecanismo causal/explicativo se estende ao resto do texto e pode ser detectado em “por culpa” (L. 03) e “por isso explica a razão” (L. 08), o que ratifica o eixo de leitura posto no título. Podemos dizer que o segundo recurso proposto nesse texto para a leitura é o mecanismo que chamamos de causa/explicação, embora, como veremos, ele não perpassa o texto inteiro. Essa é, portanto, a forma pela qual o sujeito constrói sua enunciação, é por esse arranjo formal dos elementos linguísticos que o locutor usa a língua. Ele lê o enunciado e, na sua atualização, funda uma relação de forma e sentido, utilizando os mecanismos linguísticos na re-constituição do sentido.

Outro movimento de leitura que pode ser destacado é o que, na falta de melhor designação, consideramos como sendo um plano no qual se produz uma espécie de retomada da materialidade da proposta. Com esse mecanismo, o locutor traz para o seu texto elementos presentes na proposta e, para isso, recorre a diferentes submecanismos. É evidente, nessas passagens, a apropriação que o sujeito faz da língua e a atualização que se estabelece via sentido. O leitor se marca singularmente, desse modo, no ato de leitura.

Por exemplo: em “A profissão de professor apesar de sua indiscutível importância para o desenvolvimento das civilizações” (L. 01-02) – considerando-se “É indiscutível que o professor é fundamental para o progresso de qualquer sociedade, presente na proposta” – vemos: a) o mecanismo da repetição lexical – a profissão de professor por professor; b) o mecanismo da repetição lexical com deslocamento de função sintática – indiscutível (periférico no sintagma) por indiscutível (núcleo da predicação); c) a paráfrase em desenvolvimento das civilizações por progresso de qualquer sociedade.

Mas há mais: no plano que diz respeito ao atendimento do imperativo da proposta – “avaliar”, “ilustre” e “sugira” – a leitura feita pelo locutor do texto 1 parece enfatizar apenas o “ilustre”. É a esse imperativo que atendem as exemplificações: “segundo uma pesquisa feita pela Fundação Carlos Chagas, 67% de 1501 jovens que foram entrevistados, cursantes do 3º ano do Ensino Médio (L.08-10); o decréscimo de 47,9%, de 2005 para 2011, no número de candidatos para o mesmo número de vagas do curso de Letras da UFRGS” (L. 13-15).

O campo do “sugira” parece restringir-se a “é necessário que sejam tomadas medidas” (L.19). O imperativo “avaliar” por que a profissão de professor encontra-se desprestigiada, não é contemplado plenamente, mas os dados que são retomados da proposta é que são avaliados. Por exemplo, em: “O que não é, entretanto, de gerar estranhamento” (L. 10-11) e “Esse é um fato extremamente preocupante” (L. 15).

Finalmente, o locutor-leitor lança mão de uma vasta lista de modalizadores cuja função é avaliar os termos pelos quais se pode admitir que a causa/explicação da desvalorização é a baixa remuneração. Isso pode ser comprovado nas seguintes passagens: “sem dúvida” (L. 03); “serviço ‘à mercê’” (L. 04); “é evidente” (L. 07); “jamais” (L.10); “um fator decisivo” (L. 12); “extremamente preocupante” (L. 15); “drasticamente” (L. 17); “realmente” (L.20); “significativo” (L. 22); “a enorme urgência” (L.23), entre outros.

Essa retomada da materialidade linguística, aponta para a dupla instância conjugada no ato/processo de leitura, pois há o locutor que lê e o sujeito que se marca singularmente no

ato processo de leitura. Nesse caso, o leitor estabelece um diálogo com o texto lido e, ao re-constituir o sentido ali presente, apropria-se do texto, tornando-se sujeito. Esse sujeito está presente nos elementos postos no texto de forma a dizer algo sobre o que foi lido. É, portanto um ato de interpretação, uma tentativa de re-constituição de um sentido, nem sempre coincidente. As formas escolhidas para essa re-constituição são atualizadas em uma nova sintagmatização revelando, a partir das referências do sujeito, uma re-significação.

Ao realizar a análise do texto 1, análise essa que também é um processo de leitura em outra instância, a do pesquisador, selecionamos as marcas que indicam o caminho singular que o candidato instituiu para desenvolver seu texto. Nessas marcas, constituem-se as referências enunciativas instanciadas a partir do tema da redação e do processo de apropriação das formas da língua para constituição de sentidos. De todo modo, podemos dizer que o sujeito refere e co-refere, no entanto, o caminho escolhido é singular, traz novas referências, constrói um novo texto.

Desse modo, os elementos destacados dão conta do ato enunciativo instaurado pelo leitor, contemplando a singularidade envolvida nesse ato/processo, nos planos morfológico, lexical, sintático, entre outros, como instrumentos linguísticos através dos quais o locutor constrói a relação interlocutiva no texto, que diz respeito ao estudo do generalizável, do analítico. Nesse texto, especificamente, percebemos pelas marcas destacadas, que o sujeito, ao se apropriar da proposta, mantém o sentido da desvalorização, de que há motivo para os jovens não quererem seguir a profissão de professor, mas produz também um novo sentido, ou seja, há o processo de atualização a partir de suas referências. O leitor apresenta que o problema da desvalorização está atrelado à remuneração, desenvolvendo assim, um novo caminho para sua enunciação.

5.3.2 Análise do texto 2

Professor é sinônimo de futuro

01. Indubitavelmente, há – hoje – poucas profissões tão importantes quanto a de
 02. professor; é ele que começa a dar rumo à carreira profissional de inúmeros jovens.
 03. Estes, lamentavelmente, não pensam desta maneira e têm escolhido outros caminhos.
04. Segundo dados de um jornal local, 67 em cada cem jovens não têm perspectiva de
 05. tornar-se um profissional da área docente. Podemos, assim, apontar alguns motivos
 06. para esse atual desprestígio da carreira, como o salário, principalmente do setor
 07. público, o que acarreta – muitas vezes – em que um professor leciona em mais de uma
 08. escola, levando-o a certo desgaste físico e mental. Os telejornais também têm
 09. evidenciado um novo motivo: a agressão aos professores por parte dos alunos, que –
 10. inclusive – levam armas de fogo e facas para a sala de aula. Além disso, muitos deles
 11. pretendem, depois de formados, ficar longe da escola, e outros não fazem qualquer
 12. tipo de curso profissionalizante.
13. Não podemos desconsiderar o fato de as universidades estarem – cada vez mais –
 14. disponibilizando novos cursos que chamam a atenção dos jovens. Consequentemente,
 15. é visível a diminuição no interesse na procura de cursos superiores em licenciatura, a
 16. exemplo dos cursos de Educação Física e História, nos quais vimos o número de
 17. candidatos por vaga – de 2005 até hoje – ficar aproximadamente três vezes menor. A
 18. revalorização deste profissional deve ser planejada imediatamente, começando pelo
 19. reconhecimento da sua importância pelos governantes, que parece ignorá-la.
20. Professor é sinônimo de futuro, de um país capaz de avançar, de formar pessoas e
 21. profissionais de qualidade. Com a devida recompensa segurança, e recebendo o
 22. respeito que merecem, a solução para este problema estará encaminhada.

Começamos pelo título – “Professor é sinônimo de futuro”. O que significa dizer que o vocábulo “professor” pode ser intercambiável por “futuro”? Há, nessa suposta relação sinonímica, dois pontos que valem a pena precisar: de um lado, o locutor dá a ideia da importância dessa profissão e de sua valorização. Nesse caso, é o “de” que instaura a ideia de ser uma profissão promissora, de crescimento. De outro lado, dizer que “professor é sinônimo de futuro” parecer ir contra a proposta que, na verdade, fala em “desvalorização”, em “desprestígio”. De certa forma, então, o locutor instaura um viés distinto da expectativa que, inicialmente, se poderia ter da proposta. Sem dúvida, esse duplo movimento do locutor apresenta, já no título, uma marca de leitura que aponta que o locutor, que se apropria de um texto, passa a sujeito ao estabelecer uma re-constituição do sentido presente na primeira citação posta na prova de redação.

Desse modo, esse título, caracteriza-se por um ato de interpretação a partir do qual o locutor faz referência a passagens, presentes na proposta, tais como: “professor é fundamental para o progresso de qualquer sociedade”, ou ainda, que “é preciso olhar para o professor com olhos de quem quer ver um país melhor” (cf. proposta, primeiro parágrafo). A referência que aí se constrói parte da apropriação do enunciado lido, para a atualização do sentido posto na prova de redação. O texto lido pelo candidato instancia essa expectativa,

Há co-referencialidade entre a leitura do candidato e a prova de redação. Ao intitular seu texto, o leitor, em seu ato/processo de leitura, toma por base o primeiro parágrafo da proposta e se marca singularmente no título, em uma tentativa de evocação de um sentido subjacente (ser a carreira de professor algo “de futuro”). Essa leitura configura uma relação intersubjetiva na medida em que aponta para a relação do locutor com o enunciado lido. Esse leitor consegue, portanto, retomar o sentido presente no enunciado lido, reconhecer suas formas e, então, no seu ato de leitura, restituir um novo sentido a partir de novas formas.

Há na proposta de redação um encaminhamento que parte da ideia de “importância” para a ideia de “desprestígio”, e esta ideia está presente no primeiro parágrafo do texto 2. O locutor continua a justificar a importância da profissão de professor (l. 01-03), no entanto, na linha 3, com o trecho “lamentavelmente [os jovens] não pensam desta maneira e têm escolhido outro caminho”, ele apresenta a especificidade de sua leitura do tema da redação, qual seja, “a profissão de professor se encontra desprestigiada entre os jovens”.

No primeiro parágrafo do texto 2, o locutor coloca como irrefutável o fato de ser a profissão de professor das mais importantes, marcando sua posição através do modalizador “Indubitavelmente” (l. 01). Já com o uso de “lamentavelmente” (l. 03), o candidato *avalia*, negativamente, o fato de os jovens não quererem seguir essa profissão que ele afirma ser das mais importantes, apontando que os “jovens têm escolhido outros caminhos” (l.03), o que assinala já para os dados apresentados na prova de redação. O locutor se move entre “indubitavelmente” e “lamentavelmente”, instaurando simultaneamente uma ideia de certeza e de adversidade. Percebemos aqui a passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor, uma vez que o candidato, a partir de sua leitura singular, constitui o seu sentido para o texto, fazendo uso de outras formas da língua. É, portanto, com sua posição enunciativa de sujeito, que o leitor consegue dar conta da proposta, através de um ato sempre renovado, tendo em vista a situação enunciativa em que se coloca.

No segundo parágrafo, o candidato apresenta sua leitura a partir dos dados apresentados na prova. Ele aponta dados divulgados por Zero Hora, jornal esse que ele refere como “um jornal local” (l. 04). Nesse caso, ele retoma apenas o dado que faz referência a quem não quer ser professor – “67 em cada cem jovens não têm perspectiva de tornar-se um profissional da área docente” (l. 04-05) –, fazendo desse dado a ponte para apresentar as causas para o fato de a profissão de professor estar desprestigiada entre os jovens. Dentre as causas para o desprestígio estão “o salário” (l. 07) e “a agressão aos professores” (l. 09). O que percebemos, no final desse parágrafo, é o uso equivocado de “muitos deles” (l. 10), que deveria remeter a “por parte dos alunos” (l. 10), mas remete a “jovens” (l. 04), fazendo com que haja uma quebra na sequência das causas para o desprestígio da profissão de professor.

O locutor lê, e sua leitura se evidencia em um movimento quase de repetição integral da proposta de redação do CV-UFRGS. Isso significa que o locutor-leitor apresenta-se como um sujeito-leitor através de um mecanismo de base: a repetição. Evidentemente, não nos cabe avaliar a qualidade textual aqui, porém, fica muito claro as leituras que se constroem sobre meros mecanismos de repetição que tendem a apresentar-se de maneira menos complexa.

Na sequência do texto, vemos que sua leitura o leva a considerar outros dados da proposta, como os referentes aos cursos superiores em licenciatura, conforme linhas 13-17. Com esses dados, o locutor faz referência à diminuição dos candidatos à licenciatura e, a partir de então, elabora uma sugestão para a revalorização da profissão de professor em nossa sociedade: “a revalorização deste profissional deve ser planejada imediatamente” (l. 17-18); “com a devida recompensa e segurança, e recebendo o respeito que merecem, a solução para este problema estará encaminhada” (l. 21-22).

No texto 2, percebemos que o candidato atende superficialmente ao imperativo da proposta – “avaliar”, “ilustre” e “sugira”. O “avaliar” está representado quando o candidato diz “estes (os jovens) têm escolhido outros caminhos” (l. 03-04); podemos, assim, apontar alguns motivos para esse atual desprestígio[...]” (l. 05-06).

O imperativo “ilustre”, também não se encontra plenamente contemplado. Apenas duas passagens: “segundo dados de um jornal local, 67 em cada cem jovens não têm perspectiva de tornar-se um profissional da área docente” (l. 04-05); “a exemplo dos cursos de Educação Física e História, nos quais vimos o número de candidatos por vaga – de 2005 até hoje – ficar aproximadamente três vezes menor” (l.15-17).

O campo do “sugira”, assim como no texto 1, parece restringir-se a “revalorização deste profissional deve ser planejada imediatamente, começando pelo reconhecimento da sua importância pelos governantes, que parece ignorá-la” (l.17-18); e “com a devida recompensa e segurança, e recebendo o respeito que merecem, a solução para este problema estará encaminhada” (l.21-22).

Nesse texto, reconhecemos a passagem de locutor-leitor, à medida que há apropriação da proposta pelo leitor e que, nesse ato, passa a sujeito-leitor estabelecendo uma resignificação para a proposta. Não há, portanto, nesse novo sentido coincidência integral, mas como já salientamos anteriormente, a enunciação é sempre um novo ato. Isso é demonstrável pela re-constituição que o leitor faz da proposta. Ele lê, mas ele atualiza o que lê, configurando sempre um novo sentido. É o que ocorre aqui.

Quanto aos imperativos, a leitura feita, não contempla essas ordens. Assim, o leitor ao tornar-se sujeito do seu ato/processo de leitura, atualiza, com base em suas referências, a sua leitura, o seu sentido.

Nesse texto, percebemos, com esses elementos apontados acima, a instância discursiva em que o locutor-leitor, na relação intersubjetiva com a proposta, marca-se singularmente, instanciando sua posição enunciativa de sujeito. Esse sujeito mantém uma relação de diálogo com a proposta, produzindo um sistema de referências próprias. Ele lê, portanto, um outro enunciado, e consegue reconstituir um sentido fazendo uso de um complexo jogo de relações entre formas e sentidos.

Em termos de síntese, mesmo que não se tenha, aqui, a intenção de avaliar a qualidade do texto, não podemos deixar de considerar que o texto 2 está fortemente “colado” à proposta do CV-UFRGS. É isso que quisemos enfatizar ao lembrar acima que, no texto 2, o mecanismo

da repetição impõe-se como marca da trajetória de leitura feita pelo locutor. Esse mecanismo de repetição que, de certa forma, é também presente na leitura feita pelo locutor no texto, apresenta, nesse caso, uma propriedade específica: se, no texto 1, a repetição é uma base para que o locutor possa constituir o seu modo de ver as relações instauradas na proposta, pois assim o sujeito-leitor integra as formas da proposta para produzir novos sentidos, no texto 2, a repetição cumpre outra função, qual seja: o mero preenchimento de palavras sem aprofundamento qualitativo. Esse preenchimento apenas evidencia sua dificuldade em se propor como sujeito a partir de uma maneira distinta.

5.3.3 Análise do texto 3

Profissão desprestigiada

01. Normalmente os pais orientam seus filhos a escolherem cursos de graduação
02. considerados de primeira grandeza: medicina, direito, odontologia entre outros, pelo
03. “status” desses bacharelados. Em contra- partida os cursos de licenciatura que levam
04. para a área pedagógica estão desprestigiados no mercado de trabalho, pelas condições
05. precárias dadas a esses profissionais.
06. Os pais sempre desejam o melhor para seus filhos e isso inclui até na hora de
07. escolher uma profissão. Assim, boa parte dos filhos são convencidos a se tornarem:
08. médicos, advogados, jornalistas, odontólogos, engenheiros, contra a sua vontade, mas
09. esse fato é um agrado a seus pais. Desta forma já temos uma bela parcela da população
10. colegial que não fará uma licenciatura visando se tornar professor. Um exemplo é o
11. vizinho dos meus pais, Sr. Henrique, 59 anos, médico, que entregou o convite para sua
12. formatura em Letras. Após o questionamento do meu pai sobre os motivos que o
13. levaram a fazer e concluir o curso, ele respondeu: “ser professor de português é a
14. realização do sonho de minha vida, fiz medicina porque fui obrigado pelo meu pai.”
15. Outro grande fato que leva a pouca procura pelos cursos para a área da
16. Pedagogia é os baixos salários; assim não tem o “Status” de outras profissões que
17. proporcionam melhores remunerações. As péssimas condições de trabalho como: salas
18. de aulas precárias, materiais didáticos de baixa qualidade ou escassos e a falta de
19. segurança e de respeito no trabalho também contribui para essa pouca procura. E se
20. não basta-se isso, ainda temos todos os dias alguma notícia desagradável publicada em
21. nossos jornais e revistas, apresentando a dura realidade vivida por parte desses
22. Com a vontade de boa parte dos pais na escolha da profissão, combinada com
23. os fatos ruins mencionados sobre a realidade dos professores (sendo que esse fatos
24. sempre terão um peso maior), temos como resultado o desinteresse na procura por esse
25. cursos de graduação. Isso é uma pena, pois temos uma ótima matéria-prima para a
26. confecção de grandes professores, mas essa realidade afasta uma boa parcela de moças
27. e rapazes que desistiam dessa carreira antes de começá-la.

Esse texto, já em seu título, mostra a leitura feita da proposta. O candidato aponta que há uma profissão desprestigiada, no caso, considerando o tema proposto, a profissão de professor. O locutor instaura uma espécie de oposição entre “cursos de primeira grandeza” (l. 02) e “cursos desprestigiados” (l.04). O texto, em seu desenvolvimento, é permeado pela adjetivação, a fim de dar conta dessa oposição, o que pode ser considerado uma marca muito rica da presença do sujeito leitor ao longo do texto.

Os adjetivos, portanto, configuram a subjetividade do locutor-leitor que, ao constituir o sentido para o texto, o faz por adjetivação propondo uma relação positiva x negativa, como por exemplo: “primeira grandeza” (l. 02), “status” (l. 03), “melhor” (l. 06), “boa parte” (l. 07), “agrado” (l. 09), “bela parcela” (l. 09), “melhores remunerações” (l. 17), todos esses enfatizando o aspecto positivo de optar por outro curso de graduação. Já os adjetivos, negativos, “desprestigiados” (l. 04), “precárias” (l. 05), “baixos salários” (l. 16), “péssimas condições” (l. 17), “desagradável” (l.20), “dura realidade” (l.21), “fatos ruins” (l. 23), “desinteresse” (l.24), dizem respeito à opção pelos cursos de licenciatura. Esses elementos configuram a instância enunciativa da leitura, marcando o sujeito em seu ato enunciativo de leitura, sempre renovado, e apontando para a significação estabelecida nesse jogo de forma e sentido. É nesse arranjo formal, aqui, de adjetivos, que a língua é usada. Nesse caso, o leitor ao fazer uso desses elementos, produz discurso.

Outra particularidade do sujeito-leitor é fazer referência a um exemplo de sua realidade: “o vizinho dos meus pais, Sr. Henrique, 59 anos, médico, que entregou o convite para sua formatura em Letras. Após o questionamento do meu pai sobre os motivos que o levaram a fazer e concluir o curso, ele respondeu: ser professor de português é a realização do sonho de minha vida, fiz medicina porque fui obrigado pelo meu pai” (l. 10-14). Com essa passagem o sujeito “ilustra” sua avaliação sobre o desprestígio da profissão de professor, mostrando que os pais não permitem que os filhos cursem a licenciatura.

Essa ilustração distingue esse texto dos demais apresentados anteriormente. Há, aqui, uma apropriação do locutor no que diz respeito ao imperativo ilustre e toma como exemplo uma referência própria, estabelecendo uma relação de causalidade, que aponta para uma espécie de preconceito dos pais em relação à profissão de professor. Essa relação se configura como a causa principal para que os jovens não escolham a profissão de professor. O que caracteriza o ato/processo de leitura em que o locutor passa a sujeito é sua atualização da proposta, ou seja, este locutor aponta o preconceito dos pais como sua interpretação do desprestígio que está na proposta. O que faz, portanto, o leitor nesse processo enunciativo, é

converter as formas da língua a partir da apropriação de um sentido anterior, para atualizar sentidos novos no seu ato de leitura. O leitor re-significa, sempre ancorado no seu aqui e agora, ele, como sujeito, torna algo próprio a si. Assim, o leitor, ao constituir o sentido em seu ato/processo de leitura, não coincide integralmente com as representações do enunciador do texto, configurando que ler é um ato de reconstituição de sentido intimamente não-coincidente.

Há ainda outras justificativas para que os cursos de licenciatura que levam para a área pedagógica estejam desprestigiados no mercado de trabalho: “são as condições precárias dadas a esses profissionais” (l. 4-5); “os baixos salários” (l. 16); e, ainda, “alguma notícia desagradável publicada em nossos jornais e revistas, apresentando a dura realidade vivida por parte desses profissionais” (l. 20-21). Assim, a leitura desse texto aponta que o locutor-leitor apropria-se do tema, entendendo que deve avaliar o desprestígio da profissão de professor, e o faz enumerando causas para esse desprestígio, tornando-se, desse modo, sujeito-leitor ao desenvolver o texto avaliativo solicitado. Contemplam-se, portanto, os aspectos da singularidade envolvidos no ato/processo de leitura nos planos morfológico, lexical, sintático, uma vez que esse sujeito estabelece conexões entre as palavras de modo a expressar sua ideia ancorada em sua atitude de sujeito e em sua situação enunciativa.

O locutor, nesse texto, lança mão de algo que poderíamos chamar de um macro-mecanismo causal, que pode ser assim evidenciado: quando o locutor coloca em relação condições precárias dadas a esses profissionais, que inclui baixos salários e notícias sobre dura realidade (espécies de “subcausas”) o locutor justifica uma causa maior que se encontra a partir do parágrafo inicial cuja paráfrase poderia ser “os pais não desejam a profissão de professor para seus filhos”. Esse macro-mecanismo causal é, sem dúvida, uma marca importante de constituição de sentidos na leitura feita pelo locutor no texto 3.

No encerramento do texto, o locutor retoma, nas linhas 22 e 23, da proposta as causas anteriormente citadas e enfatiza, a partir dessas causas, “o desinteresse na procura por esses cursos de graduação” (l. 24-25), e finaliza emitindo seu parecer a respeito dessa situação quando diz que “Isso é uma pena, pois temos uma ótima matéria-prima para a confecção de grandes professores” (l.25-26), o que é contraposto com uma adversidade: “mas essa realidade afasta uma boa parcela de moças e rapazes que desistiam dessa carreira antes de começá-la” (l. 26-27). Nesse final, o locutor que se apresenta como sujeito, retoma a baixa procura pela profissão, o que está posto na proposta, e com isso se posiciona utilizando elementos como “Isso é uma pena e mas [...]” .

No plano que diz respeito ao atendimento do imperativo da proposta – “avalie”, “ilustre” e “sugira” –, a leitura feita pelo locutor desse texto parece enfatizar apenas o “avalie”, uma vez que seu texto é desenvolvido no plano lexical pelos adjetivos, que são uma forma de avaliar (positiva e negativamente o desprestígio da profissão), e pelas relações de causa expostas acima. Porém o imperativo, “ilustre” sua avaliação com dados das pesquisas constantes nos quadros da prova de redação é ignorado pelo leitor, que demonstra ter lido a ordem, mas que poderia ser qualquer exemplo e, no caso, ele ilustrou referindo o vizinho (l. 10-14). Outro fato ignorado pelo candidato é a ordem de “incluir sugestões”. Não há passagem que faça referência a essa parte do texto lido.

Desse modo, portanto, o sujeito constrói sua enunciação, e é por esse arranjo formal dos elementos linguísticos que o locutor usa a língua. Ele lê o enunciado e na sua atualização funda uma relação de forma e sentido, utilizando os mecanismos linguísticos na re-constituição do sentido. Esse arranjo formal aponta para a dupla instância conjugada no ato/processo de leitura, pois há o locutor que lê e o sujeito que se marca singularmente no ato processo de leitura. Nesse caso, o leitor estabelece um diálogo com o texto lido e ao re-constituir o sentido ali presente, apropria-se do texto, tornando-se sujeito. Esse sujeito está presente nos elementos postos no texto de forma a dizer algo sobre o que foi lido. É, portanto um ato de interpretação, uma tentativa de re-constituição de um sentido, nem sempre coincidente. As formas escolhidas para essa re-constituição são atualizadas em uma nova sintagmatização revelando, a partir das referências do sujeito, uma re-significação.

Há co-referencialidade entre a leitura do candidato e a prova de redação. Ao intitular seu texto, o leitor, em seu ato/processo de leitura, toma por base o primeiro parágrafo da proposta e se marca singularmente no título, em uma tentativa de evocação de um sentido subjacente (ser a carreira de professor algo “de futuro”). Essa leitura configura uma relação intersubjetiva na medida em que aponta para a relação do locutor com o enunciado lido. Esse leitor consegue, portanto, retomar o sentido presente no enunciado lido, reconhecer suas formas e, então, no seu ato de leitura, restituir um novo sentido a partir de novas formas.

CAPÍTULO 6

A teoria enunciativa da leitura: uma contribuição

A leitura é uma fonte inesgotável de prazer,
mas por incrível que pareça a quase totalidade
não sente esta sede.

Carlos Drummond de Andrade

Este capítulo é uma espécie de prólogo do fim. Com ele, pretendemos retomar os principais aspectos tratados nesta tese com a finalidade de capturar todas as questões enfatizadas no percurso traçado até aqui e, com elas, dar conta do ato/processo de leitura.

Comprovar que a teoria benvenistiana pode contribuir teórica e metodologicamente para apresentar a leitura como um processo enunciativo é a nossa finalidade. Portanto, a importância desta retomada está atrelada ao fato de que a leitura é processo fundamental da prática pedagógica e, como tal, deve possibilitar ao aluno uma reflexão sobre o uso da língua/linguagem, principalmente, no sentido de constituição de sentidos a partir deste uso. Assim, tem sido tarefa da escola a inserção dos alunos no processo de leitura. Não é uma tarefa fácil, uma vez que a prática pedagógica ainda se detém na leitura como um mero ato de decodificação. A leitura é um ato subjetivo e, na prática, deve ser entendida como um ato que implica o sujeito que se apropria da língua para se relacionar com o mundo, portanto é essencial considerar a presença do sujeito nos estudos linguísticos, para que se possa realmente ter uma atividade produtiva de leitura em sala de aula.

Tendo em vista, pois, um caminho teórico metodológico para apresentar a leitura como atividade produtiva de uso da língua, propusemo-nos, primeiramente, a apresentar algumas das principais perspectivas sobre leitura presentes na literatura brasileira. Com esse levantamento, apuramos que a leitura tem sido tratada em seu aspecto social, cognitivo e discursivo. Todas as perspectivas abordadas apontam para uma forma específica de tratar a leitura, no entanto, pedagogicamente, o que se tem presenciado é a fragmentação desses aspectos, sem que se tenha clareza de como elas estão sendo aplicadas no ensino.

Vimos, portanto, a necessidade de expandir esse entendimento, uma vez que a leitura, como processo complexo que é, deve ser primeiramente tratada como um ato de apropriação da língua pelo sujeito. Nesse caminho, delimitamos nossa pesquisa para a questão do sujeito. Assim, em todas as perspectivas estudadas (cf. capítulo 1), nos perguntamos sobre a relação entre sujeito e leitura. Na resposta a essa questão, encontramos (item 1.1) um sujeito de natureza social, cujo ato de leitura é visto como transformador. Esse sujeito é um sujeito de natureza social, enraizado na escola e oriundo de uma realidade sócio-histórica complexa.

As perspectivas cognitivistas (item 1.2) também conseguem estabelecer uma relação sujeito-leitura, respondendo a nossa questão sobre essa relação. Aqui, o sujeito se apresenta em uma perspectiva social, porém, um social distinto, relacionado às relações entre os envolvidos no processo de leitura, é a interação. É o conhecimento, as estratégias que caracterizam essa relação sujeito-leitura.

No item 1.3, resgatamos, na perspectiva discursiva, também a relação sujeito-leitura, buscando uma resposta para a questão. Nessa perspectiva, o sujeito é constituído ideologicamente, ele que determina a leitura, sendo aqui o sujeito intrinsecamente ligado ao discurso, é um (re)produtor de sentidos.

Mesmo que todos tenham por objetivo especificar o fenômeno da leitura, que apresentem uma resposta a questão da relação sujeito e leitura, nossa questão está em estabelecer uma relação entre sujeito e leitura tendo em vista uma visão linguística da linguagem. Apontamos que o ato/processo de leitura só se constitui se for levado em conta o uso da linguagem pelo sujeito. É o sentido que está em jogo nesse ato processo de leitura e esse depende do sujeito e de suas condições de produção.

Diferentemente do que se apresenta em outras perspectivas que abordam o processo de leitura, a teoria benvenistiana, cujo fundamento está em estudar a presença do sujeito na linguagem, apresenta-se para nós como o envolvimento do aluno como sujeito-leitor, sendo, portanto, a leitura, um processo altamente subjetivo.

Retomando, no segundo capítulo, os principais conceitos da teoria enunciativa de Benveniste, situamos, teoricamente, que ler significa pensar a leitura como um ato/processo que procede de um locutor que se propõe como sujeito. Nesse sentido, está posta, na leitura, a questão da intersubjetividade. Isso significa dizer que o leitor, ao contatar um enunciado anterior, produto de uma enunciação em outra instância, se marca singularmente, produzindo referências.

A intersubjetividade, em nossa perspectiva, vê a relação eu-tu da teoria enunciativa de Benveniste como uma relação em que o leitor (eu) interage com o enunciado/texto (tu) em uma instância do eu-tu-aqui-agora.

Nessa relação, considera-se a instância em que o leitor re-constitui o sentido para o texto, o ato/processo de leitura é ato de interpretação, entendida como re-constituição de um sentido. Essa re-constituição não se limita às indicações presentes no texto, é, em nossa perspectiva uma apropriação do texto. O leitor, portanto, dialoga com o texto, instaurando uma referência, um certo ele.

Tendo em vista a retomada da teoria benvenistiana, definimos a leitura como um ato de enunciação que contempla, nesse ato, a colocação da língua em uso pelo locutor-leitor, acontecimento esse que não se repete, é sempre único, tendo relação com eu-aqui-agora do sujeito-leitor. No ato/processo de leitura o sujeito se marca, toda vez que enuncia sua posição de sujeito.

É ainda a leitura um ato de interpretação, ou seja, de re-constituição de um sentido o qual não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto. Aqui, há apropriação do texto pelo locutor – leitor para propor-se como sujeito-leitor.

A leitura é vista, também, em relação à forma e ao sentido, uma vez que o locutor-leitor reconhece as formas e compreende o sentido, fazendo com que se estabeleça uma relação entre a significação presente no enunciado e a significação atual, enunciação produzida pelo leitor-sujeito.

Em suma, a leitura enunciativa pode ser definida tanto como apropriação de sentido quanto como atualização do sentido, o que significa reconhecer que

Há um enunciado que, construído previamente por um locutor anterior, ao ser tomado pelo locutor-leitor se atualiza a partir de suas referências. Na leitura surge sempre um significado novo, que resulta da relação de um locutor e de um interlocutor. Toda enunciação eu postula um tu, mas este tu, ao se apropriar do enunciado e se tornar eu, pode ou não manter o mesmo sentido, a mesma referência, pode ou não co-referir. (Cf. item 3.1.2, desta tese.)

Com o estabelecimento desses conceitos de leitura a partir dos princípios da teoria enunciativa de Benveniste, estabelecemos, no terceiro capítulo, a nossa teoria enunciativa da leitura. Esta teoria contempla a leitura como colocação da língua em uso pelo locutor e o papel dos sujeitos envolvidos nesse processo, o que leva a reconhecer esse processo como um ato enunciativo e, por isso, esteia-se em elementos como semiótico/semântico, forma/sentido/ e as relações entre pessoa, tempo e espaço.

Com base nesses elementos, instituímos alguns deslocamentos da teoria enunciativa de Benveniste, de modo a guiar nossa proposta de uma teoria enunciativa da leitura, e, a partir desses deslocamentos realizamos a análise de alguns textos oriundos do vestibular da UFRGS/2011.

Situamos como primeiro deslocamento a passagem de locutor a sujeito, que nos permitiu mostrar que no ato/processo de leitura há uma dupla instância conjugada: a instância do locutor, aquele que lê e a do sujeito, aquele que se marca singularmente no ato de leitura, o que nos levou a especificar as figuras enunciativas da leitura como locutor-leitor e sujeito-leitor.

Em nossas análises, procuramos comprovar esse deslocamento, mostrando que em cada texto analisado o leitor se marca no texto lido, através da re-significação dos sentidos, é possível perceber o movimento de passagem do locutor que se apropria e, ao se apropriar de um sentido, re-significa-o, passando, assim, a sujeito. Nesse deslocamento, o leitor é um eu, que mantém diálogo tu, no caso o texto lido. Esse diálogo é perceptível em todos os textos analisados, uma vez que foi possível situar as relações de troca entre eu e tu. Em todos os textos o locutor-leitor apropria-se do sentido, ou utilizando muitos dos elementos ali presentes ou fazendo não coincidir sua re-constituição. Ou seja, apropriando-se do sentido, e refazendo-o com suas próprias referências, de modo a marcar sua leitura, aí, está a presença, então do sujeito-leitor.

Já no segundo deslocamento, intersubjetividade/subjetividade na leitura, teoricamente abalizamos que a leitura se constitui pela intersubjetividade, por essa troca constitutiva do eu-tu. Aqui há apropriação do enunciado pelo locutor que dialoga com esse enunciado, considerado nesta pesquisa o tu. Portanto, esse deslocamento pondera, neste diálogo que, quando o locutor-leitor se propõe como sujeito, instaura-se uma referência, implicando, aí, um eu-tu-ele- aqui-agora.

Nesse caminho, as análises comprovam que há uma relação que o locutor-leitor estabelece com o enunciado e com as situações que constituem esse enunciado. Disso decorre uma nova enunciação, um novo aqui-agora. Portanto, no segundo deslocamento, previsto para relacionar leitura e enunciação, encontramos, nos textos analisados, as figuras enunciativas locutor e interlocutor à medida em que há um apropriar-se da linguagem do locutor-leitor para propor-se como sujeito-leitor. Esse sujeito fixa as referências da locução atual, fazendo uma trajetória de constituição de sentido a partir do que já foi enunciado por alguém. Aqui,

portanto, vimos a relação que o locutor-leitor tem com o enunciado e com os elementos que constituem esse enunciado, em um dado aqui-agora.

Como terceiro deslocamento retomamos as reflexões benvenistianas sobre forma e sentido e as atrelamos às noções de semiótico e semântico, considerando-as em uma questão maior, a da significação. É a língua em uso que se destaca nessa questão, pois é com o arranjo formal dos elementos linguísticos e com o sentido que daí se constitui que a língua é usada. Entendemos que na leitura enunciativa há o reconhecimento da forma e a compreensão do sentido. Reconhecer e compreender são duas atividades que estabelecem a relação entre a significação do já-conhecido e a situação atual. Desse modo, o leitor lê um enunciado que contém ele mesmo uma forma e um sentido, fazendo com que, na sua passagem a sujeito, esse leitor estabeleça novas formas para re-significar o texto. O leitor deve, portanto, em seu ato/processo de leitura, reconhecer a forma, compreender o sentido e, então, como sujeito, em sua instância discursiva atual, instituir, uma nova significação, singular, pois contém as suas marcas.

No que diz respeito à análise realizada, com base nesse terceiro deslocamento, em todos os textos produzidos, ou seja, o produto de enunciação do leitor, pudemos comprovar que o locutor ao reconhecer as formas da língua e compreender seu sentido, conseguiu, a partir da apropriação de um discurso anterior, atualizar os sentidos novos em seu ato de leitura.

E, por fim, apresentamos um quarto deslocamento que trata especificamente da leitura como um processo enunciativo, como um ato que envolve constituição de sentido, atualização das unidades, enquanto palavras, presentes no enunciado. Esse ato prevê re-constituir o caminho percorrido pelo locutor-leitor associando a análise do semiótico ao semântico.

Em nossa análise, portanto, tomamos a leitura como ato de constituição de sentido, ato singular, propondo que esse sentido se comprova com a descrição do caminho seguido pelo leitor e com os instrumentos linguísticos com os quais ele constrói a relação interlocutiva presente no processo de leitura. Esperamos, com a análise, ter dado conta do locutor e das formas linguísticas de sua presença no discurso; do interlocutor (alocutário) e das formas linguísticas de sua presença no discurso; da instância de discurso e às formas linguísticas de sua presença no discurso, para com isso confirmar que a leitura é um ato/processo enunciativo e dessa forma deve ser pensada teórica e metodologicamente na relação entre sujeito e leitura.

Assim, metodologicamente, olhamos para o texto/enunciado, como um produto de enunciação, sem nos determos unicamente à descrição das marcas do suposto locutor que tenha produzido o texto. Do ponto de vista da leitura, a análise parte da produção de leitura, o que significa olhar para a relação que o locutor-leitor tem como o enunciado lido, no nosso caso, o tu, e com as relações (pessoa, tempo, espaço) que constituem esse enunciado em um dado aqui-agora.

Já na prática, na análise de nosso corpus, relacionamos alguns conceitos enunciativos, deslocando-os para a teoria que ora propomos: teoria enunciativa da leitura: um princípio do sentido. Nossos deslocamentos compreendem a passagem de locutor a sujeito na leitura; a intersubjetividade/subjetividade na leitura; e a relação entre forma e sentido na leitura, e leitura e enunciação. Ao realizar a análise dos textos, análise essa que também é um processo de leitura em outra instância, a do pesquisador, selecionamos as marcas que indicam o caminho singular que o candidato instituiu para desenvolver seu texto. Nessas marcas, constituem-se as referências enunciativas instanciadas a partir do tema da redação e do processo de apropriação das formas da língua para constituição de sentidos. De todo modo, podemos dizer que o sujeito refere e co-refere, no entanto, o caminho escolhido é singular, traz novas referências, constrói um novo texto.

Dessa maneira, os elementos destacados dão conta do ato enunciativo instaurado pelo leitor contemplando a singularidade envolvida nesse ato/processo, nos planos morfológico, lexical, sintático, entre outros como instrumentos linguísticos através dos quais o locutor constrói a relação interlocutiva no texto, que diz respeito ao estudo do generalizável, do analítico. Em todos os textos analisados, percebemos, pelas marcas destacadas, que o sujeito, ao se apropriar da proposta, mantém o sentido da desvalorização, de que há motivo para os jovens não quererem seguir a profissão de professor, mas produz também um novo sentido, ou seja, há o processo de atualização a partir de suas referências.

Assim, entendemos que é possível formular um caminho teórico-metodológico para a leitura tendo como suporte a teoria enunciativa de Benveniste. E acreditamos que essa formulação nos conduza a direcionar nossa pesquisa para o ensino de leitura, com todo e qualquer texto. Cremos que esse processo carece de atividades que envolvam o sujeito-leitor, os sentidos e a linguagem. Há necessidade de se trabalhar a língua em uso e isso só é possível se incluirmos o sujeito nesse processo. Assim, trabalhar a leitura significa olhar para a relação interlocutiva entre leitor e enunciado, estabelecendo entre eles as noções de significação presentes na instância enunciativa da leitura.

A visão enunciativa da leitura, aplicada ao ensino, é, pois, propor ao aluno relacionar semiótico e semântico. O papel do professor é fazer com que o aluno reflexivamente entre no semântico e o traga para o semiótico, ou seja, o aluno deve produzir leitura semântica ancorada no semiótico. Nessa visão, o papel do aluno deve ser o de constituir sentidos, sem a necessidade de ficar em busca de um sentido presente no texto. É ele, na sua passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor que re-significa o texto em seu ato/processo de leitura.

Nossa reflexão, hoje, nos permite dizer que, a partir do desenvolvimento desta pesquisa, é possível deslocar o campo da teoria enunciativa de Benveniste para uma teoria enunciativa da leitura que considere a língua em uso e, dessa forma, estabeleça a constituição de um sentido com base na relação do sujeito com o enunciado. A teoria enunciativa da leitura deve, portanto, levar em conta o locutor-leitor que passa a sujeito-leitor, marcando sua presença no discurso que, por sua vez, é produzido por ele. Só há realmente leitura enunciativa se considerarmos as figuras enunciativas de locutor-leitor, sujeito-leitor e as situações de tempo e de espaço da produção de leitura, além do referente, que indica do que se trata o discurso. Assim, falar de ato/processo de leitura, significa tratar das relações intersubjetivas na linguagem, da conversão da língua em discurso e da atualização do sentido em palavras.

Não entendemos uma discussão teórica que não se oriente para as possibilidades de prática. A conclusão a que chegamos quando buscamos o que existe no campo da linguística sobre leitura é a de que se tem nesse campo consenso quanto à questão cultural, social, política, e, nesse sentido, a leitura deve ser posta na ordem do dia como um processo de uma posição, ou seja, de abertura para a entrada do leitor, leitor este que deve ser reconhecido como sujeito-leitor que se torna livre, autônomo e sociável a partir desse ato/processo de leitura. Promover a identificação do leitor com o texto significa proporcionar a conexão entre a sala de aula e a sociedade. O professor precisa compreender os fundamentos teóricos de uma proposta nessa linha, a fim de que implemente uma visão de leitura focada na presença do sujeito em seu ato/processo e nas referências que este pode estabelecer nesse processo.

As diferentes reflexões que fazem da leitura seu principal objeto de análise tendem a contribuir para atividade prática, consistente e coerente de realização da leitura. Porém, não basta que se aplique uma ou outra teoria, deve haver, antes de tudo, o reconhecimento do leitor como sujeito que dialoga com o texto, transformando-o em produto de conhecimento.

A leitura tem sido tratada apenas como mais um conteúdo escolar, há desconhecimento dos fundamentos das teorias e metodologias de leitura em relação à história de suas diferentes concretizações sociais e pedagógicas. Por isso consideramos que o primeiro passo para tratar a leitura é o reconhecimento das diferentes concepções que ajudariam a entender e provavelmente alterar a prática de leitura.

É necessário que se reconheça a leitura como um ato de apropriação e de atualização de sentidos por um locutor-leitor, pois é nesse ato que ele usa a língua para se propor como sujeito-leitor, atualizando em discurso seu conhecimento, sua cultura e suas relações sociais. O aluno, portanto, só se torna sujeito-leitor se, no diálogo com texto, conseguir produzir referências, sempre constituída por sua presença no discurso e pelas instâncias de tempo e lugar.

Nossa ideia, portanto, é que o resultado metodológico desta pesquisa resulte em prática, na sociedade e na escola, de um ato/processo de leitura que leve em conta sempre a presença do sujeito no seu eu-aqui-agora, tendo em vista a leitura como um ato singular, sempre único, impossível de se repetir. Conhecer esses fundamentos se faz necessário para trabalhar a leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um trabalho de pesquisa linguística e, como tal, teve o percurso traçado pela explicitação de um grande processo que envolve a língua em uso: a leitura, a leitura enunciativa que dá conta do sujeito inscrito na linguagem e que não convoca a exterioridade linguística.

Nesse sentido, apontamos alguns parâmetros sobre algumas das principais perspectivas que abordam a questão aqui tratada e vimos necessidade de olhar para a leitura por um novo ângulo, por considerarmos ser esse processo altamente complexo, pois envolve mais que o texto e o leitor, envolve elementos essenciais para que se torne realmente um ato/processo de leitura. É, sim, uma situação de diálogo, diálogo que se estabelece entre o leitor e o enunciado, em uma instância do eu-tu-ele-aqui-agora, porém é preciso entender como isso ocorre.

Entendemos a leitura como um ato enunciativo, como um colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Esse entendimento é um grande passo para a explicitação desse processo tão complexo. A leitura, portanto, deve ser vista como um ato de constituição de sentido.

Nesse caminho, acreditamos que o nosso percurso foi profícuo, tendo em vista a figura de leitor que nele se desenhou. Um leitor que passa a agir no ato/processo de leitura, tendo o papel de re-constituir os sentidos postos no enunciado, reconhecer as marcas ali presentes de uma enunciação anterior, e, com isso, constituir seu sentido, deixando marcas de sua presença. Esse leitor (eu), que dialoga com o enunciado (tu), utiliza a língua para se enunciar e desse modo produzir sentido, no caso, leitura.

Aplicar este trabalho na atividade docente, portanto, será o próximo desafio, uma vez que um professor, que se proponha a pesquisar com mais afinco o tema da leitura, deve fazer com que essa pesquisa chegue à escola. Somente desse modo essa etapa estará finalizada, mas não totalmente, uma vez que acreditamos que um final é sempre um re-começo.

Se, em sua prática docente, o professor conseguir mostrar para o aluno que ele precisa apropriar-se do texto, em todos os níveis, via língua, então será possível fazê-lo entender que a leitura depende dele, de suas referências, de sua colocação como sujeito-leitor.

Assim, com vistas a uma concepção teórico-metodológica da leitura, permitimo-nos essa trajetória de buscas em um trabalho de pesquisa que se constitui de questões amplamente discutidas, mas que nem sempre nos levam a respostas objetivas, principalmente quando se trata de ensino. Na escola não é a leitura que se adquire, mas práticas de ler que, nesse espaço, desvendam-se. Entendemos, portanto, que a leitura não depende de ensino, ela é uma prática subjetiva e por isso, intersubjetiva. Ela depende do sujeito, sujeito esse que constitui sentidos, os seus sentidos. É, pois, esse ato de leitura, que envolve o sujeito, sempre particular, único, pois cada leitor constitui a sua leitura tendo como base o eu-tu-aqui-agora.

Como diz Barthes, “um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor” (2004, p. 64). É o momento de a escola reconhecer o papel desse leitor, leitor - sujeito que se apropria da língua para constituir o seu sentido.

Encerra-se aqui uma etapa do trabalho, mas inicia-se uma nova trajetória, uma trajetória de docência, docência que está atrelada a um novo sentido, a busca de novas perspectivas no que diz respeito ao ensino. O processo pedagógico tem por objetivo fundamental a leitura, que inicialmente pode ser delimitada por esse processo, porém deve bem depressa se tornar ilimitada, sem regras, sem graus. A leitura, pois, deve ser mais que o ato de aprender, deve ser prazer, ser o desejo de escrever, ou seja, de dar um sentido próprio ao que se leu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBISAN, Leci; FLORES, Valdir do Nascimento. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In. Normand, Claudine. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.
- BARTHES, Roland. O rumor da língua. Trad. Mario Laranjeira – 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (Coleção Rolando Barthes).
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes 1988.
- _____. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 1989.
- BOUQUET, Simon. Introdução à leitura de Saussure. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BRÉAL, Michel. Ensaio de Semântica: ciência das significações. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, 2ª ed., Editora RG, 2008.
- CARROLL, Lewis. Três faces de uma megera: reflexões sobre a leitura. In. Britto, L. P. Fungindo da norma. Letras, vol., 71/2 Campinas PUCCAMP, dez. 1989.
- CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. Linguística/literatura: um diálogo possível? In: Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 39, nº 4, p. 45-54, dez. 2004.
- CORACINI, Maria José. (org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2002.
- COSTA, Sérgio Roberto. A concepção de leitor e produtor de textos nos PCNs: uma análise crítica. IN: FREITAS, M. T. A; COSTA, S. R (Org.). Leitura e escrita na formação de professores. Juiz de Fora: UFJF, 2002, p. 53-62.
- DAHLET, Patrick. Une théorie, un songe: las énonciations de Benveniste. In. Arrivé, M; NORMAND, C. (org.) Emile Benveniste vingt ans après. Linux, número special, 1997, p.195-209. (Tradução própria)
- D'AVILLA, Nerci. A enunciação em Benveniste e em Ducrot. In: Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 39, nº 4, p. 151-162, dez. 2004.
- DE MAURO, Túllio. Cours de linguistique générale. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972. - primeira parte cap. 1 e 2 Natureza do signo linguístico, Mutabilidade e Imutabilidade do signo – trad. Francisco Settineri.
- DE NARDI, Fabiele Stockmans. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. Organon, Porto Alegre, UFRGS/IL, vol. 17, nº 35, 2003.
- DESSONS, Gerard. Émile Benveniste, l'invention Du discours. Paris: In Press, 2006.
- Dicionário de linguística da enunciação. FLORES, V.; BARBISAN, L.; FINATTO, M. J.B.; TEIXEIRA, M. (orgs.), São Paulo: Contexto, 2009.
- Dicionário Paulo Freire. STREK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. (orgs.), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DUFOUR, Dany-Robert. Os mistérios da trindade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FILIPOUSKI, Ana Maria Ribeiro. Atividades com textos em sala de aula. In: *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 9ª ed [por] Vera Teixeira Aguiar [e outros]. Org. Regina Zilberman, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo – SP: Ática, 2008.

FLORES, Valdir. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: Edipuc, 1999.

_____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação. In: BARBISAN, L. B.; FLORES, V. N. (orgs.). *Estudos sobre enunciação, texto e discurso*. Letras de Hoje. Porto Alegre, EDIPUC, v. 36, n. 4, dez. 2001, p. 7-67.

_____. “Por que gosto de Benveniste? (Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua)”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, EDIPUC, v. 39, n.4, p.217-230, 2004.

_____. TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Benveniste e o sintoma de linguagem: a enunciação do homem na língua. In: *Letras*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras, n. 33, p. 99-118, jul/dez, 2006.

_____. et. al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, TEIXEIRA, M. “Saussure, Benveniste e a Teoria do Valor: (do Valor e do Homem na língua)”. *Letras & Letras (UFU)*, v. 1, p. 73-84, 2009.

_____. V. N. “Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Benveniste”. No prelo. 2011b.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FULGÊNCIO, Lúcia., LIBERATO, Yara. *Como facilitar a leitura*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. – (Repensando a Língua Portuguesa).

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e do ensino*. Campinas, SP: Unicamp, 1992, (Coleção Momento).

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2ªed. Campinas: Pontes, 2002

GRANTHAM, Marilei Resmini. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas: Ed. RG, 2009.

GURGEL, Maria Cristina Lírio. *Leitura: representações e ensino*. IN: Valente, André (org.). *Aulas de Português: perspectivas inovadoras*. 6ª Ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNEST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Bornéo Susana (Org). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 28-41.

KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 3ªed., São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O aprendizado da leitura*. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (Texto e Linguagem).

- KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas, SP: 1989. (Linguagem e ensino).
- _____. e MORAES, Silvia E. Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. – (Coleção ideias sobre linguagem).
- _____. Leitura: ensino e pesquisa. 2ª ed. Campinas, SP: 2004.
- _____. Oficina de leitura: teoria e prática. 11ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.
- KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1992.
- LAJOLO, Marisa Philbert; ZILBERMAN Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
- LAJOLO, Marisa Philber. O texto não é pretexto. In: Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. 9ª ed [por] Vera Teixeira Aguiar [e outros]. Org. Regina Zilberman, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- LEFFA, Vilson José. Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzato, 1996.
- LICHTENBERG, Sônia. Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Termos-chave da análise do discurso. Tradução: Márcio Venício Barbosa, e Maria Emília Amarante Torres Lima – Belo Horizonte, UFMG, 1998.
- MANUAL DO AVALIADOR CV/2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: COPERSE, 2011.
- MARASCHIN, C.; SCHAFFER, M. “A Psicologia e seus sujeitos”. In: Educação e Realidade, v. 19, n. 1, p. 131-135, 1994.
- MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 14ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.
- MITTMANN, Solange. Leitura de textos jornalísticos em sala de aula. IN: LAMPERT, Ernani. (org) O ensino sob o olhar dos educadores. Pelotas: Seiva, 2003.
- MUTTI, Regina Maria Varini. Discurso, ensino, leituras. Letras de Hoje. Porto Alegre, v.39, nº3, p.7 -24, setembro, 2003.
- NORMAND, Claudine. (1990). “CLG: une théorie de la signification?”. In:_____ La quadrature du sens. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- _____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.) O falar da linguagem. São Paulo: Lovise, 1996. (Série Linguagem).
- _____ Convite à linguística. VALDIR, F. N.; e BARBISAN, L.B. (orgs.); São Paulo: Contexto, 2009.
- ONO, Aya. La notion d´enonciation chez Émile Benveniste. Lambert-Lucas, Limoges, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2ª ed. rev. e aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. (org.) A leitura e os leitores. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. ZILBERMAN, Regina & SILVA, Theodoro Ezequiel da. (org.) 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2004. Série Fundamentos

_____. *Discurso e Leitura*. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: *A leitura e os leitores*. ORLANDI, Eni P. (org.), Campinas, SP: Pontes, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.

SEF Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SEIDI, Márcia Spavicius. *A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2006, p. 280.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *Um diálogo sobre a esperança*. In: *Redação Instrumental: concurso vestibular; Organizado por Comissão Permanente de Seleção (COPERSE/UFRGS)*, Porto Alegre, UFRGS, p. 51-67, 2004.

_____. O lugar da enunciação do vestibulando: os dizeres possíveis. In: *Reflexões Linguísticas e redação no vestibular; Comissão Permanente de Seleção(COPERSE/UFRGS.)*, Organizado por Sabrina Abreu, Porto Alegre, UFRGS, p. 49-61, 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro da Silva. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. *Leitura & realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *Elementos da pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 11ª ed. (por)

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. 4ªed. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

TAMBA-MECZ, Irène. *A semântica*. Trad. Marcos Marcionilo – São Paulo: Parábula, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. *É possível a leitura? Nonada: Letras em Revista*, Porto Alegre, nº8, p. 195-204, nov. 2005.

TROIS, João Fernando de Moraes. O “Retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação. In: *Letras de Hoje*, v. 39, n.4, p. 33-43, Porto Alegre, dez. 2004.

ZILBERMAN, Regina. O escritor lê o leitor, o leitor escreve. IN: SMOLKA, Ana Luiza B. et al. *Leitura e desenvolvimento da linguagem*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989 – Série Novas perspectivas: 31- p.9 -22.

ZILBERMAN, Regina& SILVA, Ezequiel Teodoro (org.). 5ª ed. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo, SP: Ática, 2004. Série Fundamentos.

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/524/entrevistados/joao_ubaldo_ribeiro_2001.htm

http://www.nelidapinon.com.br/panorama/inte/pan_entrevistas_jabuti.php